UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

Março de 2023

1. Sumário

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS 6

1.1 MANTENEDORA 6
1.2 MANTIDA 6
1.2.1 Identificação 6
1.2.2 Atos Legais de Constituição 6
1.2.3 Dirigente Principal da Mantida 7
1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará 7
1.3 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ 7
1.4 MISSÃO INSTITUCIONAL 10
1.5 VISÃO INSTITUCIONAL 11
1.6 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS 11

2 O CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA 13

2.1 INSERÇÃO INSTITUCIONAL 13
2.2 ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA 13
2.3 DADOS GERAIS DO CURSO 15
2.4 JUSTIFICATIVA DO CURSO 15
2.5 CONCEPÇÃO DO CURSO 17
2.6 JUSTIFICATIVA PARA AS ADEQUAÇÕES NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA 17
2.7 OBJETIVOS DO CURSO 19
2.7.1 Geral 19
2.7.2 Específico 20
2.8 NÚMERO DE VAGAS 20

3 FORMA DE ACESSO AO CURSO 21

3.1 PROCESSO SELETIVO REGULAR (PSR) 21
3.2 PROCESSO SELETIVO ESPECIAL 21
3.3 PROCESSO SELETIVO VIA MOBILIDADE INTERNA (MOBIN) 22
3.4 PROCESSO SELETIVO VIA MOBILIDADE EXTERNA (MOBEX) 22
3.5 TRANSFERÊNCIA EX OFFICIO 22
3.6 OUTRAS FORMAS DE INGRESSO, DESDE QUE APROVADAS PELO CONSEPE 22

4 PERFIL DO EGRESSO 22

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 23

5.1 POLÍTICAS DE ENSINO 23
5.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 25
5.3 POLÍTICAS DE PESQUISA 27
5.4 APOIO AO DISCENTE 28
5.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) 30
5.6 POLÍTICA DA VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS 30

6 METODOLOGIA DO CURSO 32

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 35

7.1 ESTRUTURA CURRICULAR 35
7.2 CONTEÚDOS CURRICULARES 38

7.3 ATIVIDADES DO CURSO....41
7.3.1 Atividades de sala de aula....41
7.3.2 Atividades de campo....42
7.3.3 Atividades laboratoriais....43
7.3.4 Atividades complementares....44
7.3.4.1 Objetivos....44
7.3.4.2 Carga Horária....44
7.3.4.3 Normatização das atividades complementares....44
7.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO....47
7.4.1 Sumário dos componentes curriculares e atividades....49
7.4.2 Disciplinas optativas....49
7.5 ESTÁGIO CURRICULAR....50
7.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR....50
7.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR....51

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM....52

8.1 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO....54
8.2 ATRIBUIÇÕES DO DOCENTE....55
8.3 COMPONENTES CURRICULARES....55
8.4 APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS....56
8.5 MENSURAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO ACUMULADO....56

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)....57

9.1 ASPECTOS GERAIS....57
9.2 FORMATOS DO TCC....57
9.3 ORIENTAÇÃO....59
9.4 SUPERVISÃO E DEFESA DO TCC....59

10 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM....60

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO....61

11.1 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO....61
11.1.1 Projeto Pedagógico do Curso....62
11.1.2 Parâmetros para Avaliação Continuada....62
11.1.3 Avaliação do Quadro Docente....62
11.1.4 Avaliação do Quadro Discente....62
11.1.5 Outros Instrumentos....63

12 GESTÃO DO CURSO....63

12.1 COORDENADOR DO CURSO....63
12.1.1 Regime de trabalho da coordenação do curso....66
12.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE (PORTARIA 52/2022 ICS. ITEM 16)....67
12.2.1 Composição do NDE....68
12.2.2 Experiência no exercício da docência superior....69
12.3 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO (PORTARIA 55/2022-ICS – ITEM 16)....69
12.4 OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO....72

13 RECURSOS HUMANOS....73

13.1 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA....73
13.1.1 Coordenação Acadêmica....73
13.2 CORPO DOCENTE....74
13.2.1 Disciplinas Obrigatórias oferecidas pelos professores do Curso de Arqueologia....74

13.2.2 Disciplinas Optativas oferecidas pelos professores dos Cursos de Arqueologia e Antropologia....76
13.2.3 Titulação do corpo docente....79
13.2.4 Regime de trabalho do corpo docente do curso....81
13.2.5 Experiência profissional do corpo docente....82

14 INFRAESTRUTURA....85

14.1 ESPAÇO PARA A COORDENAÇÃO....85
14.2 SALAS DE PROFESSORES....85
14.3 SALAS DE AULA....86
14.4 SÍTIO ARQUEOLÓGICO PORTO (PA-ST-42) E AULAS DE PRÁTICA DE CAMPO EM ARQUEOLOGIA....86
14.5 LABORATÓRIO E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA....87
14.6 AUDITÓRIOS....88
14.7 BIBLIOTECA....88
14.8 BIBLIOGRAFIA DO CURSO....89
14.8.1 Periódicos especializados....90
14.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA....90
14.10 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA....91
14.11 APOIO AOS DISCENTES....91

15 LABORATÓRIOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO....92

15.1 LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA CURT NIMUENDAJÚ....92
15.1.1 Equipamentos no Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú....95
15.2 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS EM FORMAÇÃO ESPECÍFICA....95
15.2.1 Laboratório de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem - LAVAI....96
15.2.2 Laboratório TEPAHÍ - Terras, Paisagens, Histórias e Imagens na Amazônia....97
15.2.3 Núcleo de Pesquisa e Documentação de Expressões Afro-Religiosas no oeste do Pará e Caribe - NPDAFRO 98

16 ATOS AUTORIZATIVOS....99

ANEXO I - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA (PAA/ICS/UFOPA)....102

INTRODUÇÃO À ARQUEOLOGIA....102
DIÁLOGOS ENTRE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA....102
HISTÓRIA DA AMAZÔNIA....103
ACERVOS ARQUEOLÓGICOS....104
INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA....104
MÉTODOS E TÉCNICAS EM ARQUEOLOGIA....105
HISTÓRIA E TEORIA EM ARQUEOLOGIA....105
ETNOLOGIA INDÍGENA....106
ANÁLISE DE MATERIAL CERÂMICO....107
PRATICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO 1....108
INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE CAMPO EM ARQUEOLOGIA....108
ETNOHISTÓRIA....109
ARQUEOLOGIA BRASILEIRA....109
ORIGENS DA AGRICULTURA E DOMESTICAÇÃO DE PLANTAS....110
ANÁLISE DE MATERIAL LÍTICO....111
ARQUEOLOGIA DA TRAJETÓRIA HUMANA....112
ARQUEOLOGIA HISTÓRICA....112
ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA....113
CURADORIA E CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO....115
PRÁTICA DE CAMPO EM ARQUEOLOGIA....116
ARQUEOLOGIA PÚBLICA....116
BIOARQUEOLOGIA....117
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE ARTE RUPESTRE....118
ZOOARQUEOLOGIA....118
ETNOARQUEOLOGIA....120
LICENCIAMENTO AMBIENTAL....121

GEOARQUEOLOGIA....122
ARQUEOBOTÂNICA....122
PRATICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO 2....123
PROJETO DE PESQUISA....124
ESTATÍSTICA APLICADA À ARQUEOLOGIA....124
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO....125
ANÁLISE DE MATERIAL ÓSSEO (disciplina optativa)....126
ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA (disciplina optativa)....126
ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM (disciplina optativa)....128
ARQUEOLOGIA DAS AMÉRICAS (disciplina optativa)....130
ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL (disciplina optativa)....130
ARQUEOLOGIA REGIONAL DOS RIOS TAPAJÓS-TROMBETAS (disciplina optativa)....131
CAÇADORES-COLETORES (disciplina optativa)....133
CARTOGRAFIA APLICADA À ARQUEOLOGIA (disciplina optativa)....134
CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS (disciplina optativa)....135
CULTURA MATERIAL (disciplina optativa)....135
GEOMORFOLOGIA AMAZÔNICA (disciplina optativa)....136
INGLÊS BÁSICO I (disciplina optativa)....136
INTRODUÇÃO À ANATOMIA COMPARADA E PREPARAÇÃO DE COLEÇÕES OSTEOLÓGICAS (disciplina optativa)....137
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (disciplina optativa)....137
POVOAMENTO DAS AMÉRICAS (disciplina optativa)....138
SEMINÁRIOS EM TERRAS PRETAS DA AMAZÔNIA (disciplina optativa)....139
TÉCNICAS DE REGISTRO VISUAL DE ARTE RUPESTRE (disciplina optativa)....140
TEORIA CONTEMPORÂNEA DA ARQUEOLOGIA (disciplina optativa)....140
TÓPICOS ESPECIAIS EM ANÁLISE CERÂMICA (disciplina optativa)....141
TÓPICOS ESPECIAIS EM MATERIAIS LÍTICOS (disciplina optativa)....142
TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUEOBOTÂNICA (disciplina optativa)....142
TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUEOLOGIA HISTÓRICA (disciplina optativa)....143
TÓPICOS ESPECIAIS EM ETNOARQUEOLOGIA (disciplina optativa)....144
TÓPICOS ESPECIAIS EM ETNOBIOLOGIA E ECOLOGIA HISTÓRICA (disciplina optativa)....146
TÓPICOS ESPECIAIS EM TRABALHO DE CAMPO (disciplina optativa)....147
TÓPICOS ESPECIAIS EM ZOOARQUEOLOGIA (disciplina optativa)....147
LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS I (disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas) 148
LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS II (disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas) 149
LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS III (disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas) 150
LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS IV (disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas) 151
LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS V (disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas) 151
LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS VI (disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas) 152

ANEXO II - REGULAMENTO PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO....154

ANEXO III – QUADRO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES....164

ANEXO IV – NORMAS PARA CONTABILIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO....166

ANEXO V - REGRAS GERAIS E ESPECÍFICAS DE USO DOS LABORATÓRIOS VINCULADOS AO CURSO DE ARQUEOLOGIA 168

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 MANTENEDORA

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ed. Sede e Anexos						
Bairro:		Cidade:	Brasília	CEP:	70.047.903	UF	DF
Fone:		Fax:					
E-mail:	gabineteUFOPA@hotmail.com						

1.2 MANTIDA

1.2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
End.:	Rua Vera Paz	n.	s/n				
Bairro:	Salé	Cidade	Santarém	CEP	68.040-255	UF	Pará
Telefone:	(93) 2101-4911	Fax:	(93) 2101-4912				
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br/ gabinete@ufopa.edu.br						
Site:	www.UFOPA.edu.br						

1.2.2 Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

1.2.3 Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora		
Nome:	Aldenize Ruela Xavier		
CPF:	67350020244		
Telefone:	(93) 2101-6506	Fax:	(93) 2101-6520
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br		

1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitor: Profª. Drª. Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitor: Profª. Drª. Solange Helena Ximenes Rocha

Presidente do Conselho Superior: Profª. Drª. Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Dr.ª Honorly Kátia Mestre Correa

Pró-Reitor de Planejamento Institucional: Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Profª Me. Fabriciana Vieira Guimarães

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Prof. Me. Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitora de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Lenise Vargas Flores da Silva

Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Profª. Drª. Ediene Pena Ferreira

Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade: Profª. Drª. Ana Maria Silva Sarmento

Coordenadora do Bacharelado em Arqueologia: Profª. Drª. Myrtle Pearl Shock

Vice-Coordenador do Bacharelado em Arqueologia: Prof. Dr. Claide de Paula Moraes

Coordenadora do Laboratório Curt Nimuendajú: Profª. Drª. Camila Pereira Jácome

1.3 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo Presidente da República em Exercício José Gomes Alencar da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2009. É uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, cuja sede está localizada na cidade de Santarém-Pará, terceira maior população do Estado.

É uma universidade multicampi, além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campus nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, existe a Unidade Rondon, antigo campus da UFPA e a a Unidade Tapajós, antigo Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (NDSA), onde funcionava a Unidade Descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA Tapajós).

A história da UFOPA inicia com o processo de interiorização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Santarém, efetivamente em 1971, pelo Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução n°

39/1970 – CONSEP–UFPA). Inicialmente, foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração, no período de 1971 a 1973, cujas atividades de ensino foram desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, proporcionando que, no período de 1980 a 1983, fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuíssem a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – em 1983 – possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da UFOPA.

Em janeiro de 1987 a UFPA começou o processo de interiorização por meio de 8 (oito) campi universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia –, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionavam no período intervalar, com os professores sendo deslocados do campus de Belém.

Com a finalidade de dar um caráter permanente às ações da UFPA no município de Santarém, no princípio da década de 90, deu-se início à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio.

Em 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

No ano de 2003 começou o processo de interiorização da UFRA com a criação da Unidade Descentraliza do Tapajós (UFRA Tapajós). O Campus da UFRA Tapajós começou a funcionar nas instalações do Centro de Tecnologia Madeireira (CTM) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o qual em 20/12/2005 passou a ser denominado de NDSA.

Em 2006, foi apresentado um Projeto Legislativo no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais nos Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá.

Em solenidade comemorativa aos 50 anos da Universidade Federal do Pará, ocorrida no

Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então Reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação Fernando Haddad o projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Posteriormente, os Ministros da Educação Fernando Haddad e do Planejamento Paulo Bernardo da Silva encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei - PL 2879/2008 propondo a Criação da UFOPA fosse enviado ao Congresso Nacional.

A SESU/MEC instituiu a Comissão de Implantação da UFOPA, pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2008, com a finalidade de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei n° 2879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Nesta mesma data, foi instituído um Conselho Consultivo integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador, SEDECT, FAPESPA, SEDUC, SEPAQ, SIDS e IDEFLOR), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Banco da Amazônia, UFPA, UFRA e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação.

Durante todo o processo de implantação da UFOPA, foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, dentre as quais destacamos os Seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade, modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”. Participaram desse Seminário Reitores e Dirigentes das mais destacadas instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES/MEC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Santarém, docentes, técnicos administrativos e discentes, além de representantes da sociedade civil organizada.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad, em dezembro de 2008, em Belém–Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora, eficiente, integrando sociedade, natureza e

desenvolvimento.

Em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da Universidade Federal do Pará, instituição tutora da UFOPA, foi instalado o Conselho Consultivo da UFOPA com finalidade de manter um canal de comunicação com a sociedade.

Atualmente, a Universidade possui mais de 8 mil alunos de graduação matriculados, os alunos ingressaram via ENEM ou via Programa de Ação Afirmativa, que permite o acesso de alunos indígenas, remanescentes de quilombo e deficientes físicos ao ensino superior por um processo seletivo especial. Mais de mil alunos estão matriculados nos cursos de especialização, mestrado e doutorado.

1.4 MISSÃO INSTITUCIONAL

A Missão informa o propósito fundamental de uma organização, ou seja, expressa claramente a razão de sua existência. Criada pela Lei nº 12.085/2009 com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover extensão universitária, a Ufopa tem definido em seu Estatuto, como finalidade precípua, a educação superior voltada à produção de conhecimento científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade.

A Ufopa tem como missão: Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

1.5 VISÃO INSTITUCIONAL

A Visão expressa como uma organização ou instituição deseja ser reconhecida, ou seja, é a declaração de futuro que evidencia aonde uma organização quer chegar num recorte de tempo. É a partir dela que são criadas todas as ações para guiar o alcance das metas estabelecidas. Portanto, a Visão está relacionada diretamente com o planejamento estratégico.

Associada à Missão, a Visão de Futuro da Ufopa para esse ciclo de planejamento é: Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos.

1.6 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

Em consonância com a Missão, a Visão e os Valores institucionais, o PPI da Ufopa orienta-se pelos seguintes princípios:

a) Responsabilidade social e pública. Orientada por valores alicerçados na democracia, justiça social, solidariedade e respeito à diversidade, a Ufopa deve formar e empreender esforços para desenvolver processos de atuação inclusivos que favoreçam o acesso de

pessoas e grupos historicamente excluídos do ensino superior; pautar suas ações no respeito aos valores humanos e na preservação ambiental; defender a garantia da universidade pública e gratuita; e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento das populações amazônidas.

b) Pertinência e desenvolvimento humano sustentável. A Ufopa deve contribuir para a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, buscando atender às necessidades da população em associação com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito a propiciar o desenvolvimento humano sustentável. Deve adotar critérios e práticas sustentáveis, visando à renovação e ao uso racional de recursos naturais, fortalecer capacidades para inovações que propiciem o uso sustentável da geodiversidade e da biodiversidade amazônicas, em consonância com o aprimoramento continuado dos serviços ofertados e da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

c) Interculturalidade e inclusão. A Ufopa deve primar por uma política de ações afirmativas e inclusiva, objetivando a defesa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de promoção do direito à diversidade cultural, de busca da igualdade de gênero, de garantia dos direitos das pessoas com deficiência (PcDs), bem como de diminuição da desigualdade social e do combate a todo tipo de discriminação e preconceito. A valorização de qualquer ato ou expressão que configure respeito à diversidade deve ser um compromisso institucional que norteará todas as ações e práticas no ambiente acadêmico.

d) Relevância científica, artística e sociocultural. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser objeto de produção e socialização do conhecimento, na perspectiva de sua integração para valorização das manifestações científicas, artísticas e culturais, resguardada a pluralidade e a universalidade do conhecimento. A Ufopa deve desenvolver a capacidade de inovação contínua diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a reflexão em face das novas demandas econômicas e sociais. Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa | 2019-2023 35

e) Interdisciplinaridade. A promoção do diálogo entre os diversos campos do saber que compõem a dinâmica da universidade, bem como a articulação na relação entre universidade e sociedade, constitui-se, assim, na superação da visão fragmentada do conhecimento e na constante troca de saberes científicos e tradicionais. Para isso, a Ufopa desenvolverá suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com base em práticas pedagógicas integradoras, além da flexibilização curricular e da valorização e intercâmbio entre as diversas culturas, crenças e saberes.

f) Inovação. A inovação, presente em todas as áreas e segmentos da sociedade, é a mola propulsora que se situa na interface da relação entre a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento. Na Ufopa, a inovação deve transversalizar todos os processos formativos, porque é complexa, interativa e compreendida como um dos importantes vetores do desenvolvimento humano sustentável.

g) Interatividade. A dimensão do desenvolvimento humano é integral e global. Assim, a Ufopa deve manter-se em contínuo intercâmbio de conhecimento com a comunidade científica internacional, visando posicionar-se como protagonista na fronteira do conhecimento, como meio de aperfeiçoar a plena formação acadêmica. Neste particular, é crucial a criação de programas que potencializem a interatividade institucional, no sentido de priorizar a inserção de seus estudantes e servidores no cenário de excelência acadêmica, inclusive internacional. A Ufopa deve garantir a formação linguística equivalente à necessidade de consolidação do acervo de experiências permutadas com estudantes de outras nações, ao se traduzirem em valorização de sua prática profissional futura.

2 O CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

2.1 INSERÇÃO INSTITUCIONAL

A UFOPA foi criada pela Lei nº 12.085/09, de 05 de novembro de 2009 a partir da incorporação dos campi da UFPA e UFRA, situados em Santarém-PA, com o propósito de ampliar a missão de interiorização e de integração do ensino superior na Região Amazônica. Considerada enquanto Universidade da Integração Amazônica, ela apresenta um objetivo estratégico de repensar e ampliar a formação acadêmica e a produção de conhecimento científico na região.

Assim, pensadas sob uma ótica relacional, as áreas de formação da UFOPA partem, sobretudo, da integração entre diversos saberes como marco central de sua constituição, colocando para si o desafio de serem diferenciadamente interdisciplinares. Neste contexto, a Arqueologia apresenta uma assinatura interdisciplinar particular, pois, se entendida como o estudo das sociedades humanas do passado e de seus processos adaptativos socioambientais a partir de vestígios materiais, ela se apoia em elos recíprocos entre História, Ecologia, Antropologia e Geologia. Este aspecto da Arqueologia por si só já define uma afinidade estratégica com o projeto da Instituição.

2.2 ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA

Para entender melhor essa relação e sua relevância é necessário compreendermos um pouco mais o que é Arqueologia Amazônica. Os primeiros vestígios da ocupação humana na região remontam há mais de 12 mil anos, podemos falar então de uma História Cultural da Amazônia. Isto implica que quando se fala em História Natural da Floresta Tropical observa-se reciprocamente uma

História Cultural da Floresta. Assim, a Arqueologia Amazônica é a história antiga dos povos indígenas modificando a natureza e sendo modificados por ela. É a história de um processo recíproco da relação cultura-natureza, que permitiu que centenas de milhares, talvez milhões, de pessoas vivessem dentro de seus limites, sobretudo nos últimos 3.000 anos quando se observa uma intensificação da ocupação humana. O estudo arqueológico das ocupações e sociedades amazônicas não termina em 1500, as novas ocupações e transformações culturais a partir desta data nos levaram a uma nova configuração da sociodiversidade amazônica que também faz parte do escopo da Arqueologia.

Estudar Arqueologia Amazônica, portanto, é um caminho para se entender como as sociedades viveram adaptadas ao bioma amazônico até 1500, modificando–o sem exauri-lo. Isto quer dizer em uma palavra: sustentabilidade. Arqueologia Amazônica é a história da sustentabilidade humana na floresta tropical. Os graves problemas socioambientais que as Sociedades Amazônicas atuais e o Estado Brasileiro enfrentam para desenvolver adequadamente a região nos indicam que as lições históricas de sustentabilidade não estão sendo ouvidas. A Amazônia não está estudando o seu próprio passado humano. Uma sociedade sem história, sem memória, é obrigada a inventar-se do nada sem considerar o meio ambiente em que se insere. As populações indígenas e tradicionais amazônicas da atualidade tam pouco estão sendo ouvidas, mas são elas que, em grande parte, ainda possuem informações sobre esse "viver sem destruir".

Falar em meio ambiente é falar na história das sociedades que construíram essas paisagens, ambientes estruturados pelas ações e ideias humanas ao longo de milhares de anos. Desta forma, estudar Arqueologia na Amazônia é um meio de planejamento estratégico para orientar a sustentabilidade da sociedade atual e futura na floresta tropical. Neste quadro, a maior lacuna é a inexistência de um processo consolidado de formação acadêmica endógena em Arqueologia na região. Ou seja, a formação de quadros profissionais na Amazônia é bastante frágil.

As demandas crescentes de um mercado de trabalho para a Arqueologia na região, sobretudo vinculadas ao licenciamento ambiental das centenas de obras de infraestrutura, públicas e privadas, atreladas ao Processo de Aceleração do Crescimento nacional, em que pesem hidroelétricas, mineração, agronegócio, etc., vêm sendo preenchidas por profissionais de fora da Amazônia formados igualmente fora dela. Neste ponto, se insere de maneira estratégica um Bacharelado em Arqueologia dentro da UFOPA contribuindo na formação de uma primeira geração de arqueólogos nativos, bem como, oriundos de outras regiões interessados nas questões amazônicas. Todos dedicados a investigar o passado das diversas "Amazônias" e de aplicar as orientações derivadas desses estudos na resolução dos problemas do presente, dentro e fora da região. Desta maneira, olhando para o passado estaremos refletindo sobre modos mais inteligentes de nos relacionarmos

com a diversidade socioambiental amazônica.

Mesmo tendo um forte viés para a Arqueologia regional, o Bacharelado em Arqueologia da UFOPA foi pensado para preparar seus egressos de maneira que possam atuar em qualquer vertente principalmente, mas não somente, da Arqueologia Brasileira e Latino-Americana.

2.3 DADOS GERAIS DO CURSO

<table>
<tr><td>Endereço de oferta do cursoRua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) Bairro Salé | CEP 68040-255</td><td colspan="5">Av. Mendonça Furtado, 2946, Bairro Fátima, Campus Amazônia, Santarém PARua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) Bairro Salé | CEP 68040-255</td></tr>
<tr><td>Denominação do Curso</td><td colspan="5">Bacharelado em Arqueologia</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Turno de funcionamento/n. de vagas anuais</td><td>Integral</td><td>Matutino</td><td>Vespertino</td><td>Noturno</td><td>Totais</td></tr>
<tr><td>46</td><td></td><td></td><td></td><td>46</td></tr>
<tr><td>Modalidade</td><td colspan="5">Presencial</td></tr>
<tr><td>Regime de matrícula</td><td colspan="5">Semestral</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Duração do curso</td><td>Carga Horária Total (Horas)</td><td colspan="2">Tempo Mínimo</td><td colspan="2">Tempo Máximo</td></tr>
<tr><td>2400</td><td colspan="2">8 (oito) semestres</td><td colspan="2">12 (doze) semestres</td></tr>
</table>

2.4 JUSTIFICATIVA DO CURSO

A Amazônia apresenta processos singulares de inter-relações sociobiodiversas profundamente enraizadas na estruturação de suas paisagens e gentes. Entender esses processos históricos, socioambientais, na escala milenar de suas configurações é o papel fundamental da Arqueologia Amazônica. Contudo, apesar de ser um centro de interesse internacional para a pesquisa arqueológica, a formação e a fixação de profissionais em Arqueologia na Amazônia apresenta-se bastante debilitada, o que gera uma demanda para formação de profissionais de Arqueologia na escala regional. Alia-se a isso o acelerado processo de crescimento econômico da região feito sobre premissas muitas vezes inadequadas, pois, estão desligadas das inter-relações complexas e milenares entre paisagens e sociedades amazônicas.

Assim, a Arqueologia que aqui vem sendo pensada é entendida, sobretudo, como uma ferramenta crítica e propositiva para a construção de modelos de desenvolvimento mais adequados à Amazônia tendo por fundamentação a história cultural do Bioma. Por este viés, concebemos a Arqueologia dentro de um contexto em que seus papéis social, econômico e político podem ser visualizados na atualidade a partir do estudo das relações entre os grupos humanos, e entre estes e o meio ambiente, ao longo de uma história socioambiental de longa duração. Tal processo caracteriza-se como uma construção interdisciplinar, por excelência, de amplo espectro em que elementos de Antropologia, Geologia, História, Biologia e Ecologia se amalgamam a um corpus próprio de teorias, métodos e práticas da pesquisa arqueológica. Portanto, não se trata do estudo do

passado, pura e simplesmente, mas de apontar possibilidades de efetivação desses conhecimentos no presente, um exercício de transporte e tradução interdisciplinar, entre o passado e o presente, entre o científico-acadêmico e o tradicional-popular.

Nos últimos anos foram abertos 14 cursos de Arqueologia no Brasil, esse quantitativo apesar de pequeno, representa um crescimento enorme para a disciplina, mesmo se ainda muito limitado. A região Norte do Brasil, apesar de ser a maior região do país e uma das mais ricas arqueologicamente, só possui três cursos de Arqueologia a nível de graduação que funcionam de maneiras muito diferentes. O curso mais antigo se encontra no Estado de Rondônia, na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). O segundo curso mais antigo foi criado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), contudo esse curso não é continuado, ele funciona como projeto e é ofertado de maneira esporádica, por isso também não conta com um corpo docente permanente. Esse panorama demonstra o quão importante foi a criação do curso de Arqueologia na UFOPA, único para toda a região Oriental da Amazônia.

Desta forma, o curso visa fornecer uma formação teórica de amplo espectro, tratando desde temas como processo de hominização e as metodologias da Arqueologia de períodos extremamente antigos, passando por povoamento humano das Américas, História indígena pré-colonial, História, Etnohistória e Etnologia amazônica, História e Teoria do Pensamento Arqueológico até abordar a profissionalização da Arqueologia, mercado de trabalho, o papel do arqueólogo na sociedade contemporânea, etc. Desde um ponto de vista metodológico e prático, estão previstas diversas disciplinas envolvendo atividades de campo e laboratório a fim de instruir e familiarizar os discentes com essas importantes etapas da prática arqueológica. Neste aspecto, o contexto regional do Oeste do Pará é favorecido pela riqueza de seu patrimônio histórico e pré-colonial arqueológico, favorecendo o contato direto dos alunos com o objeto de estudo da Arqueologia e as atividades de campo do bacharelado. Sítios arqueológicos ocorrem dentro dos campi universitários (ex. Campus Tapajós e Fazenda Experimental da Universidade), na cidade de Santarém e no entorno próximo, em municípios vizinhos como Monte Alegre, Alenquer, Prainha, Belterra e Aveiro, caracterizando um rico registro arqueológico acessível para discentes e docentes.

Em laboratório a análise do material cerâmico, mais abundante no registro arqueológico amazônico, dividirá espaço com análise de material lítico, também muito presente no contexto regional, ecofatos (e.g. vestígios botânicos e faunísticos) e outros vestígios culturais como a arte rupestre, frequente no município de Monte Alegre, também serão alvo de análises e estudos. Em suma, o Oeste do Pará é uma região arqueologicamente riquíssima e pouco conhecida, onde processos importantes do desenvolvimento humano na Amazônia ocorreram com implicações para todo o povoamento Sul Americano. A pesquisa arqueológica aqui é uma necessidade científica,

histórica, cultural e desenvolvimentista.

A Arqueologia também tem um papel relevante na relação com os grupos sociais que se formam na região do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas, após a colonização. A cidade de Santarém, onde localiza-se o campus sede da UFOPA, tem uma ocupação humana contínua de mais de 4 mil anos. Essa ocupação passa pelos vestígios dos povos indígenas do passado anterior a colonização, mas também posterior à colonização, assim como de diversos outros grupos, como de populações africanas, afro-amazônidas, seringueiros, ribeirinhos, enfim, toda a diversidade populacional que compõem as regiões mencionadas e que podem ser abordadas pela Arqueologia conhecida como "Histórica". Além disso, cumpre ressaltar que a relação entre os diversos grupos sociais de Santarém e região, relacionam suas identidades com os lugares e objetos do passado. Essa rede de relações entre pessoas do presente e a Arqueologia, também é tratada pelo campo da Arqueologia Pública.

2.5 CONCEPÇÃO DO CURSO

A concepção original do curso de Arqueologia e sua atual revisão foram formuladas a partir das demandas institucionais e das demandas inerentes à própria disciplina. Sendo assim, num primeiro momento a Universidade tentou implantar um percurso interdisciplinar comum a todos os alunos da instituição, o que aumentava consideravelmente a carga horária do curso de Arqueologia. Contudo, com a constatação de que esse modelo não estava funcionando nos foi aberta a possibilidade de mudar o percurso acadêmico, aproximando-o das exigências estabelecidas pelo MEC e dos percursos estabelecidos por outras universidades brasileiras e internacionais, onde a tônica da interdisciplinaridade atravessa todos os componentes curriculares.

No caso específico do curso criado na UFOPA buscamos alinhar o curso com a realidade brasileira e com as especificidades amazônicas, que são únicas em todo o continente sul-americano.

2.6 JUSTIFICATIVA PARA AS ADEQUAÇÕES NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

Até as visitas de avaliação dos cursos de Arqueologia e Antropologia pelo Ministério da Educação (MEC) em junho e setembro de 2014, respectivamente, os seus projetos pedagógicos (PPC's) haviam sido estruturados tendo-se em vista dois fatores principais: o corpo docente que se tinha até aquele momento (seu número, suas capacidades e especificidades em termos de formação) e a conjuntura maior da Universidade e do Instituto dentro dos quais se trabalhava.

Assim, os PPC's que foram avaliados pelo MEC em 2014 foram produtos de uma conjuntura externa específica no âmbito universitário e de um contexto interno, igualmente específico, no âmbito do colegiado do Curso de Arqueologia. O Curso de Arqueologia se constituiu de maneira muito próxima ao Curso de Antropologia, os Projetos Pedagógicos refletem essa

parceria. As condições dos cursos que vinham se estruturando desde 2011/2012/2013, mudou com a entrada de novos professores, o que permitiu a retomada de intensas discussões nos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos sobre seus PPC's, reavaliando propostas anteriores. Tal atmosfera revisionista se projetou em 2014, em caráter parcialmente conclusivo, para efeito das avaliações.

Naquela altura, havia o entendimento categórico por todo corpo docente dos Cursos de Arqueologia e de Antropologia de que aqueles projetos não eram os melhores possíveis nem os ideais, apenas eram exequíveis guardando-se os dois fatores enunciados acima no marco temporal situado. Portanto, era de comum compreensão dentro do corpo docente que tão logo houvesse mudanças nos fatores, adequações nos PPC's teriam que se seguir. O que espelhava um aspecto importante da lógica própria deste instrumento de orientação dos cursos, isto é, sua abertura e flexibilidade para modificações mediante regulares avaliações internas por parte do corpo docente.

Ao comparar o contexto acadêmico de 2013/2014 com 2016, tendo-se por base os dois fatores mencionados acima, percebe-se que mudanças consideráveis ocorreram. No que diz respeito ao corpo docente, houve mudança significativa na composição em ambos os cursos. No segundo semestre de 2014 com a entrada de novos docentes, cinco na Arqueologia e três na Antropologia, com seus perfis teórico-metodológicos específicos ampliou-se não apenas a quantidade de profissionais, mas também a diversidade das formações acadêmico-científicas. Ou seja, foram introduzidos novos referenciais qualitativos e quantitativos. Além disso, no próprio ano de 2016 mais um professor de cada curso foi admitido no serviço público.

Com relação à conjuntura maior da Universidade, mudanças significativas foram observadas em seu projeto de gestão superior, com uma nova reitoria e novas administrações nas pró-reitorias, inaugurando uma nova fase na construção da Instituição. Reflexos importantes não tardaram a serem sentidos ao longo de 2015 culminando no presente. Assim, 2016 trouxe como desafio estrutural à Universidade uma reorientação no entendimento de como a interdisciplinaridade deve ser doravante construída, marcadamente sem a participação direta e obrigatoriedade dos componentes curriculares da Formação Interdisciplinar I, que era ministrada por docentes do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) dentro dos cursos. De fato, isto implica em uma mudança profunda no percurso acadêmico dos discentes da Instituição. Apesar da retirada da Formação Interdisciplinar I do CFI, no percurso do curso de Arqueologia, continuamos seguindo um dos princípios que norteiam a Ufopa, e que se encontra em seu Estatuto, que é oferecer aos discentes que nele ingressam experiências interdisciplinares. A Arqueologia é por si, uma disciplina interdisciplinar, que transita entre as ciências Humanas, Biológicas, da Terra e Exatas, sendo assim, os discentes do curso, tem tanto em seu componente curricular de ensino, quanto nos projetos de

pesquisa e extensão ações que promovem a vivência da interdisciplinaridade.

Assim, o NDE de Arqueologia entende que, dado o exposto acima, algumas adequações pontuais devem ser operadas em seus PPC's de forma a melhor atender às novas exigências do contexto atual. Tais adequações se restringem à criação de algumas disciplinas obrigatórias em substituição, ou não, a disciplinas anteriores. Bem como, a reformulação dos primeiros e segundos semestres de ambos os cursos que são preenchidos com disciplinas de formação introdutória em Antropologia e Arqueologia. Ou seja, observa-se uma reformulação na distribuição da grade de disciplinas. Para além dessas ações intrínsecas ao curso, a universidade vem propondo percursos diferenciados para os alunos de origem indígena, com o objetivo de melhorar o aproveitamento dos mesmos dentro da instituição e permitir que o acesso ao conhecimento universitário se dê de maneira mais adequada.

Finalmente, em 2022, uma nova estruturação do PPC foi implementada para atender uma demanda nacional de inclusão de carga horária de atividades de extensão no currículo dos cursos. Na oportunidade foram realizadas também mudanças no conteúdo, atualização de referências bibliográficas, adequação de carga horária, inclusão de novas temáticas e exclusão de atividades desatualizadas.

2.7 OBJETIVOS DO CURSO

2.7.1 Geral

Assentado em perspectivas teórico-metodológicas interdisciplinares, o bacharelado em Arqueologia da UFOPA volta-se para formar profissionais aptos a desenvolver pesquisa arqueológica bem como a atender às demandas e exigências da Arqueologia Brasileira com ênfase na Amazônia.

2.7.2 Específico

Objetiva-se formar profissionais para um mercado que exige sólida capacidade reflexiva e prática de trabalho, mas também flexibilidade nas estratégias de resolução de problemas de pesquisa. Tais capacidades são primordiais para intervenções em realidades específicas das sociedades e paisagens amazônicas que enfrentam hoje um processo de acelerada modificação dos padrões de vida tradicionais e transfiguração sensível de suas paisagens socioambientais. A Arqueologia, no contexto regional, tem um papel fundamental de potencial balizamento entre as modificações do presente e modelos de desenvolvimento bem-sucedidos no passado em termos de adaptação ao bioma amazônico. Assim, mais do que preservar a memória de maneira estática, a Arqueologia visa preservar a memória de maneira a possibilitar orientações nas práticas atuais das relações sociedade humanas-meio ambiente. Uma memória que se efetiva no presente ajudando a direcioná-lo sustentavelmente. Tal proposta nos remete ao corolário da Arqueologia Amazônica,

acima mencionado, enquanto História da Sustentabilidade Humana na Floresta Tropical.

Desta maneira, o objetivo do Bacharelado em Arqueologia é preparar o estudante para atuar em diversas frentes da Arqueologia motivando-o a refletir sobre o significado próprio do desenvolvimento histórico das sociedades humanas na Amazônia e fora dela. Sustentamos a ideia de que Arqueologia da Amazônia trata do presente e tem um papel importante na construção das relações que os humanos desenvolvem com a natureza e com a sociedade.

Tendo isto em tela, a criação pioneira do Bacharelado de Arqueologia na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA responde a: 1) suprir a citada demanda de formação e fixação regional; 2) formar profissionais com perfil interdisciplinar crítico aptos para entender as inter-relações complexas entre cultura, meio ambiente e história; 3) formar profissionais que atuem no mercado de trabalho dentro de premissas éticas e tecnicamente competentes de pesquisa, ensino e extensão.

2.8 NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas para discentes previsto para cada entrada anual é de quarenta e seis (46). Destas 46 vagas, quarenta (40) vagas são destinadas aos ingressantes pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), considerando vagas reservadas para cotas (socioeconômicas, etnicoraciais, etc.) e não-cotas. Ademais, seis (6) vagas são especificamente destinadas para o Processo Seletivo Especial (PSE), sendo três (3) vagas destinadas para candidatas/os quilombolas e três (3) vagas destinadas para candidatas/os indígenas.

A definição do número de vagas foi sendo alterada ao longo da existência do curso, seguindo a realidade regional, que foi sendo compreendida e analisada ao longo do tempo, e as orientações encaminhadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN).

Assim, na primeira portaria de criação do curso, tinham sido definidas 100 vagas (Portaria da UFOPA Nº 142, de 19 de Fevereiro de 2013) pelo Reitor Pró-tempore que buscava trabalhar com um número amplo, contudo, posteriormente o curso foi informado que era preciso trabalhar com um quantitativo com o qual de fato conseguiríamos trabalhar, visto o número de entradas anuais e o número de docentes (até o ano de 2014 haviam apenas 4 efetivos).

Em 2015, na Portaria No. 306, de 23 de de abril de 2015 da Secretaria da Regulação e Supervisão da Educação Superior, já foi aprovado o quantitativo de 30 vagas.

Contudo, após várias avaliações sobre o quantitativo a ser atendido e considerando a Portaria Normativa Nº 10, de 6 de maio de 2016 do Ministério da Educação, o colegiado enviou um memorando à Pró-Reitoria de Ensino no anos de 2016 solicitando o aumento de vagas de 30 para 46. Este aumento deve-se à demanda relativamente alta oriunda de candidatos quilombolas e indígenas. Tal solicitação foi antendida conforme consta nos nos registros do sistema EMEC e que

estão nos Atos Autorizativos deste PPC.

3 FORMA DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará ocorre de acordo com o Art. 189 do Regimento de Graduação da UFOPA, Resolução No. 331/2020. Entretanto, como não há Bacharelado Profissional ou Bacharelado Interdisciplinar no ICS, não fazemos a Progressão Acadêmica.

3.1 PROCESSO SELETIVO REGULAR (PSR)

O processo Seletivo Regular (PSR) acontece via o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O discente classificado no processo seletivo regular poderá habilitar-se a matricular-se em uma das vagas disponibilizadas pela UFOPA. No PSR, a UFOPA utiliza processo de cotas para candidatos oriundos de escolas públicas e pessoas com deficiência.

3.2 PROCESSO SELETIVO ESPECIAL

Trata-se de um processo de seleção direcionada para povos indígenas e quilombolas, realizado em duas fases: uma prova de língua portuguesa, na primeira e, uma entrevista na segunda. Esse processo passa por contínua avaliação e adequação por parte dos gestores da universidade, existindo a possibilidade de mudanças que são externas ao Curso de Arqueologia.

3.3 PROCESSO SELETIVO VIA MOBILIDADE INTERNA (MOBIN)

Através deste processo, regido pela artigo 196 do regimento de graduação da UFOPA, graduandos da própria universidade que queiram mudar de curso podem solicitar transferência, mediante disponibilidade de vaga e processo seletivo interno.

3.4 PROCESSO SELETIVO VIA MOBILIDADE EXTERNA (MOBEX)

Este processo poderá acontecer quando não há preenchimento de vagas no curso. Um processo seletivo serão definidos em edital específico principal conforme o artigo 198 do regimento de graduação da UFOPA.

3.5 TRANSFERÊNCIA EX OFFICIO

A transferência ex officio é o ato decorrente da transferência para a UFOPA do vínculo que o discente de curso de graduação mantém com a instituição de origem, nacional ou estrangeira, independentemente da existência de vaga e de prazo para solicitação. Esta entrada é regida pelo Art. 200 do regimento de graduação da UFOPA.

3.6 OUTRAS FORMAS DE INGRESSO, DESDE QUE APROVADAS PELO CONSEPE

O Consepe pode definir novas formas de ingresso nos cursos de graduação, desde que apresentado projeto com justificativa e motivação que indique claramente os instrumentos de seleção dos candidatos e a origem das vagas, esta entrada segue o Art. 205 do regimento de graduação da UFOPA.

4 PERFIL DO EGRESSO

O curso visa formar, além de profissionais tecnicamente aptos para o exercício da atividade de arqueólogo, pesquisadores iniciantes com perfil interdisciplinar crítico, capacitados para o entendimento básico das inter-relações entre cultura, meio ambiente e história no contexto amazônico e em contextos arqueológicos mais amplos. Egressos que, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, estejam aptos ao desenvolvimento de projetos de pesquisa de pós-graduação dando seguimento às suas formações acadêmicas, bem como, profissionais graduados que possam vir a atuar crítica e competentemente nos mais variados segmentos do mercado de trabalho aberto à Arqueologia, sejam dentro de instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, sejam acadêmicas ou empresariais, organizações não governamentais, etc. Propõe-se uma atuação pautada pela observância às premissas éticas de pesquisa, ensino e extensão que englobem preservação, valorização e promoção do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, compreendendo e respeitando-se, fundamentalmente, às diversidades socioambientais intra e inter-regionais. Neste sentido, o curso visa habilitar os discentes para o desenvolvimento das seguintes competências:

- Domínio teórico dos principais conceitos, escolas, teorias e hipóteses essenciais da Arqueologia geral, com maior atenção à Arqueologia Amazônica.
- Domínio de noções e procedimentos fundamentais para a interdisciplinaridade arqueológica derivadas de áreas conexas como a Antropologia, a História, a Biologia e a Geologia.
- Domínio técnico dos procedimentos básicos de investigação de gabinete (levantamento documental, bibliográfico, pesquisa de pré-escavação);
- Domínio técnico dos procedimentos básicos de investigação de campo (prospecção e escavação);
- Domínio técnico dos procedimentos básicos de investigação laboratorial (análise de material cerâmico, lítico, ósseo humano, faunístico e botânico).
- Domínio técnico dos procedimentos básicos de curadoria arqueológica, Museologia e preservação do patrimônio arqueológico.
- Competência para formulação e execução de projetos de pesquisa, seja de natureza acadêmica, projetos de pós-graduação, seja de outra ordem, como extensão com a comunidade dentro e fora da comunidade acadêmica, ou ainda, dentro do Licenciamento Ambiental.

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Com base no que foi mencionado anteriormente, o curso de Bacharelado em Arqueologia apresenta um perfil voltado para integração flexível e interdisciplinar dos três níveis das políticas institucionais da Universidade: Ensino, Extensão e Pesquisa. Neste processo, um aspecto importante é a flexibilidade curricular do curso de Bacharelado em Arqueologia que é garantida pelo

componente curricular das Atividades Complementares e pelas disciplinas optativas que serão abordadas mais adiante. Por ora, cabe um breve detalhamento de cada um dos três níveis das políticas institucionais no contexto do Bacharelado em Arqueologia.

5.1 POLÍTICAS DE ENSINO

O ensino na UFOPA é desenvolvido nos níveis de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), ações complementares para públicos internos e externos associadas às ações de extensão e pesquisa. O foco do ensino na instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. O ensino na Ufopa é regido pelo Regimento de Graduação, a Resolução Nº 331, de 28 de setembro de 2020.

O curso foi estruturado em conformidade com os parâmetros curriculares nacionais, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social. Não há diretrizes nacionais para o bacharelado em Arqueologia, mas há um documento de "Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura" elaborado pelo MEC em 2010 que norteia a elaboração dos PPC´s do curso.

O Bacharelado de Arqueologia está dentro do Curso de Arqueologia vinculado ao Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), seu percurso mínimo se faz em quatro (4) anos. Durante todo o desenvolvimento do curso procura-se incentivar os alunos a buscarem interação com os outros institutos, através de disciplinas optativas livres e de projetos de pesquisa e extensão. Visto que estas três dimensões são essenciais para o bom desempenho do aluno durante seu percurso acadêmico e posteriormente.

Ademais, a UFOPA oferece para os alunos indígenas oriundos do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) a Formação Básica Indígena (FBI), regulamentada pela Resolução Nº 194, de 24 de abril de 2017, que corresponde ao processo de formação básica inicial em ensino superior. Essa formação tem a duração de dois semestres e contempla conteúdos das áreas de Ciências Exatas, Ciências Humanas, Tecnologias e Letras – Língua Portuguesa, desenvolvidos por ações de ensino e extensão. O aluno indígena ingressante cumpre uma carga horária de 560h com o objetivo de ampliar o conhecimento com vistas em promover a integração e permanência do aluno indígena e diminuir a retenção e a evasão universitária. Desde o ano de 2016, os alunos oriundos do PSEI são direcionados diretamente para essa formação básica antes de ingressar no curso para o qual foi aprovado. Ou seja, no ano de ingresso, o aluno indígena cumprirá a FBI e ingressará efetivamente no curso para o qual foi aprovado apenas no ano seguinte. Com isso, o aluno indígena terá o seu prazo de integralização ampliado em um ano, ou seja, os discentes indígenas possuem um percurso mínimo de cinco (5) anos. Com essa política de ações afirmativas, a UFOPA pretende promover a integração e melhores condições para a permanência dos alunos indígenas que

ingressam pelo PSE.

Outro conjunto de disciplinas se volta especificamente para os alunos indígenas e quilombolas que, desde o ano de 2017, passaram a ter um acompanhamento específico por meio de um conjunto de disciplinas Optativas. Essas disciplinas, ofertadas pelos cursos de Antropologia e Arqueologia, são: “Laboratório de Textos Antropológicos e Arqueológicos I a VI”, pertencentes ao PPC da Antropologia (não descritas no PPC de Arqueologia), e “Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos I a VI”, pertencentes ao PPC de Arqueologia, seus ementários estão mais a frente. A proposta surgiu em 2013 e foi aprimorada em 2017, tendo em vista uma série de discussões sobre a efetiva inserção dos alunos indígenas e quilombolas nos cursos de Antropologia e Arqueologia em termos de relações com outros discentes não indígenas e não quilombolas e grau de apreensão dos conteúdos específicos, dado as dificuldades por eles apresentadas devida à soma de sua origem sociocultural diferenciada – parte desses alunos não tendo o Português como língua materna, por exemplo – às debilidades dos contextos escolares aos quais tiveram acesso. No atual formato, os cursos de Antropologia e Arqueologia se alternam na oferta semestral dessa disciplina, que abriga os alunos indígenas e quilombolas de ambos os cursos. Desse modo, tais discentes têm a oportunidade de nelas se matricular em todos os semestres, e são ativamente incentivados pelas coordenações a fazê-los. Tais disciplinas se configuram como um espaço de estudos orientado por um professor, ora do curso de Antropologia ora do curso de Arqueologia com uma equipe de monitores-bolsistas e monitores-voluntários. Dentro de sala de aula, além de serem trabalhadas dúvidas e dificuldades gerais no âmbito do conhecimento acadêmico, o professor responsável e a equipe de monitores provêm um acompanhamento qualificado do processo de aprendizado dos discentes indígenas e quilombolas nas demais disciplinas que cursam em dado semestre.

5.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

O curso segue as diretrizes das atividades de extensão dispostas na Resolução nº 331 de 28/09/2020 do Regimento de Graduação, na Resolução de Extensão nº 301 de 26/08/2019 e na Orientação para Creditação de Extensão do UFOPA, PROCCE/PROEN de 30/05/2022. De acordo com essa resolução nº 331:

> Art. 18. As atividades de extensão incluídas no PPC são partes do percurso acadêmico obrigatório do discente, respeitado o perfil profissional e as peculiaridades do currículo, configurado na matriz formativa de cada curso, considerando:
>
> I - que as atividades de extensão se estruturam com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com a

> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Nacional de Extensão Universitária.
>
> II - que a carga horária total exigida para a integralização do curso deve assegurar, no mínimo, 10 % (dez por cento) do total de créditos curriculares para programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, com base na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE.

As atividades de extensão se inserem na pesquisa e ensino, e envolvem ações de articulação com a sociedade através da arte, educação e cultura. A extensão está presente tanto no processo de aprendizado dos alunos com os diferentes conhecedores e mestres da cultura regional quanto na extroversão dos conhecimentos produzidos dentro da academia por meio da elaboração e execução de projetos de formação de professores e educadores, desenvolvimento de materiais didáticos, articulações com museus locais, projetos de valorização do patrimônio material e imaterial, etc.

As atividades de extensão devem ser sempre orientadas por um docente e podem ser apoiadas pela UFOPA, conforme regras específicas da universidade para esse fim, ou por fontes financiadoras externas, desde que previamente aprovadas pelo ICS. Estimula-se que todos os docentes com projetos e programa de extensão os cadastrem na Pró-Reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão (PROCCE), tenham eles carga horária alocada ou não. A PROCCE oferta, quando possível, bolsas voltadas para extensão para os discentes da instituição.

Tendo em vista a multiplicidade de aspectos e saberes envolvidos, os programas e projetos de extensão realizados pelo Bacharelado, em parceria ou não com outros cursos da UFOPA, devem estimular e buscar propiciar aos alunos a participação em ações conjuntas com instituições públicas, entidades não governamentais, empresas e movimentos sociais.

A extensão encontra-se integrada no Bacharelado através de 3 componentes curriculares: Práticas Integradoras de Extensão I (60 hs), ofertada no 2º período do curso, Práticas Integradoras de Extensão II (60 hs), ofertada 6º período do curso, além de Atividades de Extensão (120 hs), ofertada no 8º período do curso, quando os comprovantes devem ser entregues para análise e creditação. Na disciplina Práticas Integradoras de Extensão I os alunos serão apresentados aos conceitos e teorias norteadoras das atividades extensionistas, contextualizando-as com casos concretos de ações práticas extensionistas. Enquanto que no componente Práticas Integradoras de Extensão II, os discentes, orientados pelo docente ministrante, irão elaborar projetos de atividades extensionistas. Estes projetos serão executados pelos alunos, os projetos irão incluir cursos, palestras, atividades práticas de pesquisa arqueológica associadas a ações extensionistas, voltados para comunidade externa da UFOPA, sempre com supervisão dos professores e contabilizados

dentro das Atividades de Extensão. A carga horária das ações desenvolvidas no âmbito das Práticas Integradoras de extensão I e II não poderá ser contabilizada dentro do componente Atividades de Extensão.

Além das atividades integradoras, os discentes terão oportunidade de participar de projetos de extensão coordenados por professores do Curso de Arqueologia (ou outros cursos da UFOPA), cadastrados na PROCCE. Os estudantes do Curso de Arqueologia terão oportunidade de atuar em projetos com escolas e comunidades da região de Santarém, assim como de outras regiões onde atuam os professores do Curso, cuja missão é apresentar conceitos básicos da Arqueologia, assim como resultados da Arqueologia regional, que possam ser incorporados aos currículos escolares como conteúdo de apoio. O curso recebe, por meio de agendamento, visitas guiadas de escolas e outros grupos, nas dependências e para conhecer o acervo arqueológico do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju, o que constitui também uma ação extensionista.

5.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

A pesquisa na UFOPA, associada ao ensino e à extensão, objetiva a produção e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica. A iniciação à pesquisa é etapa fundamental do Bacharelado em Arqueologia e constitui a base em que o aluno constrói sua formação numa perspectiva integrada e conectada com os contextos sociais em que se insere e nos quais atuará após a conclusão do curso. Essa etapa, porém, não se efetua em períodos rigorosamente delimitados, mas em atividades continuadas de pesquisa.

Durante a Formação, oferta-se aos alunos a possibilidade de integração e participação em projetos de pesquisa sob orientação de seus professores e experimentação de diferentes linhas de investigação científica no âmbito de disciplinas práticas e atividades em laboratórios.

Além daquelas decorrentes dos projetos individuais de pesquisadores, que podem ser Projetos Institucionais Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC) ou com bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que podem ser concedidas com recursos próprios da UFOPA ou externos (ex. CNPq e Fapespa). Bolsas de Monitoria ofertadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFOPA também oferecem aos alunos o contato com atividades de Ensino e Pesquisa (atividades laboratoriais de Curadoria Arqueológica, Análise de materiais e outras).

Paralelamente às atividades coordenadas dentro de um projeto de pesquisa específico, o Laboratório de Arqueologia promove estágios voluntários. Os materiais utilizados nessas atividades provêm das disciplinas de campo e permitem que os alunos acompanhem todo o processo de análise do campo até o acondicionamento definitivo na reserva técnica.

5.4 APOIO AO DISCENTE

O bacharelado em Arqueologia em consonância com as diretrizes da Universidade Federal do Oeste do Pará, pretende assegurar a permanência de seus discentes e a conclusão do curso. Para isso tem se articulado institucionalmente com os programas de permanência dos discentes através de bolsas-permanência concedidas pela Universidade, bem como, bolsas de ensino como Monitoria, Acessibilidade e Ceanama. Além disso, busca viabilizar na instituição, utilizando os mecanismos de participação e deliberação vigentes, políticas de assistência universitária com vistas a garantir um mínimo de infraestrutura para o melhor aproveitamento dos discentes e das demais categorias (docentes e técnicos-administrativos).

Outra política geral de inclusão social específica da UFOPA é o processo seletivo especial (PSE) diferenciado para indígenas desde 2011 e 2016 para quilombolas. A partir desta entrada diferenciada, a Universidade promove um ciclo básico de formação de 1 ano para os ingressantes indígenas visando a auxiliá-los no processo de integração do percurso acadêmico de ensino de nível superior.

O Bacharelado em Arqueologia também oferta semestralmente uma disciplina de apoio, com monitoria, chamada Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos, para ingressantes indígenas e quilombolas. Esta ação, ofertada desde o primeiro semestre, tem se mostrado essencial para o acompanhamento dos discentes ao longo de todo o seu percurso acadêmico.

O atendimento diário aos discentes é realizado pela Secretaria Acadêmica do ICS (aberta em horário comercial), pela Coordenação do Curso de Arqueologia e pela administração do laboratório, setor essencial do curso, onde são realizadas a maior parte das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Além das políticas aplicadas diretamente pelo curso, o ICS possui uma Comissão de Ações Afirmativas que visa acompanhar discentes e docentes no processo de ensino-aprendizado. No âmbito geral da Universidade, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) concentra as seguintes atividades de apoio:

A Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA) está vinculada à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa. No organograma da diretoria estão vinculadas a Coordenação de Inclusão e Diversidade (Cidi), Núcleo de Psicologia (NUPSI), o Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE), o Núcleo de Acessibilidade (Nuaces) e o Núcleo de Práticas Restaurativas (Nuprare).

Os projetos, as ações e as atividades desenvolvidas DPEAA, Cidi, Nuaces e Nuprare estão em consonância com os objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/Ufopa) e com demais objetivos que estejam pautados na promoção e efetivação da igualdade

de oportunidades. Coadunando com os objetivos estratégicos do PDI os trabalhos da DPEAA estão pautados nos seguintes objetivos norteadores:

(a) Propor políticas de acompanhamento aos estudantes que ingressam nos cursos de graduação da Ufopa, sobretudo os estudantes público-alvo das ações afirmativas.

(b)Valorizar o pertencimento identitário;

(c)Promover a valorização da diversidade sociocultural nos processos formativos;

(d)Fortalecer a interação com a Educação Básica;

(e)Propor políticas educacionais na perspectiva intercultural e de valorização dos diferentes saberes;

(f)Promover e ofertar de cursos de formação/capacitação nas temáticas LGBTQIAP+; indigena, quilombola, negra e PcD;

(g)Intensificar as relações da Ufopa com a sociedade civil organizada, entidades e organizações públicas e privadas;

(h)Combater o racismo e todas as formas de preconceito e discriminação;

(i)Propor proposta para as ações afirmativas multicampi;

(j)Elaborar documentos institucionais (Cartilhas, Relatórios e outros) com propostas educativas e informativas;

(k)Propor a garantia das condições de permanência e acompanhamento dos discentes da Ufopa, considerando as especificidades sociais, culturais, linguísticas e identitárias visando o fortalecimento das ações afirmativas;

(l)Realizar eventos, fóruns e debates para discutir, avaliar e encaminhar propostas voltadas para as políticas de ações afirmativas e de acompanhamento estudantil;

(m) Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.

Também estão entre as diretrizes de trabalho da DPEAA, estabelecer diálogos internos com as unidades acadêmicas e administrativas da Ufopa, bem como propor diálogos interinstitucionais com os movimentos sociais, lideranças comunitárias, conselhos e federações, visando sempre o respeito às diversidades, suas especificidades através do diálogo democrático.

Através da Proges também estão disponíveis os seguintes serviços: Restaurante Universitário; Coordenação de Políticas Universitárias de Alimentação e Nutrição; Coordenação de Esporte e Lazer; Núcleo de Acessibilidade; Núcleo de Gestão Pedagógica; Núcleo de Psicologia; Núcleo de Serviço Social; Seguro de Vida Coletivo e Programa Bolsa Permanência. Com essas ações a universidade visa atender a todos os discentes, sejam eles oriundos de Ações Afirmativas ou não, entendendo que todos podem precisar de algum tipo de apoio para permanecer na universidade e/ou concluir seu percurso acadêmico a contento.

Fora as ações diretamente organizadas pela universidade, a instituição estimula a formação de Centros Acadêmicos (CAs) por curso organizados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), assim como a criação de diretórios específicos para discentes oriundos de Ações Afirmativas como o Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) e o Coletivo dos Estudantes Quilombolas (CEQ). Esses coletivos possuem representatividade em várias instâncias assim como espaço físico na instituição.

5.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).

O CEP – UFOPA foi instituído em 20 de dezembro de 2019 através da Portaria n°43/2019 da Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará. O documento abaixo foi redigido de acordo com as normas para atuação dos CEP's, delineadas nas Resoluções CNS 370/2007, CNS no 466 de 12/12/2012 e CNS no 510 de 07/04/2016, além de demais documentos normativos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde. Este regimento foi aprovado em 21/10/2020. A CEP-UFOPA é um órgão que define as diretrizes e termos de compromisso de projetos de docentes envolvendo seres humanos.

5.6 POLÍTICA DA VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Com o ingresso de discentes Indígenas, Quilombolas e de outras Comunidades Tradicionais na Universidade Federal do Oeste do Pará, vem crescendo, concomitantemente, a demanda para que a Instituição repense sua estrutura de conhecimento, monoepistemológica e ocidentalizada. Neste processo, vêm ocorrendo tensionamentos na direção de abertura à diversidade multiepistemológica desses povos e sociedades dentro da Ufopa e de outras universidades públicas, para além da ciência de base eurocêntrica. Interculturalidade tem sido palavra-chave norteando esforços para a "promoção de diálogos sistemáticos entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais viabilizando aprendizados mútuos… buscando uma aproximação simétrica entre os saberes acadêmicos e aqueles provenientes de outros modos de experimentar e conhecer o mundo, em especial os das matrizes Indígenas e Afro-descendentes" (Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais, UFMG, 2017).

Imbuído desse espírito, o curso de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará tem se preocupado com o processo de inclusão de outras matrizes de conhecimentos no processo de formação acadêmica da Arqueologia. Desta maneira, buscando formas diversas de descolonizar sua grade de conteúdos e seus processos de ensino, pesquisa e extensão, o curso propõe, entre outras coisas, a prática de incluir conhecedores e conhecedoras Indígenas, Quilombolas e de Comunidades Tradicionais publicamente reconhecidos em suas comunidades e povos como detentores de conhecimento em áreas correlatas e complementares à Arqueologia Amazônica, detentores de notório saber em áreas correlatas às questões da Arqueologia Amazônica, para compor diversas atividades junto aos membros de seu corpo docente. Tais quais: participação em projetos de

pesquisa e extensão, palestras e participação em eventos. Mas, de maneira significativa, podem dar grandes contribuições em bancas e comissões de avaliação de trabalhos de conclusão de curso (TCC), bem como, ao atuarem como co-orientadores em muitos dos trabalhos acadêmicos e pesquisas de campo de discentes provenientes dessas comunidades. De maneira mais efetiva, entendemos que estes conhecedores e conhecedoras podem dar contribuições fundamentais como membros de bancas de avaliação de trabalhos de conclusão de curso (TCC), bem como, atuando como co-orientadores de muitas das pesquisas de discentes provenientes dessas comunidades tradicionais e povos. Desta forma, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Arqueologia busca caminhos para institucionalizar no âmbito do curso o reconhecimento da participação de conhecedores e conhecedoras Tradicionais, Quilombolas e Indígenas ocupando tais espaços de avaliação e co-orientação acadêmicas quando for julgado pertinente e necessário por parte do NDE, que avaliará cada caso mediante demanda dos discentes e docentes encarregados da autoria e supervisão dessas pesquisas, respectivamente.

Importante ressaltar, que tal se coloca tendo em perspectiva a necessidade de que essas conhecedoras e conhecedores sejam efetivamente reconhecidos por suas contribuições intelectuais e passem a ser incluídos dentro da estrutura de produção de conhecimentos nas universidades.

6 METODOLOGIA DO CURSO

Enquanto instituição de ensino implantada no interior da Amazônia, um dos principais desafios educacionais da UFOPA é o desenvolvimento de pedagogias de ensino que sejam pensadas levando em conta os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes oriundos de múltiplos povos e de múltiplos sistemas educacionais e que hoje formam a universidade. Em linhas gerais, as turmas de Arqueologia recebem estudantes oriundos de bairros periféricos da cidade de Santarém que cursaram o ensino básico na rede pública, estudantes quilombolas (tanto quilombos situados próximos a cidade de Santarém como Maicá, Arapemã, Tiningu, Murumurutuba quanto quilombos localizados há mais de 200 km no Rio Trombetas como Boa Vista, Lago do Moura, Passagem, etc.), estudantes indígenas de diferentes etnias (Kumaruara, Borari, Tupinambá, Tapajó, Munduruku, Wai Wai; alguns estudantes têm o português como língua materna e outros têm o português como segunda língua como os Munduruku e Wai Wai), estudantes ribeirinhos de diversas comunidades (Urucureá, Alter do Chão, Pinhel e Cuipiranga no Rio Tapajós, Coroca no Rio Arapiuns e muitas outras), sendo que muitos dos discentes de comunidades tradicionais são oriundos de escolas multisséries e modular[1], enquanto que outros são do sistema regular do ensino básico. Um ponto

1A educação multisseriada é parte da Educação do Campo no Brasil regida pelo Decreto 7.352/2010 e garantida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394, em que estabelecem que como competência dos municípios, salas de aulas com alunos de idades e séries diferentes. Já o ensino modular tem como legislação no Estado do Pará na Lei Nº 7.806/2014 que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização

comum entre os estudantes das comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas é que eles cursaram o Ensino Fundamental e Médio no sistema "modular". Nesse tipo de ensino, os professores visitam as comunidades em diferentes períodos do ano, mas não moram nas comunidades, o que gera lacunas significativas de conhecimentos ou práticas ligados à educação formal que se expressam na sala de aula da universidade.

É a partir da compreensão, do mapeamento e da escuta das experiências individuais de ensino, culturais e socioeconômicos dos nossos alunos, que ao longo dos 11 anos de existência do curso de Arqueologia na UFOPA, nosso corpo docente tem encontrado alguns princípios norteadores comuns que embasam as metodologias de ensino e acompanhamento dos discentes do curso:

1. Muitos estudantes oriundos de comunidades tradicionais conhecem, por sua experiência com os diferentes ambientes amazônicos, o comportamento animal, conhecimento sobre as plantas, as rochas, as argilas, o fazer cerâmico, e muitos outros conhecimentos base da Arqueologia. Percebemos que em sala de aula, então, a escuta e discussão coletiva do próprio conhecimento tradicional, é uma ferramenta potente de ensino no contexto amazônico.
2. Além das disciplinas específicas de Prática de Campo, algumas disciplinas também incluem aulas e atividades práticas de campo como parte de seus Planos de Ensino. Em "Técnicas de Registro Visual de Arte Rupestre", os alunos exercitam práticas de registro fotográfico nas pinturas do Parque Estadual de Monte Alegre ou nos painéis grafitados da cidade de Santarém. Nas disciplinas de "Zooarqueologia" e "Origens da Agricultura", os alunos são levados ao mercado de peixe da cidade para conhecer a diversidade de animais e plantas que integram a economia santarena do presente. São também frequentes a ida para diferentes ambientes da região para refletir sobre as especificidades da terra firme, da várzea, dos igapós, do cerrado. Em diversas ocasiões os alunos visitaram a Floresta Nacional do Tapajós (terra firme), comunidade de Ilha de São Miguel (várzea), Caranazal (igapós), a comunidade de Alter do Chão (cerrado). Nessas visitas-aulas de campo, percebemos que grande parte dos alunos conhece a dinâmica ecológica desses ambientes. O papel do educador, então, neste sentido, é muito mais de tradução e complementação de conceitos da pesquisa científica (como ecologia, pulso de inundação, estacionalidade) dentro da

Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Nela, o ano letivo é organizado em módulos ao longo do ano calendário. As duas modalidades de ensino são estratégias usadas no campo e em comunidades, como forma de evitar a evasão escolar.

experiência dos alunos nestes ambientes.

3. Dada a natureza pluridisciplinar e pluri-epistemológica que a Arqueologia Amazônica contemporânea obrigatoriamente enseja, o curso de Arqueologia tem buscado caminhos para abranger os conhecimentos tradicionais e indígenas como parte de seu repertório epistemológico, oportunizando no processo de formação dos alunos experiências de aprendizagem a partir de diferentes perspectivas. Neste sentido, vem sendo incluída a participação de lideranças, conhecedores e outros representantes de povos tradicionais e indígenas em aulas, para realizar palestras, oficinas e minicursos. Pretende-se futuramente aprofundar esse processo inclusivo ampliando a discussão para abarcar a participação de conhecedores tradicionais nas comissões de avaliação de trabalhos de conclusão de curso, bem como, atuando na co-orientação de alguns desses trabalhos. Diante da falta de uma regulamentação específica na Universidade dirimindo sobre a participação de conhecedores tradicionais e indígenas nos processos de formação pedagógico-acadêmica, mas diante de experiências similares de outras Instituições Federais de ensino e pesquisa[2], o curso tem tratado tais deliberações no âmbito de decisões colegiadas a partir de seu núcleo docente estruturante (NDE), analisando caso a caso. Desde 2015, o curso realiza eventos juntamente com o Curso de Bacharelado em Antropologia, e uma das marcas desses eventos é colocar esses representantes lado a lado em painéis com professores ou pesquisadores acadêmicos em mesas, simpósios, grupos de trabalho e para avaliar projetos de alunos. Além do compartilhamento de seus conhecimentos, análises e perspectivas, para os discentes essas práticas constituem momentos ímpares de aprendizado para além da academia, além de configurar uma transformação da universidade. Para estudantes, que são membros de povos tradicionais, esses momentos também são importantes para que se sintam representados neste espaço.

4. Quanto ao acompanhamento dos estudantes, nossa experiência também permitiu revelar algumas estratégias de ensino-aprendizado que têm dado certo. Os principais problemas detectados pelo grupo de docentes e discentes do curso ao longo desses anos são 1) a linguagem dos textos de ciências humanas é muitas vezes de difícil acesso e de baixa compreensão dos alunos 2) os alunos chegam do Ensino Médio com baixo conhecimento de algumas noções de matemática básica e da biologia que integram o conteúdo curricular de algumas disciplinas e 3) muitos alunos têm pouca familiaridade com informática básica por não possuírem computador ou acesso a diversos recursos tecnológicos. Uma estratégia

2 Por exemplo, o Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG (https://www.saberestradicionais.org/sobre/).

elaborada em conjunto por docentes e discentes para trabalhar nessas dificuldades foi o fomento às atividades de monitoria, tanto via programas de Monitoria em disciplinas quanto via disciplina de "Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos". As bolsas de monitoria de disciplina são para todos os discentes enquanto a monitoria de "Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos" é uma ação institucional específica para o acompanhamento dos estudantes indígenas e quilombolas A convivência, os grupos de estudo e a troca cotidiana entre os alunos têm sido, segundo nossa experiência, uma ferramenta de ensino-aprendizagem importante. A atividade dos monitores ocorre de maneira semestral ou durante um ano e é estimulada por bolsas ofertadas pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil. As bolsas são disponibilizadas via um edital chamado "CEANAMA". CEANAMA em Nheengatu, que é a língua de diversos povos indígenas da UFOPA, significa "meu parente", "meu amigo". Esse contato próximo entre estudantes permite que um aluno auxilie o outro na elaboração de slides e acesso dos textos na internet, interpretação textual, preparação de seminário e discussão em grupo de artigos das disciplinas. Tem-se como princípio, nesse processo, a visão colaborativa e cooperativa de que, com a interação das culturas, constrói-se a possibilidade de conhecimento mútuo entre a comunidade acadêmica, a comunidade indígena e a comunidade quilombola. Estudantes indígenas e quilombolas que tiveram monitores os acompanhando no início do curso hoje são monitores e estão tendo a experiência de ensinar, ao mesmo tempo que aprendem sobre a realidade plural de seus colegas.

A experiência que o corpo docente do curso de Arqueologia adquiriu nesses 11 anos de existência de curso nos permite contribuir com práticas de ensino de Arqueologia que incorporem os conhecimentos tradicionais no ensino e aprendizagem dos alunos e invista na pluralidade dos perfis de alunos de uma turma não como entraves, mas como ferramentas para a troca e a construção de conhecimento. O formato do ensino universitário continua sendo muito vertical e reduz o aluno ao aprendizado de maneira passiva. As ações que temos desenvolvido e aqui apresentadas (os momentos de escuta e troca em sala de aula, as inúmeras aulas práticas, as experiências de monitoria acadêmica) partem do princípio do estudante como agente que constrói a atividade científica a partir das contribuições intelectuais das comunidades tradicionais na Arqueologia.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Seguindo as orientações do MEC para que todos os bacharelados atendam à sociedade como um todo, é necessário que as estruturas curriculares sejam continuamente revistas. Em sua última

versão, o PPC do Bacharelado de Arqueologia, encaminhado em 2022 é, atualmente, composto por disciplinas obrigatórias (1500h), disciplinas optativas (300h), disciplinas e ações de extensão (240h), atividades complementares de diferentes naturezas (240h) e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (120h), totalizando 2400 horas-relógio. É este novo PPC que será utilizado como base para a apresentação atual.

Todas as disciplinas obrigatórias atendem às necessidades teóricas e 12 possuem aspectos práticos de laboratório e/ou de campo. Elas estão organizadas em 07 semestres do percurso regular do curso, que deve, idealmente, ser concluído em 08 semestres.

No primeiro semestre as disciplinas ofertadas são: Introdução à Arqueologia (60h), Diálogos entre Antropologia e Arqueologia (60h), História da Amazônia (60h), Acervos arqueológicos (30h) e Introdução à prática de pesquisa arqueológica (30h).

No segundo semestre são ofertadas: Métodos e Técnicas em Arqueologia (60h),História e Teoria da Arqueologia (60h), Etnologia Indígena (60h), Análise de Material Cerâmico (30h), uma Optativa (30h) e Práticas integradoras de Extensão 1(60h).

No terceiro semestre são ofertadas as seguintes disciplinas: Introdução à Prática de Campo em Arqueologia (120h), Etnohistória (60h), Arqueologia Brasileira (60h), Origens da Agricultura e Domesticação de Plantas (30h), Análise de Material Lítico (30h).

No quarto semestre são ofertadas: Arqueologia da trajetória humana (60h), Arqueologia Histórica (60h), Arqueologia Amazônica (60h), Curadoria e Classificação de Material Arqueológico (60h) e uma Optativa (30h).

No quinto semestre são ofertadas: Prática de Campo em Arqueologia (120h), Arqueologia pública (30h), Bioarqueologia (30h), Introdução ao Estudo de Arte Rupestre (60h), Zooarqueologia (30h) e uma Optativa (30h) .

No sexto semestre são ofertadas as disciplinas: Etnoarqueologia (30h), Licenciamento ambiental (30h), Geoarqueologia (30h), Arqueobotânica (30h), duas Optativas (30h cada) e Praticas integradoras de Extensão 2 (60h).

No sétimo semestre são ofertadas as disciplinas: Projeto de Pesquisa (60h), Estatística Aplicada à Arqueologia (60h) e duas Optativas (30h cada).

No oitavo semestre deve ser construído e defendido o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (120h), são oferadas duas Optativas (30h cada) e deve ser apresentada a comprovação de 240 horas de Atividades Complementares e 120 horas de atividades de Extensão.

No percurso do curso estão previstas ao mínimo 300 h de disciplinas optativas distribuídas com 30h no 2o semestre, 60h no 4o semestre, 30h no 5o semestre, 60h no 6o semestre, 60h no 7o semestre e 60h no 8o semestre. No PPC do curso estão previstas 24 disciplinas optativas,

considerando algumas especificidades como a disciplina de LIBRAS (cuja a oferta como optativa é obrigatória e ofertada por outro instituto) e seis disciplinas de Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos específicas para alunos indígenas e quilombolas ingressantes pelos PSEs. As disciplinas optativas específicas direcionadas aos estudantes indígenas e quilombolas são uma inovação dos cursos de Arqueologia e Antropologia para melhor atender a diversidade etno-racial ao corpo discente em consonância com as políticas de inclusão no ensino superior da instituição.

Considerando a natureza interdisciplinar da disciplina arqueológica, o Curso de Arqueologia, considera a carga horária de componentes curriculares eletivos realizados no âmbito de demais cursos da Universidade como passível de ser contabilizada enquanto carga horária de componente curricular optativo do curso. Visto o Regimento de Graduação Interno da UFOPA, disciplinas realizadas em outros institutos passam pela aprovação do NDE. A flexibilidade proposta pelo curso visa permitir que os discentes possam participar do seu próprio percurso formativo, dando-lhes a possibilidade de se preparar para o mercado de trabalho ou de pesquisa da maneira que acharem mais produtiva.

O novo PPC apresenta as exigências do MEC em relação à inclusão das práticas e propostas extensionistas, que devem aparecer de maneira integrada ao Bacharelado de Arqueologia. Conforme mencionado anteriormente, isto é feito através de 2 disciplinas: Práticas Integradoras de Extensão I (60 hs), ofertada no 2º período do curso, Práticas Integradoras de Extensão II (60 hs), ofertada 6º período do curso, além de Atividades de Extensão (120 hs) ofertada ao 8º período do curso, podendo ainda cumprir essa carga horária em programas, projetos, cursos ou eventos de Extensão registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa e de outras universidades. A extensão universitária faz parte de uma política de abertura da instituição para a sociedade, ao mesmo tempo que visa sensibilizar e preparar discentes e servidores para as necessidades de compartilhar os conhecimentos gerados em meio acadêmico, entendendo que a ciência e a educação como bens públicos.

As atividades complementares (240h) são contabilizadas ao final do curso, e podem incluir atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa, de eventos técnicos-científicos, de ensino, de publicações, da administração, de estágio e de atividades esportivas. As atividades complementares são percebidas pelo colegiado como uma oportunidade de complementação no processo formativo dos discentes, ao mesmo tempo que os permite integrar comunidades de discussão e atividades externas à grade do próprio curso.

Considerando todos os componentes da estrutura curricular, a carga horária máxima semestral é de 300 horas. Entretanto, os discentes têm a opção de fazer as disciplinas recomendadas para cada semestre, ou podem estabelecer seus próprios cronogramas, de acordo com suas

disponibilidades pessoais, mas seguindo o calendário acadêmico estabelecido para matrícula nas disciplinas. Contudo, é importante ressaltar que ao final do curso os discentes têm que ter feito todas as disciplinas obrigatórias previstas na grade do curso. Ademais, como não há requerimento prévio para as disciplinas, os estudantes têm flexibilidade para recuperar disciplinas junto com turmas ingressadas posteriormente.

7.2 CONTEÚDOS CURRICULARES

A Amazônia apresenta processos singulares de inter-relações profundamente enraizadas na estruturação de suas paisagens e gentes. Entender esses processos históricos, socioambientais, na escala milenar de suas configurações é o papel fundamental da Arqueologia Amazônica. Contudo, apesar de ser um centro de interesse internacional para a pesquisa arqueológica, a formação e a fixação de profissionais em Arqueologia na Amazônia apresenta-se bastante debilitada, o que gera uma demanda para formação de profissionais de Arqueologia na escala regional. Alia-se a isso o acelerado processo de crescimento econômico da região feito sobre premissas muitas vezes inadequadas, pois, estão desligadas das inter-relações complexas e milenares entre paisagens e sociedades amazônicas.

Assim, a Arqueologia que aqui vem sendo pensada é entendida, sobretudo, como uma ferramenta crítica e propositiva para a construção de modelos de desenvolvimento mais adequados à Amazônia tendo por fundamentação a história cultural do Bioma. Estudar Arqueologia Amazônica, portanto, é um caminho para se entender como as sociedades viveram no bioma amazônico de aproximadamente de 11 mil anos atrás até o presente, muitas vezes modificando–o sem exauri-lo. Arqueologia Amazônica, quando associada aos povos da floresta, é a história da sustentabilidade humana na floresta tropical. Desta forma, estudar Arqueologia na Amazônia é um meio de planejamento estratégico para orientar a sustentabilidade da sociedade atual e futura na floresta tropical, ao mesmo tempo a disciplina visa analisar e entender os processos de ocupações modernos, que vêm mudando continuamente ao longo dos últimos 500 anos e que muitas vezes estão associados a impactos negativos sobre o ambiente e povos tradicionais.

Neste quadro, a maior lacuna é a escassez de processos consolidados de formação acadêmica endógena em Arqueologia na região. Desde o momento de criação do curso de Arqueologia da UFOPA, contamos somente com dois cursos de graduação em Arqueologia nos estados de Rondônia e Amazonas, além do nosso. Ou seja, o Curso de Arqueologia tem contribuído para a formação de quadros profissionais que atuem tanto na região Amazônica quanto fora, pois o curso também oferece formação geral em áreas teóricas, metodológicas, assim como técnicas e especializadas da disciplina Arqueologia. Tal processo caracteriza-se como uma construção interdisciplinar, por excelência, de amplo espectro em que elementos de Antropologia, Geologia,

História, Biologia e Ecologia se amalgamam a um corpus próprio de teorias, métodos e práticas da pesquisa arqueológica. Portanto, não se trata do estudo do passado, pura e simplesmente, mas de apontar possibilidades de efetivação desses conhecimentos no presente, entre o passado e o presente, entre o científico-acadêmico e o tradicional-popular.

As demandas crescentes de um mercado de trabalho para a Arqueologia na região amazônica, sobretudo vinculadas ao licenciamento ambiental de obras de infraestrutura, públicas e privadas, em que pesem hidroelétricas, mineração, agronegócio, etc., vêm sendo preenchidas por profissionais de fora da Amazônia formados igualmente fora dela. Neste ponto, se insere de maneira estratégica um curso em Arqueologia na UFOPA contribuindo na formação de arqueólogos nativos, bem como, oriundos de outras regiões interessados nas questões amazônicas. Todos dedicados a investigar o passado das diversas "Amazônias" e de aplicar as orientações derivadas desses estudos na resolução dos problemas do presente, dentro e fora da região.

Nos últimos anos foram abertos 14 cursos de Arqueologia no Brasil, esse quantitativo apesar de pequeno, representa um crescimento enorme para a disciplina, mesmo sendo ainda muito limitado. A região Norte, apesar de ser a maior do país e uma das mais ricas arqueologicamente, só possui três cursos de Arqueologia a nível de graduação que funcionam de maneiras muito diferentes. O curso fornece uma formação teórica de amplo espectro, tratando desde temas como processo de hominização e as metodologias da Arqueologia de períodos extremamente antigos, passando por povoamento humano das Américas, História indígena pré-colonial, História, Etnohistória e Etnologia amazônica, História e Teoria do Pensamento Arqueológico até abordar a profissionalização da Arqueologia, mercado de trabalho, o papel do arqueólogo na sociedade contemporânea, etc. Desde um ponto de vista metodológico e prático, estão previstas diversas disciplinas envolvendo atividades de campo e laboratório a fim de instruir e familiarizar os discentes com essas importantes etapas da prática arqueológica. Neste aspecto, o contexto regional do Oeste do Pará é favorecido pela riqueza de seu patrimônio histórico e arqueológico, favorecendo o contato direto dos alunos com o objeto de estudo da Arqueologia e as atividades de campo do bacharelado. Sítios arqueológicos ocorrem dentro dos campi universitários (ex. Campus Tapajós e Fazenda Experimental), na cidade de Santarém e no entorno próximo, em municípios vizinhos como Monte Alegre, Belterra, Aveiro, etc., caracterizando um rico registro arqueológico acessível para discentes e docentes.

Em laboratório a análise do material cerâmico, mais abundante no registro arqueológico amazônico, divide espaço com análise de material lítico, também muito presente no contexto regional, ecofatos (e.g. vestígios botânicos e faunísticos) e outros vestígios culturais como a arte rupestre.

A Arqueologia também tem um papel relevante na relação com os grupos sociais que se formam na região do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas, após a colonização. A cidade de Santarém, onde localiza-se o campus sede, tem uma ocupação humana contínua de mais de 4 mil anos. Essa ocupação passa pelos vestígios dos povos indígenas do passado anterior a colonização, mas também posterior à colonização, assim como de diversos outros grupos, como de populações africanas, afro-amazônidas, seringueiros, ribeirinhos, enfim, toda a diversidade populacional que compõem as regiões mencionadas.

O curso tem funcionamento diurno, em modalidade presencial, com regime semestral, com carga horária total de 2400 horas, com tempo mínimo previsto de oito semestres e máximo de doze semestres. Em relação a carga horária as disciplinas obrigatórias são organizadas em dois tipos: as de conteúdos de fundamentos da Arqueologia tem carga horária de 60hs por disciplina, as disciplinas de conteúdo específico tem carga horária de 30 hs e as disciplinas optativas têm carga horária de 30hs a 60 hs.

Os conteúdos pertinentes à educação ambiental são tratados em diversas disciplinas ao longo do curso, em especial Origens da Agricultura e Domesticação de Plantas, Arqueologia Amazônica e Tópicos especiais em etnobiologia e ecologia histórica. Já os conteúdos de relações étnico-raciais é tratada nas disciplinas História da Amazônia, Arqueologia Histórica, Relações Étnico-raciais (optativa), Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos I (Específica para alunos indígenas e quilombolas), Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos II (Específica para alunos indígenas e quilombolas), Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos III (Específica para alunos indígenas e quilombolas), Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos IV (Específica para alunos indígenas e quilombolas), Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos V (Específica para alunos indígenas e quilombolas) e Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos VI (Específica para alunos indígenas e quilombolas). A temática de ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena têm sido tratadas nas disciplinas obrigatórias de Etnologia Indígena, Etnohistória, História da Amazônia, Arqueologia Amazônica, ademais várias outras adaptaram suas ementas e referências bibliográficas para atender demandas sobre a inclusão da história de setores da sociedade marginalizados, assim como incluir autores negros e indígenas.

As bibliografias de referência das disciplinas priorizam textos em português, apesar de terem indicações que são fundamentais em outras línguas estrangeiras, como inglês, espanhol e francês, mas que são trabalhadas e traduzidas em sala de aula com os discentes. As referências bibliográficas estão disponíveis fisicamente na Biblioteca, e em meio digital no Portal da Capes e também inseridas via SIGAA, inseridas pelos professores dentro das disciplinas.

7.3 ATIVIDADES DO CURSO

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas para a efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão, o curso de Bacharelado em Arqueologia vem construindo um conjunto de atividades básicas divididas em Atividades de Sala de aula, Atividades de campo, Atividades laboratoriais bem como, construiu-se uma tabela de orientação para formulação e proposição de Atividades Complementares que detalharemos mais adiante.

7.3.1 Atividades de sala de aula

As atividades de caráter teórico são encampadas no transcorrer da maioria das disciplinas da estrutura do curso que tomam lugar nos espaços formais das salas de aula dentro das instalações prediais do ICS. As disciplinas apresentam carga horária integral de 60 ou 30 horas ministradas, normalmente, em duas sessões semanais, três horas na primeira sessão e duas horas na segunda. As disciplinas são de caráter expositivo com auxílio de tecnologias audiovisuais, baseadas em bibliografias selecionadas para funcionarem como a linha mestra das exposições e discussões. A participação dos discentes é estimulada através de seminários e debates, trabalhos individuais e em grupo. Nestas atividades, a interpretação e leitura crítica dos textos são encorajadas e demandadas aos alunos. Ocasionalmente, a intervenção de outros profissionais da área pode ser acionada para enriquecimento de debates levantados em sala. As avaliações formais, baseadas em respostas dissertativas para questões derivadas do conteúdo programático também são utilizadas para observar o grau de apreensão dos alunos. Como estabelecido a seguir, pelo menos uma dessas atividades dissertativas deverá ser individual. Seguiremos os critérios estabelecidos pelo Regimento de Ensino de Graduação, como previstos pelos artigos 180 e 181:

> **Art. 180.** Deve haver, para cada componente curricular, pelo menos 3 (três) avaliações obrigatórias e uma avaliação substitutiva. Parágrafo único. O discente só poderá ter consignada sua presença e ser submetido à verificação de aprendizagem em turma em que esteja regularmente matriculado.
>
> **Art. 181.** A avaliação em segunda chamada realizar-se-á antes da avaliação substitutiva, ao longo do período e à qual o discente não tenha comparecido.
>
> **Parágrafo único**. Em casos excepcionais, justificando a ausência na avaliação de segunda chamada e comprovada a impossibilidade do discente de comparecer, fica garantido o direito a uma segunda avaliação de segunda chamada.

7.3.2 Atividades de campo

As atividades de campo são essenciais para o profissional da Arqueologia tendo em vista a proeminente natureza outdoor de suas pesquisas. Isto é, a pesquisa de campo é a parte mais

significativa e relevante da pesquisa arqueológica, pois os sítios arqueológicos constituem suas fontes primárias. A pesquisa arqueológica é realizada dentro dos sítios que estão no campo, ao ar livre, tanto no meio rural quanto urbano, nas suas transições e em zonas remotas de difícil acesso com baixa ou nenhuma densidade demográfica. Seja no interior do estado do Pará e fora de suas fronteiras, seja nas zonas metropolitanas ou em zonas florestais remotas, nestes espaços os alunos são apresentados ao seu principal objeto de estudo, o sítio arqueológico, e por isso, o "campo" se torna também "sala de aula". No contexto amazônico, apesar dos sítios arqueológicos situados no interior do município de Santarém, a acessibilidade a alguns contextos arqueológicos é dificultada e a escala das distâncias é hiperdimensionada, situações que constituem um cuidado particular que deve ser tomado na formação dos alunos.

Duas disciplinas ofertadas no terceiro e no sexto período são exclusivamente voltadas para treinamento prático dos alunos em técnicas de trabalho de campo. O fato de um dos Campi e da Fazenda Experimental da Universidade estarem assentados em parte de grandes sítios arqueológicos pré-coloniais torna factível a frequência das atividades de campo como parte contínua da estrutura curricular do curso. Outras disciplinas, tanto obrigatórias quanto optativas, incluem práticas de campo ou saídas pontuais a campo, principalmente ao município de Monte Alegre onde há marcada concentração de sítios arqueológicos com pinturas rupestres, um contexto reconhecido internacionalmente. E, ainda que pontualmente, os alunos são estimulados a participar de pesquisas de campo de projetos dos docentes do curso e de pesquisadores associados, dentro ou fora do estado do Pará, a fim de enriquecer sua formação.

7.3.3 Atividades laboratoriais

Após a etapa de campo, é no laboratório de Arqueologia que são realizadas as análises dos materiais, atividades constitutivas da pesquisa arqueológica. No laboratório as coletas de campo se tornam dados de pesquisa. Para isso, os materiais são devidamente caracterizados, analisados, medidos, documentados, ordenados. Os dados produzidos a partir de tais análises se tornam bases que sustentam hipóteses de trabalho, artigos científicos, dissertações, teses. Portanto, as atividades de laboratório são complementares ao campo de sorte que sem as análises laboratoriais, o trabalho de campo perde seu sentido. Sem o laboratório, se perde, de fato, o conteúdo informativo do registro arqueológico. Nota-se que é possível fazer uma pesquisa arqueológica sem coleta de material em campo, apenas analisando material proveniente de coleções em laboratório, mas não é possível fazer campo sem laboratório. Entende-se que "escavar" um sítio arqueológico é, em partes, "destruir" uma parte dele, por isso, estudar e procurar obter o máximo de informações e interpretações de um contexto é um compromisso com o próprio patrimônio arqueológico. Esta relação entre as etapas da pesquisa deixa evidente que a etapa de campo é necessariamente

dependente do laboratório, no sentido de que escavar sítios e não analisar laboratorialmente os materiais coletados se converte em um processo de destruição sistematizada do registro arqueológico. Assim, considerando o Laboratório como fase da pesquisa de importância capital, o curso apresenta uma série de disciplinas voltadas para análises laboratoriais de cada tipo de vestígio arqueológico encontrado nos sítios da região: cerâmica, lítico, ossos humanos, fauna, botânicos, etc.

O curso conta com duas instalações laboratoriais num dos Campi Universitários que paulatinamente vêm sendo adequadas para demandas laboratoriais mais exigentes e se configuram atualmente em espaços em que a maior parte das disciplinas de caráter analítico podem ser efetivadas satisfatoriamente, bem como, pesquisas dos docentes e discentes. Parcerias e convênios com outras instituições e projetos externos podem ser albergados desde que apresentem retorno à formação dos docentes e à própria Universidade.

7.3.4 Atividades complementares

Atividades complementares são aquelas desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, disciplinas, estágios, monitorias, cursos, eventos, prestação de serviços e produção, publicação e outros produtos acadêmicos relacionados às áreas de conhecimento que contribuem para a formação do aluno no campo da Arqueologia.

7.3.4.1 Objetivos

Entre seus objetivos está a participação/atuação do aluno em atividades compartilhadas com vários segmentos da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas, em várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil. As ações propostas e realizadas no âmbito da UFOPA devem ser coordenadas por um docente ou técnico-administrativo da Universidade, com nível superior e que desempenhe atividade na área de conhecimento da Atividade Complementar proposta. As atividades propostas e organizadas por discentes e docentes de outras instituições também serão aceitas como atividades complementares. Entretanto, deverão seguir os padrões dos projetos acadêmicos e devem ser previamente enviadas e avaliadas pelo docente, comissão ou técnico-administrativo responsável pelas atividades complementares da turma dentro do Curso de Arqueologia.

Todas as propostas e relatórios de Atividade Complementar devem ser devidamente analisados e aprovados pelo PAA e devem estar devidamente documentados. Vale informar que o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Centros Acadêmicos também poderão propor Atividades Complementares, desde que sob a supervisão e coordenador de um professor da respectiva área de conhecimento e após aprovação da proposta pelo ICS.

7.3.4.2 Carga Horária

A carga horária total de Atividades Complementares (240 h) está distribuída ao longo dos semestres. A validação da carga horária será de acordo com a participação e a

declaração/certificado/relatório apresentado. As horas serão contabilizadas ao final do curso.

Para integralização curricular dessas atividades, é necessário que um professor avalie as atividades complementares, que poderão ser de várias formas e realizadas em diferentes âmbitos, conforme descrito abaixo. Para a contabilização da carga horária na categoria eventos será necessário apresentar o programa do evento, além do certificado.

7.3.4.3 Normatização das atividades complementares

A carga hora das atividades complementares pode ser dividida entre diferentes tipos de atividades. Para cumprir os requisitos do curso a/o/e discente deve cumprir 240h de atividades complementares devidamente comprovadas no semestre em que se matricula no componente. É recomendado que discentes diversifiquem as atividades complementares entre as diferentes áreas: pesquisa, eventos técnicos-científicos, ensino, publicações, administração, estágio, atividades esportivas e outros. Uma diversidade de outras atividades de pesquisa, de ensino, de eventos técnico-científicos, de publicações, de administração e de estágio também podem ser creditadas conforme o regulamento das Atividades Complementares (Anexo III).

7.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Disciplinas obrigatórias e optativas							
Introdução à Arqueologia 60h (Teórica)	Métodos e Técnicas em Arqueologia 60h (40h teórica/20h prática)	Introdução à Prática de Campo em Arqueologia 120h (20h teórica/100 prática)	Arqueologia da trajetória humana 60h (Teórica)	Prática de Campo em Arqueologia 120h (20h teórica/100h prática)	Etnoarqueologia 30h (Teórica)	Projeto de Pesquisa 60h (Prática)	TCC 120h (Prática)
Diálogos entre Antropologia e Arqueologia 60h (Teórica)	História e Teoria em Arqueologia 60h (Teórica)	Etnohistória 60h (Teórica)	Arqueologia Histórica 60h (50h teórica/10h prática)	Arqueologia pública 30h (Teórica)	Licenciamento ambiental 30h (Teórica)	Estatística Aplicada à Arqueologia 60h (30h teórica/30h prática)	Optativa 30h
História da Amazônia 60h (Teórica)	Etnologia Indígena 60h (Teórica)	Arqueologia Brasileira 60h (Teórica)	Arqueologia Amazônica 60h (Teórica)	Bioarqueologia 30h (15h teórica/15h prática)	Geoarqueologia 30h (15h teórica/15h prática)	Optativa 30h	Optativa 30h
Acervos arqueológicos 30h (20h teórica/10h prática)	Análise de Material Cerâmico 30h (15h teórica/15h prática)	Origens da Agricultura e Domesticação de Plantas 30h (Teórica)	Curadoria e Classificação de Material Arqueológico 60h (10h teórica/50 prática)	Introdução ao Estudo de Arte Rupestre 60h (Teórica)	Arqueobotânica 30h (15h teórica/15h prática)	Optativa 30h	Atividade de Extensão (120h*)
Introdução à prática de pesquisa arqueológica 30h (15h teórica /15h prática)	Optativa 30h	Análise de Material Lítico 30h (15h teórica/15h prática)	Optativa 30h	Zooarqueologia 30h (15h teórica/15 prática)	Optativa 30h		Atividades complementares (240h**)
	Práticas integradoras de Extensão 1 60h (10h teórica/50h prática)		Optativa 30h	Optativa 30h	Optativa 30h		
					Práticas integradoras de		

					Extensão 2 60h (10h teórica/50h prática)		
Divisão semestral da carga horária de disciplinas							
240	***300***	***300***	***300***	***300***	***240***	***180***	***180***
*Práticas Integradoras de Extensão distribuídas ao longo dos semestres						120h	
Atividade de Extensão						120h	
Disciplinas Obrigatórias						1500h	
Disciplinas Optativas						300h	
**Atividades Complementares distribuídas ao longo dos semestres						240h	
TCC						120h	
Carga horária total do curso de Bacharelado em Arqueologia							**2.400h**

7.4.1 Sumário dos componentes curriculares e atividades

Componentes curriculares e atividades	**Carga horária**
Disciplinas Obrigatórias	1500h
Disciplinas Optativas	300h
Atividades Complementares	240h
Extensão	240h
Trabalho de Conclusão de Curso	120h
Carga Horária Total no Curso de Arqueologia:	**2400h**

7.4.2 Disciplinas optativas

Disciplinas Optativas Específicas do Curso de Arqueologia	Carga Horária	Teórica	Prática
Análise de material ósseo	30h	20h	10h
Arqueologia da diáspora Africana	30h	30h	
Arqueologia da paisagem	30h	25h	5h
Arqueologia das Américas	30h	30h	
Arqueologia experimental	30h	10h	20h
Arqueologia Regional dos rios Tapajós e Trombetas	30h	25h	5h
Arte pré-colonial na Amazônia	30h	30h	
Caçadores-Coletores	30h	30h	
Cartografia aplicada à Arqueologia	30h	15h	15h
Contextos arqueológicos	30h	20h	10h
Cultura material	30h	30h	
Geomorfologia Amazônica	30h	25h	5h
Inglês Básico I	60h	30h	
Introdução à Anatomia Comparada e Preparação de Coleções Osteológicas	30h	20h	10h
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60h	30h	30h
Povoamento da América	30h	30h	
Seminários em Terras Pretas da Amazônia	30h	25h	5h
Técnicas de registro visual de arte rupestre	30h	20h	10h
Teoria contemporânea da Arqueologia	30h	30h	
Tópicos especiais em análise cerâmica	30h	10h	20h
Tópicos especiais em materiais líticos	30h	10h	20h
Tópicos especiais em arqueobotânica	30h	10h	20h
Tópicos especiais em Arqueologia histórica	30h	25h	5h
Tópicos especiais em etnoarqueologia	30h	30h	

Tópicos especiais em etnobiologia e ecologia histórica	30h	25h	5h
Tópicos especiais em trabalho de campo	60h		60h
Tópicos especiais em zooarqueologia	30h	25h	5h
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos I (Específica para alunos indígenas e quilombolas)	60 h	10h	50h
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos II (Específica para alunos indígenas e quilombolas)	60 h	10h	50h
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos III (Específica para alunos indígenas e quilombolas)	60 h	10h	50h
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos IV (Específica para alunos indígenas e quilombolas)	60 h	10h	50h
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos V (Específica para alunos indígenas e quilombolas)	60 h	10h	50h
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos VI (Específica para alunos indígenas e quilombolas)	60 h	10h	50h

* Além das disciplinas optativas ofertadas pelo Bacharelado em Arqueologia e Antropologia, são consideradas como optativas livres todas as disciplinas oferecidas na UFOPA, mesmo em outros institutos.

7.5 ESTÁGIO CURRICULAR

A iniciação profissional no âmbito de estágios supervisionados é estimulada no Curso de Bacharelado em Arqueologia, e é altamente recomendável ao discente que realize experiências de trabalho junto a centros de pesquisa, instituições de ensino, centros de cultura e memória, órgãos públicos, organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas e outros ambientes que apresentem oportunidades de exercício e aprimoramento profissionais. No entanto, não há determinação de estágio obrigatório como parte da formação do discente, tendo em vista a natureza plural e a multiplicidade das formas de realização do exercício científico da Arqueologia.

Quando ocorrer, a depender da atividade, o estágio poderá ser computado como atividade complementar ou de extensão conforme preconiza a Resolução CONSEPE n 401, de 07 de março de 2023 (Art. 6º Será considerada para fins de creditação a participação dos discentes em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, devidamente registrados e vigentes na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce), sendo desenvolvidos sob a coordenação de um docente ou técnicoadministrativo em educação que tenha formação de nível superior, conforme asnormas estabelecidas pela Resolução Consepe nº 254/2018).

O estágio deve ser realizado em função e responsabilidade compatível com o nível de formação do discente, e este deve ser necessariamente acompanhado por profissional qualificado no

local de estágio, respeitando-se os princípios éticos de trabalho.

Dentro da UFOPA, cabe ao Núcleo de Estágio do Instituto de Ciências da Sociedade, o acompanhamento e a avaliação dos estágios desenvolvidos pelos discentes do Bacharelado em Arqueologia.

7.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

A bibliografia básica do Curso de Arqueologia é composta por livros com temas fundamentais à disciplina, em especial, de aspectos teóricos e metodológicos. Estão entres os títulos da bibliografia básica livros manuais de reconhecimento nacional e internacional da comunidade arqueológica. Também constam na bibliografia básica títulos acerca da história da Arqueologia, em contextos mais amplos e locais. Na bibliografia básica das disciplinas são priorizados textos em português, eventualmente alguns títulos em espanhol. Existe uma dificuldade de encontrar textos básicos de Arqueologia, traduzidos para o portugues, portanto, a segunda opção de uso em espanhol tem relação com isso.

O acesso a bibliografia básica se faz a partir de livros e periódicos físicos majoritariamente disponíveis no Biblioteca Central, no Campus Tapajós, e alguns títulos na Biblioteca do Campus Rondon, ambas situadas em Santarém. Para além, dos itens físicos, a Ufopa dispõe de um acervo virtual, “Minha Biblioteca”, com mais de 10 mil títulos e funcionalidades como leitura em voz alta, anotações, realce de cor, marcação de página e pesquisa por palavras-chave que promovem a acessibilidade, estimulam a aprendizagem e favorecem a retenção de alunos. O acesso a esse acervo está disponível através da página da biblioteca, mediante as mesmas credenciais de acesso ao SIGAA.

No processo de ensino os acervos da biblioteca estão conectados com as disciplinas através das páginas de cada componente curricular no SIGAA, sob a seção de referências onde também estão disponibilizados os endereços de recursos que encontram em no Portal de Periódicos da Capes, facilitando acesso dos discentes. O sistema SIGAA ainda permite a inclusão de materiais didáticos diversos na sua funcionalidade de porta-arquivos.

7.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

A bibliografia complementar segue em conformidade ao disposto para a bibliografia básica, sendo, porém, mais flexível e passível de eventuais atualizações, e não dependendo diretamente do acervo em material impresso nas bibliotecas universitárias. O suporte digital é o mais frequentemente usado para esses materiais, em arquivos de formato pdf ou de leitura online, a partir

do acesso via SIBI (Sistema Integrado de Bibliotecas) e via repositório de textos acessível no sistema SIGAA.

Do ponto de vista da adequação às ementas dos componentes curriculares, a bibliografia complementar segue sendo atualizada constantemente pelos docentes na medida em que novos artigos de interesse aos temas abordados são publicados ou que materiais anteriores de interesse relevante se tornam mais acessíveis. Portanto, não raro, algumas bibliografias complementares sofrem modificações anuais, ou semestrais. O fluxo de atualização dessas bibliografias segue em conformidade às deliberações do Núcleo Docente Estruturante (NDE) em seus exercícios sazonais de revisão no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC). De sorte que, apesar de haver uma relação com iniciativas e deliberações mais específicas dos docentes responsáveis pelos componentes, sobre ser apropriada determinada modificação de bibliografia complementar de um semestre para o outro, via de regra, essas mudanças e inclusões nos planos de ensino de cada disciplina, são avaliadas e passam pela aprovação do NDE a cada semestre.

A observação de proporcionalidade de quantitativos para materiais impressos em relação ao número de discentes por turmas é observada em conformidade ao disposto para a bibliografia básica. Com relação à acessibilidade digital aos materiais bibliográficos complementares, a universidade oferece acessibilidade a internet nos campi, via sistema interno, 24 horas. O acesso dos alunos a internet se dá via rede da Ufopa, a partir de seus próprios dispositivos de celular, bem como, através de terminais computacionais instalados nas estruturas universitárias como bibliotecas e laboratórios de ensino. A UFOPA encontra-se cadastrada no Portal Capes permitindo o acesso virtual aos materiais dessa plataforma pelos discentes conectados no sistema de internet universitário.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Com relação à concepção do curso, o Bacharelado em Arqueologia coaduna com o objetivo estratégico da Universidade Federal do Oeste do Pará (PDI Ufopa 2019-2023) de repensar e ampliar a formação acadêmica e a produção de conhecimento científico na região amazônica. O curso se aproveita de sua situação privilegiada de estar sediado em Santarém, no Baixo Amazonas, sendo esta a região que mais se aproxima de um microcosmo da longa história amazônica com início há cerca de 13 mil anos e que consegue contemplar suas várias transformações tanto no período pré-colombiano quanto após a invasão europeia, até os dias atuais. Entende-se que estudar Arqueologia Amazônica é um caminho para reconhecer a presença histórica dos povos tradicionais

e camponeses diante da criação de áreas protegidas ou áreas de ocupação e uso coletivo (Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas ou Projetos de Assentamento) e suas contínuas contribuições à megabiodiversidade que hoje se encontra fortemente ameaçada por projetos estatais e do grande capital que também vêm sendo desenvolvidos nesta região (por exemplo, o avanço da soja e infraestrutura relacionada como portos, hidrovias e ferrovia; barragens hidrelétricas, dentre outros). Estudos ligados a outras questões transversais como gênero e feminismo também estão compõem não apenas a bibliografia de disciplinas, mas também são apresentados por convidadas e convidados que participam de aulas, minicursos e outros eventos realizados no âmbito do curso de Arqueologia e do Programa de Antropologia e Arqueologia. Egressos do curso são preparados para poderem atuar no licenciamento ambiental, seguir uma carreira acadêmica, atuar na área de educação escolar (inclusive indígena), na execução de políticas públicas em cargos municipais ou junto ao terceiro setor, a partir de uma perspectiva situada e crítica. Ou seja, não se trata do estudo hermético do passado, pura e simplesmente, mas de apontar possibilidades de efetivação desses conhecimentos no presente, um exercício de transporte e tradução interdisciplinar, entre o passado e o presente, entre o científico-acadêmico e o tradicional-popular.

Segundo o Art. 137 do Regimento de Graduação da UFOPA, "Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo contínuo que compreende diagnóstico, acompanhamento e somatório da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelo discente, mediado pelo docente em situação de ensino, expressa em seu rendimento acadêmico e na assiduidade," e segundo o Art. 140, "A aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção de média final mínima de 6,0 (seis) exigida na avaliação da aprendizagem e, para os componentes curriculares presenciais, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco) exigida na avaliação da assiduidade." O processo de avaliação da aprendizagem em disciplinas e módulos é tratado pelos Capítulos I a V, do Título VII, no mesmo documento. A universidade estipula que todas as disciplinas devem realizar "pelo menos 3 (três) avaliações obrigatórias e 1 (uma) avaliação substitutiva (de reposição)" (Art. 142). Para ser aprovado em uma disciplina ou módulo presencial, o discente deve comparecer a aulas que totalizam 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária do componente curricular, de acordo com o Art. 170 do Regimento de Graduação.

As disciplinas do curso de Bacharelado em Arqueologia da UFOPA são de caráter teórico e prático (laboratório e campo – item 7.4) e as avaliações realizadas são determinadas de acordo com

a natureza do componente curricular e especificidades da turma. Ao início de cada semestre, os docentes a ministrarem disciplinas ao curso precisam apresentar e obter a aprovação de seus respectivos Programas de Disciplinas junto ao Núcleo Docente Estruturante do curso, que encaminhará a ata de aprovação à Diretoria de Registro Acadêmico da universidade. No início de cada disciplina os docentes apresentam esses Programas e explicam as avaliações que serão realizadas, e quando. A divulgação dos rendimentos acadêmicos é feita por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros meios adicionais. É frequente que os docentes realizem um processo de avaliação do andamento das disciplinas junto aos alunos para proporcionar um espaço para que dificuldades ou outras questões sejam externadas e estratégias sejam acordadas para que esses pontos sejam enfrentados. Ao final de cada semestre, os docentes se reúnem para fazer a avaliação do semestre e realizar um balanço geral individualizado daqueles alunos que tiveram dificuldades (de diversas naturezas) que impactaram o desempenho acadêmico.

Para além desse balanço semestral que vale para todos os alunos de todos os anos do curso, a UFOPA e o Instituto de Ciências da Sociedade têm desenvolvido mecanismos de acompanhamento específicos para os estudantes indígenas e quilombolas: 1. a Comissão de Ações Afirmativas do Instituto de Ciências da Sociedade e 2. o Programa Especial de Ajuste de Percurso Acadêmico (PEAPA), ambos regulados por portarias da UFOPA e do Instituto de Ciências da Sociedade. Na Comissão de Ações Afirmativas do Instituto de Ciências da Sociedade, um grupo de docentes de todos os cursos do Instituto faz o acompanhamento de todos os alunos contemplados pelas políticas de ações afirmativas (estudantes indígenas, quilombolas e cotistas), das bolsas-permanência, das bolsas de monitoria, das matrículas em disciplinas que esses alunos devem realizar durante o semestre e outros. Com relação ao PEAPA, o programa é direcionado aos discentes que já ultrapassaram ou que estão próximos de alcançar o limite regulamentar da formação como forma de reduzir os índices de retenção e formação entre esses públicos específicos. O curso inscreve via edital orientadores responsáveis pelo acompanhamento de estudantes indígenas e quilombolas que devem programar, todo o semestre, as disciplinas que estes alunos irão cursar, bem como ouvir e pensar em resoluções para as dificuldades destes alunos ao longo do semestre, para o qual recebem carga horária. Esse acompanhamento individualizado permite que o estudante tenha um docente fixo a quem recorrer todos os semestres e que tem permitido que estes estudantes concluam com sucesso seu curso.

8.1 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem na UFOPA tem como objetivos: I - verificar o nível de aprendizagem dos discentes; II - averiguar a aquisição conceitual, teórica e prática dos conteúdos programáticos ministrados durante os períodos letivos; III - incentivar o hábito e a prática diuturna de trabalho no processo ensino-aprendizagem; IV - mensurar quantitativamente, através do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), o desempenho de cada discente; V - conferir o domínio das habilidades e competências previstas nos projetos pedagógicos de cada unidade e subunidade.

8.2 ATRIBUIÇÕES DO DOCENTE

As atribuições dos docentes são parcialmente definidas pela Lei No. 9.394, Art. 13, mas adaptada para a situação da UFOPA, seguindo o Art 145 do Regimento da Graduação. Para fins de avaliação da aprendizagem cabe ao docente: I - apresentar a sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino referendado em reunião semestral de planejamento da unidade, ou subunidade, responsável pelo componente curricular no semestre em curso; II - discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem; III - fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da Diretoria de Registro Acadêmico, da Pró-Reitoria de Ensino (DRA/PROEN), no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFOPA, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

8.3 COMPONENTES CURRICULARES

De acordo com o Regimento de Graduação da UFOPA, Art. 27. Os componentes curriculares podem ser: I - obrigatórios; II - optativos; III - complementares; ou IV - eletivos. Os componentes curriculares, em cada período curricular, serão apreciados através de, pelo menos, três avaliações e a possibilidade de uma avaliação substitutiva, conforme o Art. 142 do Regimento de Graduação. Pelo menos uma das três avaliações supracitadas deverá ser individual.

Em caso de falta à avaliação em componente curricular, por impedimento legal, doença grave atestada por serviço médico de saúde e caso fortuito, devidamente comprovado nos termos da lei, o discente deve protocolar na secretaria responsável pelo componente curricular o requerimento para avaliação de segunda chamada ao docente, no período de 48h.

A avaliação substitutiva constitui oportunidade opcional, quando o discente não atingir o critério de aprovação na média final (mínimo 6,0), no sentido de substituir uma das notas das três avaliações do componente curricular à qual ela se referir. Exceto nas disciplinas de prática de

campo, nas quais, todas as atividades são imprescindíveis e insubstituíveis para a aprovação do discente.

O discente reprovado (média final inferior a 6,0) em qualquer componente curricular entrará automaticamente em regime de dependência e deverá regularizar seus estudos para efeito de integralização de seu percurso acadêmico.

8.4 APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS

O aproveitamento de componentes curriculares cursados em outros cursos da UFOPA ou em outras instituições de ensino superior serão avaliados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Bacharelado em Arqueologia mediante solicitação do interessado através de requerimento protocolado na Secretaria Acadêmica do ICS. Por conta das constantes atualizações pelas quais a Arqueologia vem passando, poderão ser aproveitadas disciplinas cursadas nos últimos 5 (cinco) anos. O conteúdo e carga horária das disciplinas devem ser equivalentes ou superiores ao do componente para o qual se está solicitando equivalência. No caso de não equivalência às disciplinas só poderão ser aproveitadas como optativas. Casos especiais, como por exemplo, de alunos que tenham cursado parcialmente uma graduação em Arqueologia em outra instituição e tenham ingressado na UFOPA via ENEM serão avaliados pelo NDE.

8.5 MENSURAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO ACUMULADO

Inicialmente o curso utilizava o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) que expressa numericamente o desempenho do discente em cada período curricular. Entretanto, a partir do novo Regimento de Graduação de 2020 a mensuração do rendimento acadêmico mudou. Portanto agora seguimos os artigos 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186 e 187 do Regimento de Graduação de 2020 e esse novo sistema de mensuração está dividido em:

I - Média de Conclusão (MC); II - Média de Conclusão Normalizada (MCN); III - Índice de Rendimento Acadêmico (IRA); IV - Índice de Eficiência em Carga Horária (IECH); V - Índice de Eficiência em Períodos Letivos (IEPL); VI - Índice de Eficiência Acadêmica (IEA); VII - Índice de Eficiência Acadêmica Normalizado (Iean).

A Média de Conclusão (MC) é a média do rendimento acadêmico final obtido pelo discente nos componentes curriculares em que alcançou êxito, ponderada pela carga horária discente dos componentes. O cálculo da Média de Conclusão Normalizada (MCN) corresponde à padronização da MC do discente, considerando-se a média e o desvio-padrão das MCs de todos os discentes que concluíram o mesmo curso na Ufopa nos últimos 5 (cinco) anos. O Índice de

Rendimento Acadêmico (IRA) é a média do rendimento escolar final obtido pelo discente nos componentes curriculares que concluiu, ponderada pela carga horária discente dos componentes, conforme fórmula matemática definida no Regimento de Graduação da UFOPA. No cálculo do IRA, serão levados em consideração os componentes curriculares aproveitados ou cursados pelo discente, com aprovação ou reprovação, durante o curso de graduação, excetuando-se os trancamentos e cancelamentos de matrícula, os componentes curriculares dispensados, as atividades complementares e os componentes curriculares cujo rendimento escolar não é expresso de forma numérica. O Índice de Eficiência em Carga Horária (IECH) é a divisão da carga horária com aprovação pela carga horária utilizada. O Índice de Eficiência em Períodos Letivos (IEPL) é a divisão da carga horária acumulada pela carga horária esperada. O Índice de Eficiência Acadêmica (IEA) é o produto da MC pelo IECH e pelo IEPL. O Índice de Eficiência Acadêmica Normalizado (Iean) é o produto da MCN pelo IECH e pelo IEPL.

Dentre esses novos meios de mensuração do rendimento acadêmico, o IRA é o principal utilizado para avaliar o desempenho em componentes curriculares e para eventuais mobilidades internas e externas dentro da UFOPA.

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

9.1 ASPECTOS GERAIS

O curso de Arqueologia está em acordo com a Resolução nº 331, de 28/09/2020 , que trata do Regimento de Ensino de Graduação, da Universidade Federal Oeste do Pará. Neste documento estão dispostas as normas gerais sobre o trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC é uma atividade curricular obrigatória e condicionante para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia, que sintetiza os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas durante o curso.

No Curso de Bacharelado em Arqueologia o TCC será desenvolvido através das disciplinas Projeto de Pesquisa (60 h) e TCC (120 h), sendo a segunda caracterizada como atividade de orientação individual em consonância com o artigo 112 do regimento da graduação. Por meio de atividades de pesquisa estimuladas e praticadas ao longo de todo o curso, em disciplinas teóricas e práticas, bem como em atividades complementares, o formando tem no TCC a oportunidade de consolidar, sob orientação sistemática de um docente da UFOPA, os conhecimentos adquiridos e produzidos no âmbito de suas investigações sobre um determinado tema. O TCC pode ser apresentado após cumprimento de pelo menos 80% dos componentes curriculares, sendo programado no percurso acadêmico para o oitavo semestre.

9.2 FORMATOS DO TCC

Faculta-se aos discentes concluintes a possibilidade de escolha do formato do trabalho de conclusão de curso como uma monografia ou como uma peça audiovisual com um trabalho escrito complementar (TCC Audiovisual), para fins de avaliação e integralização curricular.

No formato de monografia, o TCC deverá seguir conforme exposto nos itens específicos ao tema, definidos anteriormente, bem como, o Guia para a elaboração e apresentação da produção acadêmica da Ufopa.

Um trabalho do tipo "Monografia" contém: Introdução, Desenvolvimento, Resultado, Discussão, Conclusão e Bibliografia e deverá ser elaborado pelo discente. A quantidade mínima de páginas é 30 e a máxima é de 100 páginas incluindo bibliografia, quantidades inferiores ou superiores deverão ser discutidas previamente com o orientador. Não há limite de número de páginas para os anexos. A fonte deve ser Times New Roman ou Arial, o tamanho 12 e o espaçamento 1,5. O formato de bibliografia e regras gerais de estruturação do texto científico devem seguir as normas da ABNT mais recentes.

A biblioteca disponibiliza um manual de apoio à produção dos trabalhos, que foi atualizado em 2019, sendo este a segunda edição do "Guia para Elaboração e Apresentação da Produção Acadêmica da Ufopa", disponibilizado em versão digital na página da biblioteca. O mesmo estabelece o padrão e identidade das apresentações dos trabalhos acadêmicos da Ufopa para disponibilização ao público.

O trabalho de conclusão de curso em formato audiovisual deverá ser produzido de forma a demonstrar o protagonismo autoral do discente. Isto é, mesmo em caso de uma produção coletiva que conte com a colaboração técnica de outras pessoas, o discente deve ser capaz de demonstrar o caráter preponderante de seu envolvimento autoral na realização audiovisual. O gênero da obra e a sua linguagem não precisam ater-se exclusivamente ao vídeo-documentarismo descritivo-analítico, ou jornalismo investigativo-informativo, podendo assumir outros formatos de estrutura narrativa e linguagens exploratórias mais subjetivas, como por exemplo o estilo Docudrama, em que elementos de uma narrativa ficcional são misturados ao realismo documental. Porém, a coerência temática será exigida tendo-se em vista a área de conhecimento do curso de bacharelado em Arqueologia. A duração mínima a ser observada é de 15 minutos (formato curta-metragem) e duração máxima de 45 minutos (média-metragem). A peça audiovisual não é o único pré-requisito para esta modalidade de TCC, pois se faz necessária obrigatoriamente a apresentação de um trabalho escrito. Neste texto,

o discente deverá demonstrar em linguagem clara, seguindo as regras da ABNT, o recorte temático da peça, seu contexto de produção, seus objetivos, aspectos teórico-metodológicos e uma reflexão a respeito de como a peça audiovisual realizada dialoga com discussões arqueológicas contemporâneas relevantes, bem como, deverá conter explicações sobre as escolhas de formato da estrutura narrativa e de linguagem audiovisual. O tamanho mínimo deverá ser de 15 páginas. As duas peças, a audiovisual e a escrita, deverão ser marcadamente complementares e serão avaliadas como um conjunto integrado.

9.3 ORIENTAÇÃO

Os Trabalhos de Conclusão de Curso são preferencialmente orientados e supervisionados por docentes do curso de Arqueologia, ou, em casos devidamente justificados, por docentes de áreas afins, desde que essa indicação seja aprovada em instância colegiada do curso. A seleção do tema do TCC é de escolha do discente, estando condicionada à disponibilidade dos docentes para orientação. Fica resguardada a possibilidade de composição de co-orientações com docentes do próprio curso, ou vinculados a outros cursos da UFOPA, ou de outra instituição de ensino de nível superior, portadores do título de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, e ainda detentores de conhecimentos em áreas correlatas e complementares à Arqueologia, desde que o desenvolvimento de abordagem científica sobre os temas do TCC focados nos trabalhos assim permita.

9.4 SUPERVISÃO E DEFESA DO TCC

O TCC realizar-se-á em um dos campos do conhecimento do curso, com base em proposta do discente, com a concordância do seu orientador. Ele somente deverá ser apresentado, a partir do cumprimento pelo menos de 80% (oitenta por cento) dos componentes curriculares. As atribuições do orientador serão: acompanhar no decorrer do semestre o andamento dos trabalhos, bem como fazer cumprir com os prazos estabelecidos para a entrega, além de organizar a composição das bancas e os dias de apresentação dos TCCs.

O aluno deve preencher o formulário de cadastramento do Trabalho de Conclusão de Curso ou da obra audiovisual junto à Coordenação Acadêmica do ICS com, pelo menos, 15 dias de antecedência da defesa. Faculta-se aos discentes concluintes a possibilidade de escolha do formato do trabalho de conclusão de curso como uma monografia ou como uma peça audiovisual (TCC Audiovisual), para fins de avaliação e integralização curricular. Para fins de avaliação e integralização curricular, a apresentação do TCC ocorrerá com apresentação oral, em sessão pública de forma presencial ou remota, previamente agendada e divulgada pelo curso. O trabalho

será submetido a uma banca composta pelo professor orientador e por mais dois membros conforme anexo II.

No dia da defesa, o aluno terá que retirar na Coordenação Acadêmica do ICS a ata de defesa que deverá ser assinada por todos os membros da banca, após atribuir a nota final ao aluno. A versão final do TCC deverá ser entregue à Coordenação Acadêmica do ICS e à Coordenação do Curso de Arqueologia em mídia digital com ficha catalográfica, a fim de compor o banco de TCCs, no prazo máximo de 10 dias após a defesa, conforme o Art. 114 do Regimento da Graduação. A entrega da versão definitiva do TCC deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi). Sendo que a biblioteca disponibiliza um formulário específico para a solicitação de ficha catalográfica e subsequentemente recebe a versão digital do TCC e faz a gestão desta em sistema de repositório institucional.

10 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Ao longo dos anos a UFOPA vem buscando criar ou obter tecnologias que possam facilitar a interface dos discentes com um mundo cada vez mais digital. A pandemia do novo coronavírus forçou que as instituições de ensino como um todo também tivessem que entender que a inserção digital precisa acontecer a partir dos domicílios de discentes e servidores.

O Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação da Universidade Federal do Oeste do Pará planeja e desenvolve os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Há uma rede sem fio denominada WUFOPA que é aberta à comunidade acadêmica da universidade e que pode ser acessada nos campi e que busca facilitar a inclusão de discentes nos contraturnos de suas atividades em sala de aula.

Ademais, como muitas IFES no Brasil, a UFOPA utiliza a plataforma online SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte para informatizar os procedimentos da área acadêmica para docentes e discentes através de uma série de módulos que incluem o gerenciamento de componentes curriculares. A partir do SIGAA docentes enviam notícias para e podem receber mensagens de discentes; registram os planos de curso e tópicos de aula de cada disciplina sendo ministrada e encaminham materiais em pdf; registram frequência e notas das disciplinas, dentre outros. É também pelo SIGAA que projetos de pesquisa, que podem incluir bolsistas, são registrados. O SIGAA ainda proporciona acesso direto ao Portal de Periódicos da CAPES utilizado pela UFOPA e

ao Sistema Integrado de Bibliotecas da UFOPA.

Ao longo da pandemia de Covid-19 as aulas do Curso de Bacharelado em Arqueologia ocorreram de forma remota utilizando a plataforma *Google Classroom* para organizar os tópicos e materiais das disciplinas e para a realização das aulas remotas, pelo *Google Meet*. As aulas podiam ser síncronas ou assíncronas (gravadas). Durante este período a universidade disponibilizou chips com pacotes de dados para acesso à internet para discentes. A partir da retomada presencial, as aulas remotas não mais ocorrem.

Vale notar que, dada a condição de vulnerabilidade socioeconômica que se encontram muitos discentes do curso (e da UFOPA como um todo), muitos não possuem computador próprio. Assim, a universidade disponibiliza o empréstimo de Chromebooks. O Laboratório Curt Nimuendaju possui computadores com acesso à internet que podem ser utilizados pelos discentes na instituição; o Instituto de Ciências da Sociedade contém um Laboratório de Ensino que é composto por terminais com acesso à internet e que contém diferentes programas informáticos.

Em diversas disciplinas pode ser solicitado uma apresentação com "slides" como parte do processo avaliativo, entretanto esta ação é tida como pedagógica com o objetivo de ensinar aos discentes a usar ferramentas digitais. Na disciplina Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos podem ser ofertadas oficinas para familiarizar discentes indígenas e quilombolas com programas de informática, como powerpoint, word, uso de emails, etc.

O Laboratório de Arqueologia, com apoio de especialistas, também organiza cursos ou atividades online para familiarizar os discentes com diferentes tipos de ferramentas digitais (Google Earth, Inkscape, etc.).

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O sistema de avaliação do projeto do Curso de Arqueologia deve ser compreendido como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente e deve estar pautado conforme o documento denominado Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação (MEC, 2008). Neste sentido é necessário criar mecanismos para rever periodicamente os instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo a ajustá-los aos diferentes contextos e situações que se apresentam no cenário da educação superior e torná-los elementos balizadores. O sistema de avaliação do projeto do curso ainda terá como parâmetro os procedimentos gerais adotados pela Universidade Federal Oeste do Pará e pelo Instituto de Ciências da Sociedade, onde o Curso de Arqueologia está lotado.

11.1 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

O curso deve ser avaliado em relação à estrutura curricular, atuação dos docentes, desempenho dos discentes, entre outros fatores que podem constituir mecanismos específicos de avaliação.

11.1.1 Projeto Pedagógico do Curso

Quanto à avaliação da estrutura curricular, o instrumento indicador compreende o próprio Projeto Político Pedagógico (PPC) e por isso, destacamos, a importância do processo de construção do PPC como mecanismo de organização, planejamento e avaliação do processo educativo. Por sua natureza de projeto, prevê mecanismos continuados de avaliação e revisão, de modo a permitir a recondução dos fatos e atos quando ela se mostrar necessária para a consecução dos objetivos plenos do Curso. O curso de Arqueologia realiza reuniões periódicas mensais do Núcleo Docente Estruturante (NDE), onde é possível construir de maneira processual a avaliação diagnóstica de modo a subsidiar a (re) construção do PPC e consequentemente, do curso de bacharelado em Arqueologia.

11.1.2 Parâmetros para Avaliação Continuada

Entre os pontos para a avaliação continuada, semestral e anual do curso, de natureza quantitativa e qualitativa, deve-se considerar, por exemplo: índice de evasão, índice de retenção, tempo médio de formação do aluno, produtividade científica dos discentes, grau de satisfação com o curso e das próprias disciplinas. Esses fatores, entre outros, são tomados como parâmetros para aferição de desempenho e comparados com as condições objetivamente criadas e aquelas prospectadas para desenvolvimento do curso a partir deste Projeto Político Pedagógico. Os resultados da análise comparativa indicarão pontos sujeitos a revisão, a necessidade e os rumos de reconstrução do PPC. Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como uma ferramenta construtiva visando contribuir para a implementação de melhorias e inovações que permitam identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões no âmbito da vida acadêmica de alunos, professores e funcionários.

11.1.3 Avaliação do Quadro Docente

Outro item é a avaliação do rendimento discente que segue os as médias e índices estipulados pelo Artigo n˚180 do Regimento de Graduação da UFOPA, bem como, outras ferramentas que estão ancoradas na gestão participativa da coordenação do curso que desempenha papel de mediação e articulação na relação entre professor, aluno e funcionário. O curso de Arqueologia realiza mensalmente reunião de colegiado com representação dos estudantes e ainda,

semestralmente, reunião com os discentes com o intuito de melhorar a atuação e a comunicação com a coordenação do curso e, consequentemente, com os professores do curso.

11.1.4 Avaliação do Quadro Discente

Outro item é a avaliação do rendimento discente que segue os preceitos e normas internas da UFOPA, como por exemplo, o Índice de Desempenho Acadêmico (IDA), bem como, outras ferramentas que estão ancoradas na gestão participativa da coordenação do curso que desempenha papel de mediação e articulação na relação entre professor, aluno e funcionário. O curso de Arqueologia realiza mensalmente reunião de colegiado com representação dos estudantes e ainda, semestralmente, reunião com os discentes com o intuito de melhorar a atuação e a comunicação com a coordenação do curso e, consequentemente, com os professores do curso.

Outros pontos que devem ser considerados na avaliação em relação ao discente são: desempenho dos discentes em atividades externas (congressos, projetos de iniciação científica, projetos de extensão, atividades de campo); frequência; evasão, etc. Ainda em se tratando do discente, há que considerar como ponto de diagnóstico o índice de aprovação de egressos em programas de pós-graduação e concursos ou entrada no mercado de trabalho, tendo a clareza de criar outros instrumentos e mecanismos que propiciem o acompanhamento na consolidação do perfil do egresso.

11.1.5 Outros Instrumentos

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso também considerará os resultados dos elementos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) bem como os resultados da avaliação interna, tendo em vista o fornecimento de relatórios pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

12 GESTÃO DO CURSO

12.1 COORDENADOR DO CURSO

A coordenação do curso de colegiado atua nas esferas de planejamento e gestão administrativa-pedagógica do curso, representando também o curso nos colegiados superiores. A coordenação é responsável por supervisionar e orientar o conjunto de atividades específicas para o funcionamento do curso. No âmbito interno do curso a coordenação convoca e preside as reuniões de Colegiado do curso que ocorrem mensalmente, sendo comum também a ocorrência de reuniões extraordinárias de acordo com as necessidades. Neste espaço deliberativo são repassados informes institucionais, são discutidos aspectos pedagógicos do funcionamento do curso, questões relativas

às demandas dos discentes e assuntos de outras ordens e tomadas decisões deliberativas conforme consenso da maioria. A coordenação também possui atuação direta junto aos discentes, constituindo o canal de comunicação principal para receber as demandas e repassá-las ao colegiado. Da mesma forma, a coordenação lida diretamente com os docentes, conversando sobre suas propostas para o curso, avaliações de questões relativas ao funcionamento do Curso, assim como recebendo demandas externas à Universidade, seja com instituições conveniadas à UFOPA, seja por outras instituições ou parceiros que apresentem demandas e propostas de parceria ao Bacharelado de Arqueologia.

A coordenação representa o curso no Conselho do Instituto de Ciências da Sociedade que se reúne mensalmente. Este órgão está diretamente envolvido com as discussões do Instituto sobre a distribuição do orçamento entre cursos, acompanha o planejamento orçamentário, as despesas efetuadas, assim como temas relacionados à administração do instituto que é feita em conjunto com a secretaria administrativa do ICS.

A coordenação do curso também convoca e preside as reuniões do NDE que ocorrem mensalmente e, conforme as pautas, consolida as deliberações para aprovação no Colegiado, leva ou encaminha as decisões para outras instâncias ou repassa decisões sobre requerimentos e demandas de discentes para a Secretaria Acadêmica do ICS.

A coordenação do curso também tem atribuições de mediação em situações de revisão de nota ou outros conflitos entre discentes e docentes. Ainda está responsável, conforme o Seção de Regime Disciplinar do Corpo Discente, do Regimento Geral da Ufopa (Art. 260) pela aplicação de advertência e repreensão, no entanto, a mesma prioriza seguir o princípio do diálogo e da mediação.

Junto com a secretaria do curso e a secretária acadêmica, a coordenação avalia e resolve as solicitações previstas no regimento de graduação (Resolução nº 331, de 28/09/2020) de discentes para matrícula que extrapolam a carga horária limite (Art. 256), matrículas em atividades complementares e orientações de TCC (Art. 273), matrículas diferenciadas para pessoas com deficiência (Art. 251) e consolidação de atividades complementares e de orientação de TCC (Art. 274). Ainda a coordenação trabalha junto com discentes, se estes chegam no seu último período letivo regular sem formar, para elaborar cronogramas para sua conclusão do curso (Art 316). Ainda, tratando de assuntos discentes, a coordenação comunica à PROEN e PROGES sobre necessidades de caráter didático- pedagógico e de apoio ao corpo discente. E no que trata dos espaços da universidade, mantém diálogo com a Superintendência de Infraestrutura (SINFRA). Durante os

períodos de matrícula, a coordenação tem comunicação ativa com os discentes sobre as disciplinas ofertadas, seus horários e o que os estudantes de cada turma deveriam estar cursando, além de sugerir optativas dentro e fora do curso. Também compartilha os planos de disciplinas para auxiliar na escolha de componentes. Na etapa de conclusão do curso, a coordenação acompanha a entrega das documentações aos secretários do Instituto e a submissão da lista dos aptos a formar.

A coordenação está envolvida no acompanhamento dos docentes durante o estágio probatório, nas avaliações destes e no planejamento de atividades e cursos de capacitação e de qualificação nos quais os docentes poderiam participar.

A coordenação ainda fica à frente das relações com outras instâncias em prol do curso. Isso inclui todas as etapas de avaliação, credenciamento e/ou recredenciamento do curso solicitados pelo Ministério de Educação, tanto quanto o atendimento às demandas que o curso de Arqueologia recebe de órgãos públicos como MPE, MPF e IPHAN quando se encontram envolvidas ações que dizem respeito ao patrimônio histórico e arqueológico. É corriqueiro que a coordenação do curso consulte seus docentes sobre quem está com possibilidade de atender às demandas que surgem devido às particularidades do patrimônio arqueológico brasileiro, e por isso, muitos docentes têm experiência emitindo relatórios e laudos para a preservação deste patrimônio e sugerindo ações de mitigação de danos e de conservação. A coordenação do curso também é acionada em situações que buscam o endosso institucional de reserva técnica arqueológica e este trabalha em conjunto com a coordenação e a comissão técnica do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú para avaliar os pleitos. Além disso, o curso e laboratório trabalham em conjunto para zelar pela reserva técnica dentro e fora da universidade. Embora uma reserva técnica, à primeira vista, não seja necessária a um curso de graduação, a existência desta é importante para a condução das disciplinas práticas e pesquisas arqueológicas do curso e dos projetos de pesquisa aos quais os docentes e discentes participam.

A atuação da coordenação é pautada em um plano de ação construído de forma paulatina ao longo do exercício da gestão e de forma compartilhada com o colegiado do curso. Portanto, em constante avaliação e revisão tendo em vista sua aplicabilidade mensal e, desta forma, tendo seu planejamento revisitado ao longo das diversas reuniões semestrais de colegiado. Ações de médio e longo prazo também são planejadas nesta mesma base colegiada, podendo tais planejamentos serem repassados de uma gestão para outra, sempre parametrando-se no respaldo colegiado. Nas reuniões de colegiado, portanto, enquanto mecanismo balizador, a coordenação compartilha um relato de

suas ações feitas e das que restam fazer naquele intervalo de tempo e apresenta as demandas que precisam ser sanadas com o envolvimento de todo o colegiado. Mais do que distribuindo tarefas, convidando a todos para pensarem as ações conjuntamente. Importante mencionar que, muitas das atividades da coordenação derivam de demandas que se apresentam em diferentes escalas temporais, implicando em ações de resposta imediata que podem tomar um dia de atuação individual da coordenação, ou demandar semanas e meses de atuação contínua de todo o colegiado, como revisões mais amplas de PPC, por exemplo. Assim, o planejamento das ações de coordenação no curso de Arqueologia é fundamentalmente flexível, continuado e compartilhado no âmbito de ações colegiadas.

Os indicadores de desempenho da coordenação também estão submetidos a constante apreciação do colegiado mediante o mecanismo de avaliação contínua através das reuniões colegiadas. Assim, tanto o planejamento quanto a avaliação do desempenho da coordenação estão configuradas em ressonância com o colegiado como um todo, em que pese o fato de que as reuniões colegiadas são também o espaço de planejamento e avaliação de desempenho das ações da coordenação. Neste sentido, não é a coordenação que administra as potencialidades do corpo docente do seu curso com o intuito de favorecer a integração e a melhoria contínua, mas sim o colegiado do curso que orienta e apoia a coordenação na melhor forma de atuar para bom proveito do grupo, em que pese um coletivo mais amplo de docentes, discentes e técnicos. Desta forma, ressalta-se que a coordenação é sobretudo um espaço de decisão plural e deliberação coletivizada, nada se decide individualmente, salvo em situações que demandam decisões rápidas e na impossibilidade de se reunir o colegiado em tempo hábil de resposta. Em todo caso, o respaldo colegiado é impreterível para as ações de coordenação.

12.1.1 Regime de trabalho da coordenação do curso

O regimento da Universidade estabelece coordenações de curso compostas por coordenador e vice-coordenador. Todos os docentes do curso de Arqueologia trabalham em regime de 40 horas com dedicação exclusiva, porém de acordo com as normativas internas da instituição são determinadas, por portaria, a destinação de 20 horas de carga horária semanal para gestão do curso pelo coordenador (PORTARIA Nº 245 / 2022 - REITORIA) e 10 horas para o vice-coordenador (PORTARIA Nº 41 / 2022 - ICS). A coordenação e vice-coordenação estão presencialmente disponíveis para o público na sala da coordenação no prédio BMT1 (Sala 317), Campus Tapajós, ou Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, Campus Tapajós, durante pelo menos 12 horas

semanais. Ademais, a coordenação atende às demandas encaminhadas via email, SIGAA, SIPAC, SEI e outros eventuais mecanismo de transmissão de informação menos regulamentados, como o caso do *Whatsapp*.

Além disso, a secretaria acadêmica do Instituto de Ciências da Sociedade (BMT1, salas 312 e 314) agenda diariamente demandas específicas no período de 8:00 às 20:00. As ações da coordenação são frequentemente avaliadas e rediscutidas nas reuniões de colegiado e NDE do curso.

A coordenação do curso possui cadeira cativa em diferentes instâncias representativas e deliberativas institucionais, como o colegiado do curso, o núcleo docente do curso e o conselho do ICS.

A coordenação do curso atende presencialmente ao público em horários e dias estabelecidos semestralmente e conforme os horários das disciplinas dos docentes.

12.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE (Portaria 52/2022 ICS. Item 16)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Arqueologia é presidido pela coordenação do curso e composto pelos docentes que respondem mais diretamente pela concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC). O NDE se reúne mensalmente de forma regular, bem como, de forma extraordinária em casos de necessidade. Os pontos de pauta de NDE são separados dos pontos de pauta das reuniões de colegiado. Não raro ocorrem reuniões coordenadas de Colegiado e NDE, em que primeiro são dirimidas as questões de colegiado e depois as de NDE. Os registros em ata também são separados para otimizar os processos deliberativos específicos. Basicamente, quase todo o colegiado do curso compõe o NDE (09 docentes), e todos os membros atualmente ativos do NDE possuem titulação de doutorado e atuam em regime de tempo integral com dedicação exclusiva de 40 horas semanais, sendo a carga horária atribuída para NDE de 2 horas semanais. Em linhas gerais, portanto, o NDE tem buscado atuar diligentemente no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho. A experiência acumulada em mais de uma década de atuação do NDE do Curso de Arqueologia, permite um claro entendimento de que desdobrando-se das atribuições regimentais, o Núcleo Docente Estruturante pode prestar contribuições significativas nos seguintes atividades:

a) elaboração do projeto pedagógico do curso de graduação, contemplando os seus elementos constitutivos, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do respectivo curso e demais legislações que regem o Ensino Superior;

b) atualizar, periodicamente, o projeto pedagógico do curso, com base nos processos avaliativos;

c) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

d) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

e) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado de Curso;

f) analisar e avaliar os programas de disciplinas e os planos de ensino e aprendizagem, elaborados pelos docentes do curso de graduação, referentes aos componentes curriculares.

g) planejar e acompanhar as atividades articuladas ao ensino, à pesquisa e à extensão executadas pelo curso;

h) normatizar a contabilização da carga horária complementar;

i) propiciar a capacitação didático-pedagógica do corpo docente por meio de cursos de aperfeiçoamento/atualização ou especialização;

j) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

k) assessorar a coordenação do curso em assuntos pertinentes à área de conhecimento do curso, inclusive sobre a implantação de laboratórios didáticos especializados e respectivos equipamentos e insumos;

l) avaliar solicitações de discentes do curso, como de aproveitamento de estudos e mudança de estrutura curricular;

m) aprovar as ofertas de componentes curriculares semestralmente;

n) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

12.2.1 Composição do NDE

NOME	TITULAÇÃO	REGIME	FUNÇÃO
Anne Rapp Py-Daniel	Doutorado	DE	Docente
Bruna Cigaran da Rocha	Doutorado	DE	Docente

Claide de Paula Moraes	Doutorado	DE	Docente
Camila Pereira Jácome	Doutorado	DE	Docente
Gabriela Prestes Carneiro	Doutorado	DE	Docente
Myrtle Pearl Shock	Doutorado	DE	Docente
Myrian Sá Leitão Barboza	Doutorado	DE	Docente
Raoni Bernardo Maranhão Valle	Doutorado	DE	Docente
Vinícius Eduardo Honorato de Oliveira	Mestrado	DE	Docente

12.2.2 Experiência no exercício da docência superior.

Periodicamente, nas reuniões de NDE os seus membros relatam as principais dificuldades observadas no processo de ensino aprendizagem junto aos discentes em sala de aula. Mediante esse diagnóstico é realizado planejamento de um conjunto de ações que visam auxiliá-los, como por exemplo: a) realização de reunião com psicólogos e pedagogos da PROGES e PROEN e procura por metodologias alternativas para atender discentes que apresentam necessidades especiais (autismo, etc.); b) nas disciplinas de caráter prático são realizadas aulas no laboratório com a possibilidade de análise de material da reserva técnica e coleção científica do laboratório de Arqueologia (Análise de Material Cerâmico, Análise de Material Litico, Zooarqueologia, Bioarqueologia, Paleobotanica); c) nas disciplinas de caráter prático são realizadas atividade de campo em sítios arqueológicos, comunidades tradicionais, feiras e mercados públicos, dentre outros locais (Origem da Agricultura e Domesticação Das Plantas, Zooarqueologia, Contexto Arqueológico, Caçador-coletor, Técnicas de Registro de Arte Rupestre); d) elaboração de material didático específico para auxílio de algumas disciplinas, como fichas de exercícios em Estatística, vídeos didáticos disponibilizados no canal Youtube de Laboratório de pesquisa Tepahi para disciplina Etnoarqueologia; e) na disciplina de Laboratório de Texto Arqueológico e Antropológico são utilizadas metodologias participativas e inclusivas voltadas a discentes quilombolas e indígenas. São apresentadas e discutidas estratégias para planejamento e organização de estudo, elaboração de resumos, resenhas, críticas, apresentações de trabalhos, leitura e de debate dos textos trabalhados em outras disciplinas, dentre outras atividades que auxiliam esse grupo representativo do curso; f) na disciplina Projeto de Pesquisa cada discente desenvolve partes preliminares de sua monografia e apresenta para uma banca de avaliação que oferece sugestões de melhoria para apresentação futura na banca final de conclusão de curso; g) Produção de capítulos de livros e artigos científicos em revistas nacionais e internacionais sobre pesquisas realizadas na região amazônica, inclusive com informações inéditas que servem como texto básico para as disciplinas do curso; h) elaboração de

documentários que são apresentados e discutidos em sala de aula.

12.3 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO (Portaria 55/2022-ICS – Item 16)

O curso de Bacharelado em Arqueologia conta com a colaboração de professores de outros cursos e institutos da Universidade, contudo, o colegiado e o NDE são formados por servidores diretamente relacionados ao curso. De forma mais estreita, colaboram com disciplinas obrigatórias principalmente os professores dos cursos de Bacharelado em Antropologia e Licenciatura em História, ou professores que se inscrevem no sistema geral da universidade denominado "pró-disciplinas". Como 300 horas da carga horária do curso são destinadas à realização de disciplinas optativas que podem ser realizadas em qualquer instituto ou curso da instituição, há muitas disciplinas contabilizadas no percurso dos discentes que são ministradas por docentes externos ao curso. Conforme mencionado, somente os docentes lotados no Instituto de Ciências da Sociedade e que atuam diretamente no curso de Bacharelado em Arqueologia fazem parte do colegiado. Somos atualmente 10 docentes, 1 técnico administrativo e 1 representante discente, nomeados através da portaria No. 55 de 2022 ICS. De acordo com as atribuições do colegiado definidas no regimento geral de graduação da UFOPA, que indica a necessidade de representatividade das 3 categorias (servidores docentes/técnicos e discentes), o colegiado é presidido pela coordenação do curso e se reúne ordinariamente com periodicidade mensal (na primeira segunda-feira à tarde de cada mês) e extraordinariamente quando as demandas exigem. Todos os encaminhamentos e decisões das reuniões são registradas em atas assinadas pelos participantes e arquivadas na secretaria do curso. No primeiro semestre de 2020 as atas passaram a ser registradas e assinadas online através do SIPAC da UFOPA. As decisões tomadas pelo colegiado obedecem ao seguinte fluxo: a coordenação recebe e apresenta as demandas de pauta para deliberação durante as reuniões e convoca o colegiado com antecedência de pelo menos dois (2) dias úteis, outros servidores também podem propor reuniões de colegiado dependendo da demanda. No período de dois (2) dias são aceitas também solicitações de inclusão e ajustes da pauta. No início das reuniões são também deliberadas e avaliadas solicitações de inclusão extraordinária de pontos de pauta e são apresentados eventuais informes institucionais, acadêmicos, referentes à Arqueologia, etc..

Cabe ao colegiado deliberar e aprovar as decisões tomadas tanto no NDE como através de Ad Referendum que eventualmente possam ser emitidos pela coordenação do curso. O colegiado também é o responsável por discutir e adequar as demandas (orçamentárias, patrimoniais, pedagógicas, de pesquisa, extensão e acompanhamento/acolhimento pessoal e coletivo) para o

funcionamento do curso, do laboratório e da reserva técnica de Arqueologia. O mesmo recebe e delibera sobre os requerimentos e as demandas de discentes, servidores técnicos e docentes. Recebe e delibera sobre demandas e adequações solicitadas pelas demais instâncias da gestão superior e das instituições externas como Ministério Público Federal e Estadual, Iphan, organizações da sociedade civil e a sociedade de forma geral. Quando as deliberações extrapolam o poder de decisão do colegiado, seguem um fluxo que obedece a seguinte hierarquia: Conselho do Instituto, Pró-Reitorias, Órgãos Complementares e Suplementares, Reitoria e o Conselho Universitário. A avaliação do nosso colegiado é realizada de maneira constante pelas categorias que o representam; com a marcação de assembleias extraordinárias com convocatória aberta a todos os discentes e servidores, pelo conselho do Instituto ao qual o curso está vinculado e pelas demais instâncias superiores.

De acordo com o regimento geral da UFOPA (resolução 55 de 22 de julho de 2014), que estão em acordo com o regimento de Graduação da Universidade (Resolução 331 de 2 de setembro de 2020):

"Art. 119. São atribuições do Órgão Colegiado da Subunidade Acadêmica: I - aprovar os projetos pedagógicos dos cursos;

II - planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e avaliar os Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes;

III - criar, agregar ou extinguir comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade;

IV - manifestar-se sobre a admissão e a dispensa de servidores, bem como sobre modificações do regime de trabalho;

V - opinar sobre pedidos de afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou cooperação técnica, estabelecendo o acompanhamento e a avaliação dessas atividades;

VI - encaminhar à direção da Unidade Acadêmica solicitação de concurso público para provimento de vaga às carreiras docente e técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de servidores temporários;

VII - propor à Unidade Acadêmica critérios específicos para a avaliação do desempenho e da progressão de servidores, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela Universidade;

VIII - manifestar-se sobre o desempenho de servidores, para fins de acompanhamento,

aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão na carreira;

IX - elaborar a proposta orçamentária, submetendo-a à Unidade Acadêmica;

X - propor membros de comissões examinadoras de concursos;

XI - manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios de interesse da Subunidade, bem como sobre projetos de prestação de serviços a serem executados, e assegurar que sua realização se dê em observância às normas pertinentes;

XII - decidir questões referentes à matrícula, à opção, à dispensa e à inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, bem como sobre as representações e os recursos contra matéria didática, obedecidas a legislação e as normas pertinentes;

XIII - coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso;

XIV - representar à Unidade, no caso de infração disciplinar;

XV - organizar e realizar as eleições para a Coordenação da Subunidade;

XVI - propor, motivadamente, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a destituição do Coordenador ou do Vice-Coordenador;

XVII - cumprir outras atribuições decorrentes do prescrito neste Regimento Geral e no Estatuto da Universidade;

XVIII - aprovar a oferta de disciplina nos cursos;

XIX - elaborar os planos de qualificação docente."

12.4 Os processos de avaliação do curso

A avaliação do curso é realizada em dois momentos a cada ano: ao final de cada semestre e ao final de cada ano. Essas avaliações são feitas por duas diferentes esferas, o Colegiado do Curso de Arqueologia e a Comissão de Avaliação Institucional do ICS, ambas reguladas por portarias. O Colegiado do Curso realiza, ao final de cada semestre, duas ações que norteiam as políticas de auto avaliação do curso. A primeira avaliação é a realização de enquetes onde os discentes avaliam docentes e a coordenação mapeando a) o acesso aos recursos tecnológicos, b) as dificuldades relacionadas aos conteúdos das disciplinas, c) as sugestões de melhoria tanto das práticas de ensino e aprendizagem quanto das avaliações propostas ao longo do semestre. A segunda ação de avaliação ocorre em Assembleias organizadas com todos os membros do curso (estudantes, docentes e técnicos). Nessas assembleias, os representantes de turma fazem um balanço dos problemas e dificuldades, bem como as demandas (de espaços, infraestrutura, disciplinas optativas) e o resultado

dessas avaliações nortearão as ações do curso para o semestre seguinte. Já a Comissão de Avaliação Institucional do ICS fica responsável por realizar uma avaliação pelos discentes sobre a) o acesso aos espaços e necessidades de infra-estrutura, b) da comunicação com a gestão acadêmica, c) da realização das matrículas. As informações coletadas tanto pelo Colegiado quanto pela comissão são utilizadas para subsidiar o planejamento dos cursos e do funcionamento do instituto. Vale lembrar que o curso de Arqueologia é dispensado do ENADE. Ademais, instâncias como a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação também realizam enquetes avaliativas, muitas vezes disponibilizadas no SIGAA. Essas enquetes são direcionadas a discentes e servidores.

13 RECURSOS HUMANOS

13.1 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA

O ICS se organiza em Coordenação Acadêmica, Coordenação Técnica e Coordenação Administrativa. A Coordenação Acadêmica trabalha diretamente com estudantes.

13.1.1 Coordenação Acadêmica

A Coordenação Acadêmica do ICS funciona nas salas 312 e 314, no segundo pavimento do BMT1, na Unidade Tapajós. Tem funções referente ao funcionamento do curso e o atendimento aos acadêmicos. Junto o curso tem a função de apoiar as atividades da coordenação e atender diversas demandas tais como secretariar reuniões do curso e redigir as respectivas atas; organizar, conservar e providenciar o arquivamento dos documentos do curso; receber, encaminhar, acompanhar e informar a tramitação dos documentos e processos do curso; lançar disciplinas e notícias no SIGAA, entre outras atribuições.

As atividades referentes ao controle e registro dos diversos aspectos relacionados aos discentes do curso de Arqueologia da UFOPA, matrícula e registro dos estudantes, lançamento de notas, emissão de histórico e extratos, programas de disciplinas, inscrições no ENADE, recepção e encaminhamento de requerimentos tais como de aproveitamento de disciplinas, matrículas extraordinárias e aqueles relacionados aos TCC, entre outras, Junto a comunidade acadêmica essa Coordenação orienta quanto às diretrizes e às normas relacionadas à área acadêmica..

As atividades referentes ao TCC são conduzidas junto à Coordenação Acadêmica: recebimento de formulário de cadastramento da monografia, preparação de declarações de participação dos docentes e a ata de defesa, recebimento de versão digital do TCC e autorização para sua publicação e o arquivamento do TCC.

Quando os discentes concluem o curso a coordenação acadêmica encaminha os nomes dos

discentes que integralizaram seu currículo acadêmico para a Diretoria de Registro Acadêmico para confecção de diplomas.

O atendimento da Coordenação Acadêmica do ICS é das 8h às 20h, correspondendo aos três turnos da universidade, ficando assim sempre um técnico para atender discentes mesmo que o técnico imediatamente responsável para assuntos do seu curso trabalhe uma jornada de seis horas.

13.2 CORPO DOCENTE

Compõem o quadro docente do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho. Além dos docentes citados na tabela, todas as disciplinas oferecidas por professores de outros departamentos da UFOPA são consideradas optativas livres para os alunos do Bacharelado em Arqueologia.

NOME	TITULAÇÃO	REGIME	FUNÇÃO
Anne Rapp Py-Daniel	Doutorado	DE	Docente
Bruna Cigaran da Rocha	Doutorado	DE	Docente
Claide de Paula Moraes	Doutorado	DE	Docente
Camila Pereira Jácome	Doutorado	DE	Docente
Gabriela Prestes Carneiro	Doutorado	DE	Docente
Lilian Rebellato	Doutorado	DE	Docente
Myrtle Pearl Shock	Doutorado	DE	Docente
Myrian Sá Leitão Barboza	Doutorado	DE	Docente
Raoni Bernardo Maranhão Valle	Doutorado	DE	Docente
Vinícius Eduardo Honorato de Oliveira	Mestrado	DE	Docente

13.2.1 Disciplinas Obrigatórias oferecidas pelos professores do Curso de Arqueologia

Período	Disciplinas Obrigatórias	Professores
1°	Diálogos entre Antropologia e Arqueologia	Todos os docentes do curso de Antropologia Myrian Sá Leitão Barboza
1°	Introdução à Arqueologia	Todos os docentes do curso de Arqueologia
1°	História da Amazônia	Lucybeth Camargo de Arruda Professores convidados do Curso de Licenciatura em História
1°	Acervos Arqueológicos	Bruna Cigaran da Rocha, Camila Pereira Jácome, Anne Rapp Py-Daniel, Gabriela Prestes Carneiro
1°	Introdução à Prática de pesquisa arqueológica	Todos os docentes do curso de Arqueologia

2°	Práticas integradoras de Extensão 1	Todos os docentes do curso de Arqueologia
2°	Etnologia Indígena	Luciana Barroso França, Lucybeth Camargo de Arruda, Miguel Aparício Suárez, Myrian Sá Leitão Barboza
2°	História e Teoria da Arqueologia	Camila Pereira Jácome, Myrtle Pearl Shock, Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira Bruna Cigaran da Rocha
2°	Métodos e Técnicas em Arqueologia	Anne Rapp Py-Daniel, Claide de Paula Moraes, Gabriela Prestes Carneiro, Lilian Rebellato, Myrtle Pearl Shock, Raoni Bernardo Maranhão Valle, Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira
2°	Análise de Material Cerâmico	Bruna Cigaran da Rocha Camila Pereira Jácome, Claide de Paula Moraes Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira
2°	Optativa	
3°	Introdução à Prática de Campo em Arqueologia	Todos os docentes do curso de Arqueologia
3°	Arqueologia Brasileira	Camila Pereira Jácome Claide de Paula Moraes
3°	Origens da Agricultura e Domesticação de Plantas	Myrtle Pearl Shock, Myrian Sá Leitão Barboza,
3°	Etnohistória	Bruna Cigaran da Rocha, Lucybeth Camargo de Arruda
3°	Análise de Material Lítico	Claide de Paula Moraes Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira
4°	Arqueologia da Trajetória Humana	Anne Rapp Py-Daniel Gabriela Prestes Carneiro Raoni Bernardo Maranhão Valle
4°	Arqueologia Histórica	Professor a definir
4°	Arqueologia Amazônica	Anne Rapp Py-Daniel, Bruna Cigaran da Rocha, Camila Pereira Jácome, Claide de Paula Moraes, Gabriela Prestes Carneiro, Lilian Rebellato, Myrtle Pearl Shock, Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira

4°	Curadoria e Classificação de Material Arqueológico	Bruna Cigaran da Rocha, Camila Pereira Jácome Claide de Paula Moraes, Gabriela Prestes Carneiro, Myrtle Pearl Shock
4°	optativa	
4°	optativa	
5°	Prática de Campo em Arqueologia	Todos os docentes do curso de Arqueologia
5°	Bioarqueologia	Anne Rapp Py-Daniel, Myrtle Pearl Shock
5°	Introdução ao Estudo de Arte Rupestre	Raoni Bernardo Maranhão Valle Camila Pereira Jácome
5°	Zooarqueologia	Gabriela Prestes Carneiro, Myrtle Pearl Shock, Myrian Sá Leitão Barboza
5	Arqueologia Pública	Camila Pereira Jácome Bruna Cigaran Rocha
5°	Optativa	
6°	Geoarqueologia	Lilian Rebellato
6°	Estatística Aplicada à Arqueologia	Myrian Sá Leitão Barboza, Myrtle Pearl Shock
6°	Etnoarqueologia	Raoni Bernardo Maranhão Valle Camila Pereira Jácome
6°	Arqueobotânica	Myrtle Pearl Shock
6°	Licenciamento Ambiental	Camila Pereira Jácome Bruna Cigaran Rocha
6°	optativa	
6°	optativa	
6°	Práticas integradoras de Extensão 2	Todos os docentes do curso de Arqueologia
7°	Projeto de Pesquisa	Todos os docentes do curso de Arqueologia
7°	optativa	
7°	optativa	
8°	TCC	Todos os docentes do curso de Arqueologia
8°	optativa	
8°	optativa	

13.2.2 Disciplinas Optativas oferecidas pelos professores dos Cursos de Arqueologia e Antropologia

Disciplinas Optativas	**Professores**

Análise de Material ósseo	Gabriela Prestes Carneiro Anne Rapp Py-Daniel
Antropologia da Alimentação	Miguel Aparicio Suárez
Antropologia da Arte	Luciana Barroso França
Antropologia da Ciência e da Técnica	Júlia Escobar Brussi
Antropologia da Educação	Luciana Barroso França
Antropologia da Natureza	Miguel Aparicio Suárez
Antropologia da Performance	Helena Schiel
Antropologia da Religião	Júlia Escobar Brussi
Antropologia da Saúde e da Doença	Luciana Barroso França
Antropologia do Desenvolvimento	Júlia Escobar Brussi
Antropologia do Gênero	Carla Ramos
Antropologia e Filosofia	Florêncio Vaz Filho
Antropologia e História	Lucybeth Camargo de Arruda
Antropologia e Linguística	Eduardo Soares Nunes
Antropologia Econômica	Helena Moreira Schiel
Antropologia Jurídica	Luciana Carvalho
Antropologia Política	Diego Amoedo Martínez
Antropologia Rural	Diego Amoedo Martínez
Antropologia Urbana	Luciana Carvalho
Antropologia Visual	Lucybeth Camargo de Arruda
Antropologias da Terra	Eduardo Soares Nunes
Arqueologia da paisagem	Myrtle Pearl Shock, Myrian Sá Leitão Barboza
Arqueologia das Américas	Myrtle Pearl Shock, Claide de Paula Moraes, Camila Pereira Jácome
Arqueologia Experimental	Claide de Paula Moraes, Raoni Bernardo Maranhão Valle Vinicius Eduardo Honorato Oliveira
Arqueologia regional dos rios Tapajós-Trombetas	Bruna Cigaran Rocha, Camila Pereira Jácome, Anne Rapp Py-Daniel, Gabriela Prestes Carneiro

Arte pré-colonial na Amazônia	Raoni Bernardo Maranhão Valle
Caçadores Coletores	Myrian Sá Leitão Barboza, Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira
Cartografia aplicada à Arqueologia	Vinicius Eduardo Honorato Oliveira
Contextos arqueológicos	Anne Rapp Py-Daniel
Cultura material	Camila Pereira Jácome, Claide de Paula Moraes Vinícius Eduardo Honorato Oliveira
Cultura Popular e Sociabilidades	Luciana Gonçalves Carvalho
Estudos Afro-Brasileiros I	Raiana Mendes Ferrugem
Estudos Afro-Brasileiros II	Carla Ramos
Estudos do Ritual e do Simbolismo	Helena Moreira Schiel
Gênero, Política e Sexualidade	Carla Ramos
Geomorfologia Amazônica	Lilian Rebellato
História Indígena e do Indigenismo	Lucybeth Camargo de Arruda
Inglês Básico I	ICED
Introdução à Anatomia Comparada e Preparação de Coleções Osteológicas	Gabriela Prestes Carneiro
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos I	Camila Pereira Jácome
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos II	Vinicius Honorato de Oliveira
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos III	Bruna Rocha
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos IV	Camila Pereira Jácome
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos V	Anne Rapp Py-Daniel
Laboratório de Textos Arqueológicos e Antropológicos VI	Myrian Sá Leitão Barboza
Laudos e Perícias Antropológicas	Luciana Carvalho
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	ICED
Migrações e Mobilidade	Eduardo Soares Nunes
Organização Social e Parentesco	Miguel Aparicio Suárez

Patrimônio Cultural	Luciana Carvalho
Políticas Afirmativas e Direitos Humanos	Florêncio Vaz Filho
Povoamento da América	Claide de Paula Moraes, Myrtle Pearl Shock
Povos e Comunidades Tradicionais	Raiana Mendes Ferrugem
Povos Indígenas e Estado Nacional	Florêncio Vaz Filho
Povos Indígenas na Amazônia	Florêncio Vaz Filho
Relações Étnico-raciais	Raiana Mendes Ferrugem
Relações Interétnicas	Eduardo Soares Nunes
Seminários em Terras Pretas da Amazônia	Lilian Rebellato
Técnicas de Registro Visual de arte Rupestre	Raoni Bernardo Maranhão Valle
Teoria Contemporânea da Arqueologia	Camila Pereira Jácome, Myrtle Pearl Shock Vinicius Eduardo Honorato Oliveira Myrian Sá Leitão Barboza
Teoria Sociológica II	Florêncio Vaz Filho
Tópicos especiais em análise cerâmica	Bruna Cigaran da Rocha Camila Pereira Jácome Claide de Paula Moraes
Tópicos Especiais em Antropologia e Arqueologia	Todos os professores de Antropologia
Tópicos Especiais em Antropologia I	Todos os professores de Antropologia
Tópicos Especiais em Antropologia II	Todos os professores de Antropologia
Tópicos Especiais em Antropologia III	Todos os professores de Antropologia
Tópicos Especiais em Antropologia IV	Todos os professores de Antropologia
Tópicos especiais em Arqueobotânica	Myrtle Pearl Shock
Tópicos Especiais em Arqueologia Histórica	Professor a definir
Tópicos Especiais em Etnoarqueologia	Raoni Bernardo Maranhão Valle
Tópicos Especiais em Etnobiologia e ecologia histórica	Myrtle Pearl Shock, Myrian Sá Leitão Barboza
Tópicos especiais em materiais líticos	Claide de Paula Moraes Vinícius Eduardo Honorato de Oliveira
Tópicos especiais em trabalho de campo	Todos os docentes do curso de Arqueologia

Tópicos especiais em zooarqueologia	Gabriela Prestes Carneiro Myrian Sá Leitão Barboza

13.2.3 Titulação do corpo docente

O corpo docente do curso de Arqueologia é composto por 01 docente com pós-doutorado, 08 docentes com doutorado e 01 docente com mestrado. As especialidades acadêmicas dos docentes são variadas, permitindo que o curso ofereça diversas disciplinas específicas de maneira qualificada, além da oferta de disciplinas base da formação. Na área de Arqueologia, o curso reúne docentes com especialidades como a Bioarqueologia, a Arqueobotânica, a Zooarqueologia, a Geoarqueologia, a Etnoarqueologia, Arte Rupestre, Ecologia Histórica, análise de material lítico, análise de material cerâmico, algumas delas, contam com pouquíssimos especialistas no Brasil. Outro ponto importante é a diversidade de origem institucional da formação dos docentes oriundos de centros de excelência no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França.

Todos os docentes atuam ativamente também na pesquisa/extensão articulando colaborações com pesquisadores nacionais e internacionais e em diferentes partes da Amazônia. A soma destas atividades reflete diretamente na revisão continuada do PPC do curso com atualização dos conteúdos e da bibliografia das disciplinas ofertadas. Além disso, havendo publicações importantes entre as revisões, os docentes levam essas informações para a sala de aula.

A relação de formação continuada e em acordo com o que demanda o perfil do curso é também realizada através da participação dos docentes na liderança de 2 grupos de pesquisa e participação em 10 grupos cadastrado no CNPq:

- Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia - IDSM-OS
- Ecologia Humana na Amazônia - INPA
- Núcleo de Pesquisa e Documentação das Expressões Afro-religiosas do Oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO) - UFOPA
- Diversidade cultural, território e novos direitos na Amazônia - UFOPA
- NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS INDÍGENAS NEPI - UNIFAP
- Grupo de Estudos de Ecologia Histórica e Política nas Bacias do Trombetas, Tapajós e Xingu - UFOPA
- Laboratório de Etnologia e do Filme Etnográfico - UFMG
- Pawana: Cosmopolíticas, materialidade, conhecimentos e políticas públicas no Norte do

Pará - UFOPA

- Arqueologia no Contemporâneo - UFPA
- Núcleo de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia Forense - UNIFESP

Conforme pode ser observado no Lattes de cada docente, muitas das publicações decorrentes das pesquisas são feitas em co-autoria com discentes e egressos do curso, sendo a principal razão a divulgação de informações produzidas em contexto amazônico para um público externo. Ademais, todos os docentes possuem publicações nos últimos cinco (5) anos em revistas especializadas, em livros de divulgação científica ou material didático, o que mostra o comprometimento do colegiado em se manter vinculado às discussões acadêmicas realizadas a nível nacional e internacional.

13.2.4 Regime de trabalho do corpo docente do curso

Todos os dez docentes do curso estão em regime de 40 horas com dedicação exclusiva, lotados na cidade de Santarém. Atualmente o curso conta com nove (9) doutores e um (1) mestre em processo de doutoramento. O perfil dos docentes é consideravelmente heterogêneo e tem permitido que muitos temas sejam abordados nas disciplinas, assim o caráter inerentemente interdisciplinar da Arqueologia é manifestado através do conteúdo de cada disciplina assim como nos distintos componentes curriculares ofertados. Todos os docentes seguem a LDB no quesito carga horária mínima de sala aula, ofertando, normalmente, 120 horas de aula graduação por semestre com mais 120 horas de preparação e atendimento aos discentes.

Além das atividades de docência, todos os docentes coordenam ou participam de projetos de pesquisa e/ou extensão. Estes projetos são importantes para o desenvolvimento da ciência como um todo e para que discentes possam ter suas primeiras experiências profissionais na área. Ao total, a UFOPA permite que até 20 horas de carga horária semanal seja alocada para essas atividades.

Como todas as IFES, a administração da UFOPA passa pela constituição de uma série de comissões que garantem o bom funcionamento da instituição, assim os docentes fazem parte de comissões avaliadoras de projetos (de pesquisa e de extensão), de comissões de progressão funcional, comissões técnicas (ex. do laboratório), comissões de acompanhamento de estudantes, colegiado, núcleo docente estruturante (NDE), etc. A carga horária destinada para cada uma das comissões depende do caráter permanente ou temporário das mesmas, suas funções, assim como o papel da comissão na hierarquia institucional. Por exemplo, colegiados e NDEs são comissões permanentes que exigem atuação contínua por parte dos docentes, enquanto que comissões

temporárias, como bancas avaliativas, têm suas respectivas cargas horárias alocadas por período de existência.

Os docentes definem, junto a seus orientandos e discentes por disciplina, em quais horários serão realizados os atendimentos presenciais e, eventualmente, online, com o advento de sistema integrativos online (ex. SIGAA e E-mail), parte do atendimento dos docentes tem sido feito através destas ferramentas. Essas informações estão disponíveis nos planos de curso cadastrados semestralmente no SIGAA.

13.2.5 Experiência profissional do corpo docente

O corpo docente do curso de Arqueologia tem ampla experiência comprovada em áreas de aplicação do conhecimento arqueológico e outras ciências que dialogam com a Arqueologia. Em termos gerais, os professores têm experiência com gestão e execução de projetos de pesquisa e de extensão, em gestão de patrimônio cultural material e imaterial, seja atuando em órgãos públicos ou iniciativa privada. Todos os professores têm experiência como avaliadores de revistas e publicações especializadas e como pareceristas de agências públicas de fomento à pesquisa. Parte do corpo docente tem experiência na participação em associações profissionais e em associações comunitárias. A maior parte dos professores tem ou já tiveram participação e/ou coordenação em projetos no licenciamento ambiental e alguns participaram de projetos executados em ONG's. Há docentes com experiências na produção de laudos técnicos ou pareceres solicitados pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

- Anne Rapp Py-Daniel: Desde a aquisição do diploma de nível superior (em 2004) atuou e/ou coordenou projetos de pesquisa em diferentes regiões da Amazônia (19 anos), sendo a maior parte de grande vulto e com financiamento; atua, desde 2016, com extensão universitária (8 anos) com apoio do MEC e UFOPA; faz parte da Sociedade de Arqueologia Brasileira desde 2011 (12 anos), foi tesoureira da associação durante 2 anos, também faz parte da AFLORA; faz parte de várias comissões internas administrativas na UFOPA desde 2011 (12 anos); tem participado de vários congressos/workshops desde 2005 (17 anos); atua como docente de nível superior desde 2009 (14 anos), tendo sido coordenadora de curso tanto na UFOPA (2016-2017) quanto na Universidade do Estado do Amazonas (2009-2010); possui publicações em revistas especializadas e livros; trabalhou com projetos de consultoria de 2005 a 2011.
- Bruna Cigaran Rocha: Desde a conclusão da graduação (2005) atua em projetos de pesquisa

e consultoria na Amazônia e no Brasil (15 anos); a partir de 2012 passou a co-coordenar Projeto Alto Tapajós; hoje coordena/co-coordena 4 projetos de pesquisa grandes ("We are the forest"; "Living Libraries"; "Projeto Arqueológico Alto Tapajós"; "Amazônia Revelada"); faz parte da Sociedade de Arqueologia Brasileira desde 2012 (11 anos) e foi 1ª secretária da associação durante 2 anos; faz parte de várias comissões internas administrativas na UFOPA; coordenação de curso entre 2021-2022) e vice-coordenadora (em 2017 e novamente em 2021-2022), coordenadora do Laboratório de Arqueologia (entre 2018-2019). Tem participado de vários congressos/workshops desde 2007 (15 anos)

- Camila Pereira Jácome: Desde a graduação e pós-graduação atua em projetos de pesquisas. Entre 2006 a 2013 trabalhou com consultoria arqueológica, em licenciamento ambiental e projetos culturais. Após o ingresso na carreira de docente na UFOPA, coordenou e/ou participou de projetos: Arqueologia na Fazenda Experimental da UFOPA, Arqueologias e histórias dos yanas na Bacia do Trombetas, Estratégias de Desenvolvimento, Mineração e Desigualdade: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado, Heritage and territoriality: Past, present, and future perceptions among the Tacana, T'simane and Waiwai, Nos Caminhos da "Cultura": Diálogos sobre Museu e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas da Região do Trombetas, financiado pelo CNPq. Participação em projetos de extensão, Aprimoramento da guarda do patrimônio arqueológico no Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, Patrimônios culturais, repositórios digitais e experimentos com acervos multimídias: práticas descoloniais, teoria e ensino da e ciência. Também foi co-autora de pareceres técnicos solicitados por movimentos sociais ou Ministério Público. Tem participado de vários congressos/workshops desde 2001 (21 anos). Coordenadora do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú de 2017 a 2018 e de 2019-2022.
- Claide de Paula Moraes: Consultoria em projetos de gestão do patrimônio arqueológico brasileiro (11 anos), participação em pesquisas acadêmicas relacionadas ao patrimônio arqueológico brasileiro (19 anos); exercício da docência desde 2011 (12 anos); com publicações de grande impacto em revistas nacionais e internacionais.
- Gabriela Prestes Carneiro: Após doutorado já como professora da UFOPA, tem participado e coordenado projetos científicos na Amazônia Brasileira e boliviana desde 2012, que contabilizam 8 anos de pesquisa. Faz parte da Sociedade de Arqueologia Brasileira desde

2013 (9 anos). Quanto às atividades administrativas, faz parte de várias comissões internas administrativas na UFOPA desde 2014 (10 anos). Organizou eventos acadêmicos (4 anos); tem participado de vários congressos/workshops desde 2007 (15 anos).

- Lilian Rebellato - De 2002 a 2010 atuou no licenciamento ambiental, Dentre os projetos de pesquisa que participa e/ou coordena após a inserção na UFOPA (2011): Análise das Socio-Cosmologias Pré-Coloniais Amazônicas (Segunda Etapa), Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico: Prospecção das Estruturas do Parque de Ciência e Tecnologia Tapajós - UFOPA, Terras Pretas de Índio em Território Quilombola: levantamento de padrões de assentamentos, estudando o passado, entendendo o presente, Cultura, Território e Direitos Coletivos, Digital repatriation of cultural heritage in the Global South: A model for open access to museum collections empowering indigenous communities in the Brazilian Amazon. Membro do Comitê de Assessoramento do CNPq, 2012 - 2022. Revisor de Projeto de Fomento de CNPq, 2012 - 2022.
- Myrian Sá Leitão Barboza- Após a graduação, participou em 2004 como educadora da ONG: Pia Sociedade de Pe. Nicola Mazza no Projeto "Casa Pe. Melotto Projeto de educação, cultura e cidadania para adolescentes em situação de risco social", Olinda, Pernambuco (1 ano). De 2009 a 2010 participou do projeto Aldeia: Conservação da Amazônia Indígena, vinculado à ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN, 2 anos). Nos últimos 18 anos vem participando de inúmeros projetos de pesquisa (15 projetos), extensão (1), inclusive com coordenação de projeto de extensão (1 projeto, 2 anos) e integrado de pesquisa, ensino e extensão (1 ano), é revisora de periódicos (2 anos). Coordenou por 3 anos o Processo de Seleção Especial para candidatos indígenas. Esteve na coordenação do curso de Arqueologia de 2020 a 2021.
- Myrtle Pearl Shock: participa de projetos de pesquisa há 17 anos. Possui 4 anos de experiência com revisão de periódico, 5 anos de experiência de trabalho em tempo parcial na editoria científica. Participação em associações profissionais internacionais há 22 anos.
- Raoni Bernardo Maranhão Valle: Antes de entrar na UFOPA possui experiência professional, 1995/2004 - Desenhista, bolsista e colaborador técnico no Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA) da UFPE; 2005/2009 - Pesquisador-bolsista no Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (NPCHS) do INPA; 2009/2012 - Pesquisador-colaborador no Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (NPCHS) do INPA; Docente da

UFOPA desde 2012.

- Vinicius Eduardo Honorato Oliveira: Concluiu a graduação na modalidade "licenciatura", mas exerceu atividades profissionais de pesquisa nas iniciativas privada e pública desde um período anterior à conclusão da graduação (17 anos). Participou do Projeto Alto São Francisco, Minas Gerais (6 anos, coordenado por G. Henriques e F. Costa), do Projeto Amazônia Central (4 anos, coordenado por E. Neves- MAE/USP). Desde 2010 tem coordenado/co-coordenado os projetos Levantamento Arqueológico no Município de Itaituba (2010-2012), Projeto Alto-Tapajós (em andamento desde 2012), Projeto Under the shelter: Archaeology in the caves of Rurópolis (Museu Britânico e UFOPA). Participação em projetos de outras instituições como MPEG, UFPE, Instituto Socioambiental, University College London e USP. Contribui em laudos para o MPF.

14 INFRAESTRUTURA

O curso de bacharelado em Arqueologia está sediado em Santarém, no Instituto de Ciências da Sociedade (ICS). As secretarias, sala de coordenação, salas de aula e laboratório estão sediadas no Campus Tapajós, R. Vera Paz - Salé, Santarém - PA, 68040-255. No Bloco Modular Tapajós (BMT) funciona toda a parte administrativa do ICS, incluindo as coordenações de curso e as secretarias. O Campus Tapajós é também um sítio arqueológico (Sítio Porto - PA-ST-42) onde atividades práticas de campo são realizadas. Os diferentes espaço utilizados pelo curso e seus respectivos endereços são detalhados abaixo.

14.1 ESPAÇO PARA A COORDENAÇÃO

A coordenação do curso de Arqueologia funciona na sala 317, do BMT1, Unidade Tapajós, onde estão também as demais coordenações dos cursos do ICS. A sala com cerca de 10m², é equipada com duas mesas, um armário, três cadeiras e um computador possui condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequados. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores. A coordenação do curso tem capacidade de receber dois alunos neste espaço.

Para auxiliar em suas funções, o coordenador do curso conta o atendimento da Coordenação Acadêmica no qual estão lotados 07 servidores, sendo um técnico administrativo indicado para atender as demandas específicas do curso e dos demais cursos (04 técnicos) podendo ajudar na sua ausência e o atendimento pelo pedagogo e TAE está compartilha com todos os cursos do ICS. A Coordenação Acadêmica funciona nas salas 312 e 314 do BMT1 na Unidade Tapajós com capacidade para atender até 12 pessoas do público, estando aberto das 8h as 20h.. O Instituto conta

ainda com a Coordenação Técnica e a Coordenação Administrativa que funcionam nas salas 314 e 316. Essas Coordenações tem funcionamento de 8h as 12h e 14h as 18h. As salas possuem condições de iluminação, acústica, ar refrigerado e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

14.2 SALAS DE PROFESSORES

Espaços específicos para o desenvolvimento das atividades dos docentes em tempo integral, por exemplo, de estudo, escrita, preparação de aulas e demais atividades didático-pedagógicas são fundamentais, sejam eles gabinetes mais individualizados com computadores, normalmente para dividir entre dois docentes, sejam salas coletivas para desenvolvimento de múltiplos projetos de docentes com seus orientandos e alunos. Na Ufopa, à rigor, não se adotou a política de espaços mais individualizados de gabinetes de professores, desta forma, os docentes utilizam uma sala de professores coletivizada entre os cursos de Arqueologia e Antropologia (sala 324 - BMT1), e mais especificamente utilizam os espaços laboratoriais, básicos e específicos, que também são espaços coletivos compartilhados com diversos docentes e seus alunos

Atualmente, os docentes dos cursos de Antropologia e Arqueologia têm à sua disposição a sala 324, no BMT1, Unidade Tapajós, um espaço que podem utilizar para o armazenamento de equipamentos e materiais de trabalho, preparação de aulas, reuniões de grupos de pesquisa e extensão, reuniões de colegiado e NDE, entre outras atividades. A sala possui um mobiliário do tipo “ilha”, com 4 espaços individuais de trabalho, armários, mesa e cadeiras para reuniões. Para o acesso às instalações, conta-se com escadas e elevadores.

Os professores que não estão diretamente vinculados ao PAA utilizam os espaços dos seus cursos e institutos de origem.

14.3 SALAS DE AULA

Alunos e professores do curso de Arqueologia contam com 4 salas para aulas na Unidade Tapajós, que são usadas de forma compartilhada com os outros cursos da Ufopa. Essas salas, com capacidades diversas de 30, 40 e 50 lugares, algumas delas, equipadas com equipamentos eletrônicos para o desenvolvimento das aulas, estão sob a responsabilidade e gestão da Sinfra (Superintendência de Infraestrutura), com o apoio da coordenação acadêmica do ICS.

As salas apresentam condições de conservação, limpeza, iluminação, acústica e refrigeração no limite do adequado. O acesso às instalações é feito por escadas, rampas e elevadores. No atual semestre o curso está utilizando as salas B-105, B-109, L-203 e L-204.

14.4 SÍTIO ARQUEOLÓGICO PORTO (PA-ST-42) E AULAS DE PRÁTICA DE CAMPO EM ARQUEOLOGIA

Um grande diferencial do curso de Bacharelado em Arqueologia da Ufopa é a possibilidade de realizar atividades práticas no próprio campus urbano da universidade. O Campus Tapajós é parte do sítio Porto (PA-ST-42), um dos maiores sítios arqueológicos da Amazônia. Atividades práticas são realizadas também em outros sítios do município de Santarém e municípios vizinhos. Entretanto, o fato de ter o sítio arqueológico no mesmo espaço onde temos as salas de aula e laboratórios facilita a condução de atividades práticas como parte das atividades de várias disciplinas. Esta particularidade contribui para um grande número de trabalhos de conclusão de curso (TCCs) versando sobre práticas de campo, metodologias e as coleções geradas com as atividades realizadas (figura 01).

Figura 01 - Escavação arqueológica no Campus Tapajós realizada durante a disciplina de Introdução à Prática de Campo em Arqueologia (foto Raoni Valle).

14.5 LABORATÓRIO E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA

A instituição oferece acesso à informática no BMT, no âmbito do ICS, no 2o andar, na sala 326, onde funciona o Laboratório de Ensino, com capacidade para 20 alunos. Os dias de

funcionamento são de segunda a sexta-feira, e os horários de atendimento aos discentes ocorrem em dois (02) turnos: matutino e vespertino. O laboratório pode ser utilizado também aos sábados, mediante reserva e presença de um docente da instituição. O laboratório é de uso compartilhado. Nos vinte (20) computadores, os alunos contam com sistema Linux e Microsoft. A instituição também oferece acesso à informática aos discentes, junto à Biblioteca do Campus Rondon e na Unidade Tapajós. Os dias de funcionamento são de segunda a sexta-feira, e os horários de atendimento aos discentes ocorrem nos três (03) turnos de funcionamento da instituição: matutino, vespertino e noturno. Além disso, a comunidade acadêmica dispõe de acesso à rede Wi-Fi em todos campi (Tapajós e Rondon). Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – o estudante pode acompanhar seu percurso acadêmico, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento, entre outros.

O Curso de Arqueologia possui máquinas fotográficas (simples e profissional), filmadora, notebooks (do curso e de projetos de pesquisa e extensão), gravadores de áudio e aparelhos de data show que são disponibilizados para os servidores para viagem de trabalho de campo (desde que o termo de empréstimo seja assinado e a solicitação previamente comunicada ao colegiado) e, quando necessário, para o uso em sala de aula e/ou no laboratório. Discentes podem usar na UFOPA ou em campo os equipamentos do curso, desde que sob a responsabilidade de um servidor.

14.6 AUDITÓRIOS

Os auditórios da Universidade são de uso comum de todos os cursos, dependendo apenas de agendamento prévio. Na Unidade Tapajós, o Auditório Tapajós é equipado com sistema interno de som, telão, projetor de imagens e cadeiras para 600 pessoas. O espaço do auditório é reversível podendo ser transformado em dois auditórios para 300 pessoas. No BMT1, na mesma Unidade, a sala 327 funciona como um miniauditório equipado com 54 poltronas, projetor de imagens, microfone, sistema de som, televisor de 32 polegadas para atender prioritariamente aos cursos do ICS.

Na Unidade Rondon, o auditório Wilson Fonseca está equipado com sistema de som, projeção de imagens e lugares para 130 pessoas. Na mesma Unidade, há, ainda, dois miniauditórios localizados no primeiro e no terceiro andar do prédio H, respectivamente. Ambos têm capacidade para até 100 carteiras.

14.7 BIBLIOTECA

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufopa (SIBI/Ufopa), que inclui todas as unidades de

bibliotecas da Universidade é um sistema gerenciador do órgão suplementar Biblioteca, ligado diretamente à Reitoria, conforme previsto no art. 33 do Estatuto da Ufopa e, ainda, contemplado no Art. 95 do Regimento Geral.

Na sede da Ufopa, localizada na cidade de Santarém, existem duas bibliotecas. A Biblioteca Central da Ufopa, situada no Campus Tapajós, criada em 2009, é o órgão que executa a direção técnica do sistema integrada, coordenando tecnicamente as bibliotecas, definindo normas e diretrizes que visam subsidiar as bibliotecas na prestação de serviços e produtos de informação necessários ao apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão na Ufopa. A segunda biblioteca existente na sede fica na Unidade Rondon. Além delas existem bibliotecas nos campi sediados nos Municípios de Itaituba, Oriximiná, Monte Alegre, Óbidos, Juruti e Alenquer.

A biblioteca na Unidade Tapajós conta com uma área total de 274,22 m² que se divide em: 1 Hall de entrada, com balcão para atendimento aos usuários; armários guarda-volumes; 1 sala com o acervo bibliográfico do campus, acondicionado em mobiliário adequado para sua organização, numa área de 57,62 m2; Área para estudo coletivo e 3 sala para estudo em grupo (até 6 pessoas); 1 sala com 20 cabines individuais de estudo, 5 computadores para acesso à internet e 9 mesas para estudo individual; 1 sala administrativa, para o processamento técnico do material bibliográfico e audiovisual. Apresenta iluminação e climatização em condições satisfatórias. E também sistema de segurança para o acervo. A maior parte do acervo bibliográfico de obras da Arqueologia e antropologia, uma de nossas áreas afins encontra-se depositada nesta biblioteca.

A Biblioteca do Campus Rondon tem uma área total de 372,80 m², dividida em Térreo: Hall, banheiros feminino e masculino; recepção/atendimento, escada, elevador para PcDPNE, armário para guarda-volumes e área específica para acervo, acondicionado em mobiliário adequado para sua organização. No 1º piso localiza-se: 1 sala para Direção, 2 salas para o processamento técnico, 1 sala de guarda de acervo, 1 sala de estudo em grupo para até 8 pessoas, equipado com TV e data show e mais área de estudo, estruturado com 3 cabines individuais de estudo, 9 cabines com computadores para acesso à internet e 7 mesas de estudo coletivo, 18 mesas de estudo individual e 7 estantes para periódicos. Tem em sua estrutura câmeras de segurança instaladas no térreo e 1º piso, apresenta iluminação e climatização em condições satisfatórias, sendo realizadas limpezas diariamente em todos os ambientes.

A Ufopa ainda dispõe de um acervo virtual, “Minha Biblioteca”, com mais de 10 mil títulos e funcionalidades como leitura em voz alta, anotações, realce de cor, marcação de página e pesquisa

por palavras-chave que promovem a acessibilidade, estimulam a aprendizagem e favorecem a retenção de alunos. O acesso a esse acervo está disponível através da página da biblioteca, mediante as mesmas credenciais de acesso ao SIGAA.

14.8 BIBLIOGRAFIA DO CURSO

As disciplinas oferecidas no curso de Bacharelado em Arqueologia possuem bibliografia básica e complementar. O conteúdo da bibliografia do curso de Bacharelado em Arqueologia pode ser consultado no anexo 01.

A atualização do acervo da biblioteca é solicitada pelo NDE do curso de acordo com as demandas dos professores de cada componente curricular. Todas as atualizações de conteúdos curriculares realizadas em nível de NDE do bacharelado de Arqueologia são enviadas anualmente na forma de lista de bibliografias para a direção da Biblioteca realizar a compra.

14.8.1 Periódicos especializados

O curso indica artigos de periódicos especializados na bibliografia básica e complementar em alguns componentes curriculares (Anexo 01), sobretudo dos periódicos que estão disponíveis online, entre eles, a biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, a Scientific Electronic Library Online – SciELO. O Curso de Arqueologia bem como a UFOPA utiliza o Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que dispõe de uma biblioteca virtual que conta com um acervo de mais de 35 mil títulos com textos completos, cerca de 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Os professores do Curso de Arqueologia também utilizam das bibliotecas digitais de Teses e Dissertações de várias instituições de ensino superior em que há pós-graduação strictu sensu consolidadas no País.

14.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a inclusão de pessoas com deficiência e tem servido de guia para a Ufopa nas adequações de seus espaços. Os prédios, onde o Curso de Arqueologia, funciona atendem às normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A estrutura atual possui dois elevadores os quais permitem o acesso a todos os setores da instituição, dentre eles salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Ambos elevadores são

submetidos à manutenção alternada garantindo o funcionamento permanente.

Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal exigido. Destacamos ainda que após participação de representantes da UFOPA no Seminário Incluir em Brasília (ano de 2013), foi feito socialização das informações no Seminário de Acessibilidade no âmbito da UFOPA, em seguida foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró Acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12 de Agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, nos quais incluem unidades Acadêmicas e Administrativas da UFOPA e posterior realização de reuniões periódicas; Realização do I Seminário de Acessibilidade da UFOPA no de 2013 com a participação da Profa. Martinha Clarete Dutra dos Santos (SECADI/MEC) e do Prof. Evandro Guimarães (UFMA), Parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa de Surdos da UFOPA (GEPES). Em abril de 2014 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da UFOPA, sua composição conta com a participação de setores estratégicos da Universidade. Este Núcleo tem como objetivos: discutir e instituir políticas institucionais de Acessibilidade no âmbito da UFOPA e realizar ações para a inserção dos alunos com deficiência no ensino superior, incluindo pessoas com transtorno do espectro autista (conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012), tornando-se um importante serviço de assessoria aos Institutos e aos respectivos cursos. Entre as atividades desempenhadas pelo Núcleo de acessibilidade estão a disponibilização de tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes e docentes surdos; o acompanhamento em sala de aula do aluno com deficiência; a promoção de cursos e eventos para a comunidade interna e externa, como curso de LIBRAS e Brailes e cursos de orientação e mobilidade.

14.10 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A segurança da UFOPA é realizada por uma empresa terceirizada sendo supervisionada pela Diretoria de Segurança que está vinculada à Superintendência de Infraestrutura.

14.11 APOIO AOS DISCENTES

O Bacharelado em Arqueologia em consonância com as diretrizes da Universidade Federal do Oeste do Pará, pretende assegurar a permanência dos alunos no curso. Para isso está articulado institucionalmente com os programas de permanência dos discentes através de bolsas-permanência concedidas pela Universidade. Além disso, busca viabilizar na instituição, utilizando os mecanismos de participação e deliberação vigentes, políticas de assistência universitária com vistas a garantir um mínimo de infraestrutura para o melhor aproveitamento dos discentes e das demais categorias (docentes e técnicos-administrativos).

Como está evidenciado na grade curricular, o curso também criou mecanismos de apoio, em forma de disciplinas, para acompanhar discentes indígenas e quilombolas durante seu processo de formação em Arqueologia. Essa ação está diretamente vinculada à outra política geral de inclusão social da Universidade, que é o processo seletivo especial para indígenas e desde 2016 para quilombolas. Esses discentes também são acompanhados por tutores/orientadores quando ultrapassam o tempo convencional para a formação no curso (4 anos).

O atendimento ao discente é realizado pela Coordenação Acadêmica do ICS (aberta das 8h as 20h) e pela Coordenação do Curso de Arqueologia.

15 LABORATÓRIOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As estruturas laboratoriais são fundamentais para a formação dos discentes em Arqueologia e para o desenvolvimento das atividades de pesquisa dos docentes. A Arqueologia divide-se, basicamente, em quatro áreas de atividades principais: 1- a pesquisa de campo, 2- as análises de laboratório, 3- o tratamento de dados, a redação dos resultados de pesquisa e 4- as ações de extroversão e comunicação dos resultados da Arqueologia junto a comunidade interna e externa da UFOPA. Portanto, a maior parte das atividades profissionais da Arqueologia se desenvolvem nos espaços laboratoriais.

15.1 Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú

O Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú foi criado ainda na gestão do campus de Santarém feita pela UFPA. O espaço funcionava vinculado ao Programa de Pós-Graduacão em Antropologia e como parte de um convênio entre o mesmo e a Companhia das Docas do Pará (CDP), para o Programa de Salvamento Arqueológico da parte do sítio Porto que fica no terreno administrado pela CDP. Por ocasião da implantação dos cursos de Arqueologia e Antropologia na UFOPA este laboratório ainda era coordenado e utilizado por professores, técnicos e alunos da UFPA de Belém, que o utilizaram até 2014, em função de convênios mantidos entre as duas instituições. Com o crescimento da demanda por parte dos professores do Bacharelado em Arqueologia da UFOPA, por espaço laboratorial, optou-se pela reforma e adequação de um dos edifícios previamente existentes no campus da Universidade (Laboratório 2) em 2012. Com o progressivo crescimento do corpo docente do curso e as necessidades da guarda permanente do patrimônio arqueológico oriundo de coleções do UFPA e a pesquisa dos docentes da UFOPA houve uma reforma adicional em 2017 para incluir uma sala de aula para disciplinas práticas e três salas para a guarda do patrimônio arqueológico Cada vez mais tem se transformado o local em um espaço

que atende as demandas do curso de Arqueologia no que tange a ensino, pesquisa e extensão. Atualmente o laboratório de Arqueologia é utilizado por todos os professores de Arqueologia e seus alunos. Em função do tipo de acervo guardado nas reservas técnicas do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, o mesmo é periodicamente avaliado pelo Instituto do Patrimônio e Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e precisa, portanto, seguir as normas deste órgão. Atualmente o Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú possui um espaço físico em uso, anteriormente denominado do Laboratório 2 localizado no Campus Tapajós, Sede da UFOPA . O antigo espaço do Laboratório 1, um edifício antigo e pequeno de madeira, foi interditado para uso de Laboratório. Há previsão de que um novo espaço predial seja destinado para o Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú.

O Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú está vinculado ao curso de Bacharelado de Arqueologia e regularizado dentro do Instituto de Ciências da Sociedade como Laboratório de Ensino e Pesquisa. A gestão destes espaços ocorre através de Coordenador de Laboratório, com carga horária de 5 horas semanais, escolhido no colegiado do curso conforme o regimento aprovado pelo mesmo e pelo conselho do ICS. Também compõe a estrutura deliberativa do Laboratório, a Comissão Científica, formada por dois docentes do Curso de Arqueologia. Também compõe o quadro funcional do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju, um servidor técnico em cartografia e uma servidora assistente administrativa. Este grupo composto pela coordenação do laboratório, pelo Colegiado, pela comissão científica e técnicos do laboratório é responsável pela divulgação e frequente revisão das normas de funcionamento do laboratório que estão afixados para conhecimento público. Quanto ao orçamento do laboratório, as despesas com insumos e material de consumo são contempladas dentro do repasse feito do ICS ao curso de Arqueologia, o que tem limitado a sua atuação. Já quanto à compra de material permanente, o pedido é feito para a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

O Laboratório Curt Nimuendajú, localizado no Campus Tapajós, é repartido em vários espaços (de ensino, pesquisa e extensão). O laboratório conta com um prédio (408,92 m²) que possui uma sala de aula (com capacidade para 30 pessoas); duas salas amplas (~70 m² e ~40m²) com bancadas onde são realizadas a curadoria e análise de materiais, além de aulas práticas, e providas de diversos equipamentos para pesquisa; uma sala de coordenação; um espaço aberto com mesas. A sala de aula possui mesas, quadro branco, pias de lavagem, e coleções de referência (uma de plantas, com 435 amostras, e uma de animais, com 225 esqueletos e uma coleção de material

experimental (cerâmica, lítico, botânico e faunístico). Há espaços também dedicados à pesquisa e extensão, como uma área de lavagem e duas salas de análise que atendem às pesquisas da Arqueologia regional e pesquisas apoiadas via endosso institucional. No Laboratório de Arqueologia também existem três reservas técnicas destinadas à guarda permanentes e provisórias de diversos acervos arqueológicos. A Reserva 1 é destinada a guarda solos arqueológicos, a Reserva 2 é destinada a materiais inorgânicos (cerâmica e lítica) e a Reserva 3 é destinada a materiais orgânicos, como remanescentes humanos, ossos de fauna, sementes e carvões. De acordo, com a legislação vigente no Brasil atualmente, a gestão e conservação desses acervos é de responsabilidade da instituição de guarda, no caso, a Universidade Federal do Oeste do Pará. Por estar localizado sobre um sítio arqueológico (Sítio Porto), as ações de ensino estão atreladas às ações de pesquisa do próprio sítio, utilizando-se como materiais de ensino os vestígios encontrados no próprio sítio. A escavação e curadoria dos materiais é feita pelos próprios alunos em bancadas.

Atualmente o laboratório de Arqueologia é utilizado diariamente por todos os professores de Arqueologia bem como discentes, voluntários e monitores e conta com uma circulação diária que varia entre 40 e 60 pessoas (documentada em caderno de frequência). O número máximo de vagas é de 70 pessoas. No laboratório, são ofertadas metade das disciplinas teóricas e práticas do curso, bem como atividades dos projetos de TCC, PIBIC e de pesquisa.

Além de viabilizar projetos de pesquisa dos docentes do curso, o laboratório também está integrado a atividades de extensão, recebendo turmas da rede pública de ensino de Santarém, lideranças indígenas, turmas de outros cursos da Ufopa e grupos de professores da rede pública municipal. O espaço também recebe pesquisadores vinculados a outras instituições para realização de pesquisa e outras atividades (aulas e seminários) que são integradas na dinâmica de ensino.

Para atender as necessidades de segurança e conforto dos seus frequentadores, o Laboratório conta com o apoio e supervisão de três instâncias, duas internas e uma externa. São elas: a Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) da UFOPA, a Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida da UFOPA (DSQV) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As visitas da Sinfra são feitas via chamado e ocorrem sob demanda (pelo menos três vezes ao mês) para atender demandas relacionadas à manutenção do prédio, de equipamentos de uso coletivo como bebedouros, centrais de ar. Já as visitas da DSQV estão relacionadas ao bem estar, fornecimento de materiais de EPI e avaliação da segurança da segurança do trabalho no cotidiano do laboratório. Em função do tipo de acervo guardado nas reservas técnicas do Laboratório de Arqueologia Curt

Nimuendajú, o mesmo é periodicamente avaliado pelo Instituto do Patrimônio e Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e precisa, portanto, seguir as normas deste órgão (riscos de incêndio, condições das reservas).

Além de viabilizar projetos de pesquisa dos docentes do curso, o laboratório também está integrado a atividades de extensão, recebendo turmas da rede pública de ensino de Santarém, lideranças indígenas, turmas de outros cursos da Ufopa e grupos de professores da rede pública municipal. O espaço também recebe pesquisadores vinculados a outras instituições para realização de pesquisa e outras atividades (aulas e seminários) que são integradas na dinâmica de ensino. Os equipamentos que o laboratório dispõe atendem às necessidades da formação em Arqueologia no 1. ensino (datashows, livros), 2. pesquisa de campo (estação total, ferramentas de prospecção, escavação e registro como computadores e máquinas fotográficas profissionais), 3. de análise laboratorial (lupas binoculares, microscópios, balanças, coleções), 4. processamento de dados (computadores, softwares livres de estatística e tratamento de imagens) e 5. extroversão (kits pedagógicos, lápis de cor, livros didáticos, tapetes para crianças).

A avaliação das atividades do laboratório é feita pela comissão científica do laboratório que ocorre duas vezes por semestre e em casos extraordinários pelo Colegiado de Arqueologia e em assembleias com discentes e técnicos onde são organizadas as ações necessárias para o bom convívio e bem estar dos coletivos que convivem no laboratório.

15.1.1 Equipamentos no Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú

O Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú conta com os seguintes equipamentos: 06 Computador ; 06 Balança; 02 Bebedouro, . 07 Estereomicroscópios binoculares; 03 Data show; 01 secadora de artefatos; 08 Pias para higienização de artefatos; 04 GPS; 08 Bússolas; 05 camêra fotográfica; internet a cabo e sem fio para computadores; , 2 caixas de som, 1 capela de exaustão, 10 centrais de ar condicionado, 3 desumidificadores, 1 esqueleto articulado, 1 esqueleto desarticulado, 01 estação total de topografia, 1 estufa de esterilização, 1 fogão à gas, 1 frigobar, 2 impressora, 09 lupa de bancada, 5 lupa com microscópio digital USB, 02 microfone, 02 nível óptico de precisão automático, 03 nobreak, 07 paquímetro digital, 2 projetor multimídia, 03 registradores eletrônico de temperatura, 02 retroprojetores, 01 tela de projetção, 02 aparelhos telefônicos, 01 termômetro infravermelho portátil, 01 forno mufla, 01 forno eletrico para queima cerâmica , 01 tripé máquina fotográfica, 01 TV Led 47 polegadas.

15.2 Laboratórios didáticos em formação específica

Os laboratórios de caráter específico atendem a demandas e a temas de pesquisa menos gerais e mais relacionados às formações mais particulares dos docentes, articulando-se em torno de eixos temáticos. Estes espaços também não se dedicam apenas ao oferecimento de recursos didáticos aos alunos, mas também são fundamentalmente espaços onde os docentes desenvolvem suas pesquisas, orientações, fazem reuniões de grupos de pesquisa, onde também são albergadas atividades de extensão. Estes laboratórios proporcionam espaços complementares para atividades integrais da docência e da pesquisa de professores da antropologia e da Arqueologia. Neste sentido, vinculados a ambos os cursos de Arqueologia e de antropologia, encontram-se os Laboratórios de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem (LAVAI), Terra, Paisagem, História e Imagem (TEPAHI), e o Núcleo de Pesquisa e Documentação de Expressões Afro-Religiosas no Oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO).

15.2.1 Laboratório de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem - LAVAI

O LAVAI é coordenado por Prof. Dr. Raoni B.M. Valle (Arqueologia Rupestre) com vice-coordenação da Profa. Dra. Lucybeth C. Arruda (Antropologia Visual), tendo como professor colaborador Prof Dr. Eduardo Nunes (Antropologia). O LAVAI foi criado em 2014 como um espaço laboratorial para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares entre antropologia visual e Arqueologia da arte rupestre. Tendo pelos primeiros 4 anos de sua existência albergado o programa de extensão PROEXT-MEC intitulado: “Kuyjeat Etaybinap – Arqueologia da Oralidade nas Aldeias Munduruku do Médio rio Tapajós”. Essas atividades envolviam visionamento de imagens videográficas capturadas, decupagem e edição para elaboração de documentários etnográficos sobre o povo Munduruku.. Posteriormente diversificando-se. Ao longo de sua conformação, o laboratório também passou a desenvolver pesquisas interculturais e interepistêmicas entre acadêmicos indígenas e professores dos cursos de Antropologia e Arqueologia, bem como, contando com pesquisadores indígenas externos à Ufopa de diversos povos da bacia Amazônica. O foco prioritário das ações do LAVAI hoje centra-se, além da promoção à pesquisa Indígena em Antropologia e Arqueologia, na proteção e promoção de recursos culturais Ameríndios, como a salvaguarda do patrimônio cultural Imaterial desses povos materializado em lugares sagrados e sítios rupestres. Todas essas propostas possuem em comum o uso do registro audiovisual e fotográfico como procedimento de pesquisa e de coleta de dados.

Atualmente, o LAVAI está albergado na sala 332, do BMT 2, no Campus Tapajós, com os

professores dos cursos de Antropologia e Arqueologia com atuações nas linhas de pesquisa em Arqueologia rupestre e conhecimentos indígenas; povos indígenas em perspectiva histórica; antropologia, fotografia, história e etnografia histórica. A partir dessa experiência de laboratório compartilhado entre Antropologia e Arqueologia surgiu, em 2018, a proposta do embrião do Laboratório Terras, Paisagens, História e Imagem - TEPAHI, descrito em seguida. Em sua infraestrutura, o LAVAI conta com 3 computadores desktop, uma caixa de som, um telão de projeção, uma TV de Led de 47 Polegadas, 1 filtro de água, 1 quadro branco e demais itens de mobiliário.

15.2.2 Laboratório TEPAHÍ - Terras, Paisagens, Histórias e Imagens na Amazônia

Criado no início do ano de 2019, a proposta do TEPAHI surge a partir dos diálogos e colaborações que vinham ocorrendo entre alguns professores da antropologia e da Arqueologia. Com o intuito de formalizar e de potencializar essa a interlocução e as produções que tinham lugar nesse contexto, o Tepahí foi registrado enquanto grupo de pesquisa no CNPq e constituído enquanto um laboratório. O escopo de interesse do grupo se volta para os temas elencados no título: terras, paisagens, histórias e imagens. De um modo geral, interessa-se em pensar as relações de indígenas e outras populações tradicionais com a terra, em seus diferentes aspectos: da história de ocupação dos lugares aos regimes particulares de historicidades; das relações territorialmente situadas das pessoas entre si às relações com as plantas, os animais e outros seres; a maneira como essas relações produzem as paisagens onde essas populações vivem; a dimensão técnica e material da vida, que se desdobra em uma multiplicidade de artefatos com valor não apenas utilitário mas também, no caso de alguns, estético.

Perpassando tudo isso, a imagem, fotográfica ou audiovisual, é não apenas um interesse como objeto de análise, mas também como um instrumento metodológico e um suporte utilizado em algumas de nossas pesquisas. De modo transversal, igualmente, está o interesse não apenas pelos conhecimentos como pelos conhecedores e conhecedoras tradicionais, o interesse no estímulo e valorização da produção intelectual dos próprios indígenas e outros conhecedores tradicionais, bem como da pesquisa colaborativa. A dinâmica de funcionamento do laboratório se baseia em uma rotina de encontros dos pesquisadores participantes para discutir textos previamente selecionados; na execução de projetos de pesquisa por um ou mais docentes (e em alguns casos alunos bolsistas) utilizando a infraestrutura física e equipamentos do laboratório (bem como alguns equipamentos dos cursos de Antropologia e Arqueologia); na organização de sessões de falas de pesquisadores de

outras instituições e exibições de produção audiovisual de notório interesse.

Os projetos e ações de pesquisa dos docentes membros do Tepahi abarcam parcerias diretas e indiretas com professores e pesquisadores de instituições e organizações como: Unicamp - Universidade de Campinas; UNB - Universidade de Brasília; IFRAO - International Federation of Rock Art Organizations (Austrália); ABAR - Associação Brasileira de Arte Rupestre; APAR - Associación Peruana de Arte Rupestre (Perú); AVCAR - Associación de Valles Cruceños de Arte Rupestre (Bolívia).

Atualmente, o Tepahi está instalado na sala 332, do BMT 2, no Campus Tapajós, com os professores dos cursos de Antropologia e Arqueologia com atuações nas linhas de pesquisa: Arqueologia Amazônica, Relações interespecíficas e multinaturais, Imagens, conhecimentos e regimes de criatividade, Objetos e materialidades, Antropologia e História, Terras, territórios e paisagens, Histórias e regimes de historicidade. A infraestrutura é a mesma do LAVAI.

Coordenação: Prof. Dr. Eduardo Nunes; Vice Coordenação: Prof. Dr. Raoni Valle (Arqueologia). Docentes Participantes: Prof. Dr. Miguel Aparício (Antropologia), Profa. Dra. Lucybeth Arruda (Antropologia), Profa. Dra. Camila Jácome (Arqueologia), Prof. Dr. Diego Amoedo (Antropologia), Prof Msc. Vinícius Honorato de Oliveira (Arqueologia)

15.2.3 Núcleo de Pesquisa e Documentação de Expressões Afro-Religiosas no oeste do Pará e Caribe - NPDAFRO

O Núcleo de Pesquisa e Documentação de Expressões Afro-Religiosas no oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO) é Coordenado por Prof. Dr. Carla Ramos Munzanzu (Antropologia). Na sua vice-coordenação: encontra-se Profa. Dra. Myrian Sá Leitão Barboza (Arqueologia), e os docentes participantes/colaboradores, são: M. B. Cardoso Barbosa (UFOPA); R. Sá Leitão Barboza (UFPA); B. Martins Moura (INCTI-UNB), R. Mendes Ferrugem (UFOPA)

As Linhas de Pesquisa são: Feminismos Negros e Indígena na Amazônia Brasileira; Comunidades Tradicionais de Terreiro, Processos de Constituição, História e Presença na Amazônia; Educação, comunicação e divulgação científica na Amazônia; Etnobotânica e Comunidades Tradicionais de Terreiro na Amazônia; Memória, movimentos e população LGBTQIA+ na Amazônia.

O núcleo de pesquisa e documentação nasce no diálogo com as Comunidades Tradicionais de Terreiro de alguns municípios do Oeste do Pará (Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná). Esse encontro tem resultado em diversos projetos de pesquisa, ensino e extensão dedicados a

constituir espaços duradouros para a produção de material a respeito das histórias dos Terreiros, dentro de uma perspectiva de análise desses espaços como absolutamente relevantes para a compreensão das múltiplas experiências negras na Amazônia e na diáspora africana.

A história do núcleo se entrelaça com a história da própria UFOPA. Fundado em 2011 e mantendo-se ativo desde então, o NPDAFRO hoje funciona na sala 330, do BMT, do campus Tapajós e tem por objetivo a pesquisa e documentação das práticas afro-religiosas na região oeste do Pará, e com o passar dos anos tem ampliado o escopo das suas linhas de pesquisa para dar conta da complexidade de temáticas que atravessa historicamente a experiência das Comunidades Tradicionais de Terreiro no país.

Ao longo desses anos de atuação, o NPDAFRO estabeleceu uma relação de profunda parceria e afeto com diversos terreiros, atuando de forma sistemática no combate ao racismo religioso que se apresenta como uma dura realidade no país. Além disso, este núcleo está comprometido com a formação de estudantes, tendo encaminhado alguns de seus pesquisadores para importantes programas de pós-graduação no país, com pesquisas que se desdobraram das iniciações em pesquisa e extensão, através das bolsas de PIBIC e PIBEX.

16 ATOS AUTORIZATIVOS

PORTARIA: nº 142

DATA DO DOCUMENTO: 19/02/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO: 26/02/2013

DATA DE CRIAÇÃO DO CURSO: 19/02/2013

DATA EM QUE O CURSO INICIOU: 01/03/2011.

PORTARIA Nº 142, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Arqueologia na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Arqueologia, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

O **DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei n. 12.085/2009 c/c Portaria nº 733/GR-UFOPA, 14 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art 1° Designar os (as) servidores (as) abaixo listados para, compor o **Colegiado** do Curso de Arqueologia do Instituto de Ciências da Sociedade - ICS, a contar de 11/07/2022.

I - Myrtle Pearl Shock (Coordenadora do curso);

II - Claide de Paula Moraesl (Vice-Coordenador);

III - Anne RappPy-Daniel;

IV - Camila Pereira Jácome;

V - Gabriela Prestes Carneiro;

VI - Lilian Rebellato;

VII - Myrian Sá Leitão Barboza;

VIII - Raoni Bernardo Maranhão Valle;

IX - Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira;

X - Bruna Cigaran da Rocha;

XI - Ney Rafael Gomes Monteiro (Técnico Administrativo);

XII - Gabriel da Silva Corrêa (Representante Discente);

XIII - Tatiane Fernandes de Sousa (Suplente representante discente).

Art 2° Revogar Portaria Eletrônica nº 54/2022 - ICS (11.01.08) nº do Protocolo: 23204.014677/2022-58.

(Assinado digitalmente em 18/10/2022 12:29)
JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES
DIRETOR - TITULAR
ICS (11.01.08)
Matrícula: 1190535

Visualize o documento original em **https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **55**, ano: **2022**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **18/10/2022** e o código de verificação: **ef1a5ee7e6**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

O **DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei n. 12.085/2009 c/c Portaria nº 733/GR-UFOPA, 14 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art 1° Designar os (as) servidores (as) abaixo listados para, sob a presidência do(a) primeiro(a), compor o **Núcleo Docente Estruturante - NDE** do Curso de Arqueologia do Instituto de Ciências da Sociedade - ICS**,** a contar de 11/07/2022.

I - Myrtle Pearl Shock;

II - Anne RappPy-Daniel;

III - Bruna Cigaran da Rocha;

IV - Claide de Paula Moraes;

V - Gabriela Prestes Carneiro;

VI - Myrian Sá Leitão Barboza;

VII - Raoni Bernardo Maranhão Valle;

VIII - Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira;

IX - Camila Pereira Jácome.

Art 2° Revogar Portaria nº 30 de 04 de agosto de 2021 - ICS (Nº do Protocolo: 23204.007425/2021-91).

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 10:32)
JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES
DIRETOR - TITULAR
ICS (11.01.08)
Matrícula: 1190535

Visualize o documento original em **https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **52**, ano: **2022**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **10/10/2022** e o código de verificação: **c54985b826**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sistema e-MEC: Cópia do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)
Processo nº 201924577

Data da extração dos dados: 21/11/2019

Extração das informações constantes do Formulário de Projeto Pedagógico de Curso- PPC/Detalhamento do Curso inserido no processo e-MEC nº **201924577** .

Observação: As informações inseridas no processo por meio de arquivos anexados terão a indicação "Vide anexo" + o nome do arquivo, e os respectivos arquivos constarão juntos a este documento.

1 - Dados Gerais Do Processo

Processo Nº: 201924577
IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
Ato Autorizativo: Renovação de Reconhecimento de Curso
Curso: ARQUEOLOGIA
Protocolado em: 20/11/2019

2 - Detalhamento do Curso

2.1 - Dados Gerais

Cód. Curso:
Modalidade: Presencial
Grau: Bacharelado
Denominação do Curso: ARQUEOLOGIA

2.2 - Matriz Curricular

Turno	Periodicidade	Integralização	Vagas Totais Anual	Carga Horária do Curso
Integral	Semestral	8.00	46	2460 Horas

2.2.1 - Estrutura Curricular Integral

Docentes / Tutores Comprometidos			
Nome	**Titulação**	**Regime**	**Função**
ANNE RAPP PY DANIEL	Doutorado	Integral	Docente
BRUNA CIGARAN DA ROCHA	Doutorado	Integral	Docente
CAMILA PEREIRA JACOME	Doutorado	Integral	Docente
CINTHIA DOS SANTOS MOREIRA	Mestrado	Integral	Docente
CLAIDE DE PAULA MORAES	Doutorado	Integral	Docente
GABRIELA PRESTES CARNEIRO	Doutorado	Integral	Docente
LILIAN REBELLATO	Doutorado	Integral	Docente
MYRIAN SA LEITAO BARBOZA	Mestrado	Integral	Docente
MYRTLE PEARL SHOCK	Doutorado	Integral	Docente
RAONI BERNARDO MARANHÃO VALLE	Doutorado	Integral	Docente

ANEXO I - Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Arqueologia (PAA/ICS/UFOPA)

Primeiro Período

INTRODUÇÃO À ARQUEOLOGIA

Carga horária: 60 h

Ementa – Relações entre a Arqueologia e as ciências humanas. Introdução sobre Teoria Arqueológica. Relações entre Arqueologia e contextos sociais.

Bibliografia Básica

TRIGGER, B.G. 2004. In: História do Pensamento Arqueológico. São Paulo, Odysseus Editora Ltda. pp. 18-25

TENÓRIO, M.C. (org.). 2001. Pré-História da Terra Brasilis, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, pp. 19-32.

NEVES, W.A. & PILÓ, L.B. 2008. O Povo de Luzia. São Paulo, Editora Globo.

SAUNDERS, N.J. 2005. Américas Antigas: as grandes civilizações. São Paulo, Editora Madras.

NEVES, E. G. Arqueologia Amazônia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

MARTINS, G. Pré-história do Nordeste do Brasil, Ed. UFPE. 1999.

ORSER JR, C.E. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Ed. Associacion Amigos del Instituto Nacional de Antropologia, 1992.

Bibliografia Complementar

RENFREW, C e P. BAHN. Archeologia Teoria Metodo y Practica. Madrid, Ediciones Akal S.A., 2004.

PROUS, A. Arqueologia brasileira. Brasília: UNB, 1992.

FUNARI, P.P.A. 1999/00 Como se tornar um Arqueólogo no Brasil. Revista da USP, Vol.44, Dez-Fev, pp. 74-85

ZANETTINI, P. 2010. Qual o Futuro Desejamos para a Arqueologia no Brasil. Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira, n.2, pp. 19-22

MOBERG, Carl Axel. Introdução à Arqueologia. Lisboa, Edições 70, 1986

MEGGERS, B.J. 1979. Pré-História Sul Americana, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra pp. 65-13

DIÁLOGOS ENTRE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Carga horária: 60 h

Ementa – Esta disciplina propõe discutir princípios introdutórios da antropologia e seu atual campo de atuação voltado às relações entre sociedades, paisagens, cultura material e imaterial, debatendo estudos de casos que demonstram como a antropologia pode auxiliar nas pesquisas arqueológicas para compreensão das relações e organizações sociais tecidas ao longo do tempo. Como se trata de uma disciplina ofertada no primeiro período, quando muitos alunos desconhecem os fundamentos e as especificidades da antropologia e da Arqueologia, será estimulado o encontro de saberes científicos e literários que versem sobre temas afins entre antropologia e Arqueologia. A disciplina estimulará a leitura, a compreensão, o interesse, a participação e o engajamento dos

discentes a fim de fomentar desde o início do curso reflexões que enriqueçam o diálogo, a aproximação e a continuidade entre antropologia e Arqueologia.

Bibliografia Básica

BARRETO, J. P. L. 2018. Waimahsã. Peixes e humanos. Manaus, NEAI-EDUA, 128 pp.
MACHADO, J. S. 2006. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. Revista de Antropologia 49(2):755-786.
MORAES, I. P. 2012. Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA). Dissertação de mestrado. Belém, Universidade Federal do Pará (Programa de pós-graduação em antropologia), 237 pp.
SAUTCHUK, C. E. & SAUTCHUK, J. M. 2014. Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos. Mana. 20(3): 575-602.
SOUZA, J. 2020. O sentido das artes/artesanatos: o olhar das mulheres guarani sobre os usos do artesanato e rituais. Revista Fag. tar. A força delas. n.1, v.1. Acesso em setembro de 2022. Disponível em: https://fagtar.org/palavrasescritas/sentidoartes/

Bibliografia Complementar

ANDERSON. D. 2003. Archaeology and anthropology in the twenty-first century: strategies for working together. Anthrosource. Special issue: Archaeology is anthropology. 13 (1): 137-144
BEZERRA, M. 2017. Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a Arqueologia na Amazônia. Belém, GK Noronha.
CABRAL, M. P. 2014. "E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. Anuário Antropológico, 39(2), 115-132.
HILL, J. 2013. Etnicidade na Amazônia Antiga: Reconstruindo Identidades do Passado por meio da Arqueologia, História e Etno-história. Ilha, 5(1): 35-69.
RUSSI, A; KARAM BRUM, C. 2019. Sob diferentes tetos: etnografando casas e revelando dimensões educativas e patrimoniais. Etnográfica: Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social. 23 (3): 693-715.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

Carga horária: 60 h

Ementa – Esta disciplina visa estudar os processos de colonização, os primeiros exploradores, viajantes e naturalistas e a Amazônia entre os séculos XVI a XIX.

Bibliografia Básica

UGARTE, A. S. 2009. Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer.
DIAS, E. M. 1999. A ilusão do fausto – Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer.
FREIRE, José Ribamar Bessa. (coord). 2008. A Amazônia Colonial (1616-1798). Manaus. BK Editora. 6a. edição.

Bibliografia Complementar

CASTRO, C. (org.). 2006. Amazônia e defesa nacional. Rio de Janeiro: FGV.
D'AZEVEDO, J. L. 1999. Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Belém: Secult.

BEZERRA NETO, J. M. 2001. Escravidão Negra no Grão - Pará (séculos XVII-XIX). Belém: Paka-Tatu.
SALLES, V. 2005. O negro no Pará sob o regime da escravidão. 3.ed. Belém: IAP, Programa Raízes, pp. 35-90, 93-105.
GRINBERG, K. e SALLES, R. 2009. O Brasil Imperial, volume II; 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ACERVOS ARQUEOLÓGICOS

Carga horária: 30h

Ementa: A disciplina trata sobre coleções e acervos arqueológicos, desde a coleta de materiais, sua curadoria laboratorial, considerando as diferentes matérias primas, acondicionamento em reservas técnicas, até a definição e escolha do que expor ao público. A disciplina irá abordar a história de instituições museológicas e pesquisa, com especial enfoque na Amazônia, incluindo as suas condições ambientais e contextos sociais.

Bibliografia Básica

DECLARAÇÃO de Québec: Sobre A Preservação Do "Spiritu Loci". 2008. Québec, Canadá, ICOMOS, 4pp.
RECOMENDAÇÃO Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. UNESCO, Paris, 20 de novembro de 2015, 9pp.
BRUNO, M. C. O. 2013. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. Revista de Arqueologia, 26(2) : 4-15.

Bibliografia Complementar

CURY M. X. (Org.). 2016. Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em. São Paulo, Secretaria da Cultura, ACAM Portinari, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 248pp.
FERREIRA, L. M. 2008. Patrimônio, Pós-colonialismo e repatriação arqueológica. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, 2(2) : 37-62.
GARCÉS, C. L. L., FRANÇOZO, M., BROEKHOVEN, L. V., & KA'APOR, V. 2017. Conversações desassossegadas: diálogos sobre coleções etnográficas com o povo indígena Ka'apor. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas 12 : 713-734.
JÁCOME, C. et al. 2020. Pluralidade dos acervos epistêmicos na Amazônia: história, gestão e desafios do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú (UFOPA). Revista de Arqueologia, 33 (3) : 306–329. DOI: 10.24885/sab.v33i3.843.
SOARES, A. M. 2022. Experiências afrodiaspóricas na Arqueologia: relatos, sensações e emoções em um Brasil no século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso. Santarém, Universidade Federal do Oeste do Pará.

INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Carga horária: 30h

Ementa: Apresentação de trabalhos acadêmicos: Artigos. Relatórios. Resenhas, etc. Citações diretas e indiretas. Referências bibliográficas. Uso das bibliotecas online e na UFOPA. Diferentes tipos de linguagem. A comunicação oral X a comunicação escrita. Revisão de trabalhos pelo/a

autor/a e por pares.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Creuza A. T. dos; Mayco F. CHAVES. Guia para a Elaboração e Apresentação da Produção Acadêmica da Ufopa. 2. Edição. Santarém: UFOPA, 2019. 90 p.

https://www.abnt.org.br/

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 206 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992. 219 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. 274 p.

RENFREW, C. e Bahn, P. 2004. Arqueologia: Teoria, Métodos y Practica. Madrid, Ediciones Akal SA.

Segundo Período

MÉTODOS E TÉCNICAS EM ARQUEOLOGIA

Carga horária: 60 h

Ementa – Disciplina de caráter introdutório às técnicas e métodos de pesquisa adotados na Arqueologia, desde noções fundamentais de método do trabalho científico e filosofia da ciência até os procedimentos básicos de pesquisa arqueológica em suas diversas etapas, tais quais pesquisa de pré-campo e pré-escavação, prospecções, escavações, classificação e analítica em geral, técnicas-métodos de datação e publicação.

Bibliografia Básica

RENFREW, C. e Bahn, P. 2004. Arqueologia: Teoria, Métodos y Practica. Madrid, Ediciones Akal SA.

SEVERINO A.J. 1996. Metodologia do Trabalho Científico. Ed. Saraiva, RJ.

BARKER, P. 1997. Techniques of Archaeological Excavations. B.T. Batsford Editors. London UK.

Bibliografia Complementar

BAHN, P. Collings Dictionary of Archaeology- ed. P. Bahn 1992, Collins Publishers, London, UK.

HECKENBERGER, M., Neves, E., Pettersen, J. 1998. De onde surgem os modelos? Considerações sobre a origem e expansão dos Tupi. Revista de Antropologia 41:69-96.

BOEDA, E. Levallois: uma construção volumétrica, vários métodos, uma técnica. Canindé, Xingó, nº 7, junho de 2006

LEROI-GOURHAN, A. 1990. O Gesto e a Palavra. Edições 70, Lisboa, PT.

LEROI-GOURHAN, A. 1984. O Meio e as Técnicas. Edições 70, Lisboa, PT.

HISTÓRIA E TEORIA EM ARQUEOLOGIA

Carga horária: 60 h

Ementa - A disciplina irá brevemente apresentar a emergência da disciplina no século XIX e

seu desenvolvimento a partir de uma exposição cronológica de suas principais escolas: Histórico-Culturalismo, Nova Arqueologia e Pós-processualismo, discutindo aspectos epistemológicos fundamentais para a compreensão das diferentes abordagens. Se buscará, ainda, contrastar as linhas de pensamento internacional com a produção arqueológica brasileira.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Lúcio Menezes. 2006. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil Imperial. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 13, n. 2. Rio de Janeiro.
FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e a Arqueologia Histórica: A América Latina e o Mundo. Revista Vestígios, UFMG, Belo Horizonte, v.1 n.1, 2007
JOHNSON, Matthew. Teoría arqueológica: una introducción. Barcelona: Ariel, 2000
RENFREW, Colin e BAHN, Paul. Arqueología: Conceptos clave. Madri: Akal, Tres Cantos, 2008.
TRIGGER, Bruce G. História do pensamento arqueológico. São Paulo: Odysseus, 2004.

Bibliografia Complementar

BINFORD, L. R. Em busca do passado. [s. l]: Europa-América, 1991.
CAROMANO, Caroline Fernandes; GASPAR, Meliam Vigano; PEREIRA, Ester Ribeiro; LIMA, Marjorie do Nascimento e LIMA, Jaqueline Carou Felix. Nem todas são Betty ou Anna. Revista de Arqueologia, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 115-129, dez. 2017.
DANIEL, Glyn. 1986. História de la Arqueología: de los anticuarios a V. Gordon Childe. Madrid: Alianza Editorial
HODDER, Ian. 1994. Interpretación en Arqueología: corrientes actuales. Barcelona: Crítica.
ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado.. Revista USP, São Paulo, v. 44, p. 11-31, 1999-2000.

ETNOLOGIA INDÍGENA

Carga horária: 60 h

Ementa – Apresentar os principais temas da etnologia das terras baixas da América do Sul: um quadro arqueológico, histórico, linguístico e geográfico dos povos indígenas dessa região. Desenvolver diferentes unidades temáticas como a organização social, a cosmologia, a mitologia, o xamanismo, a arte, a política e a questão do contato.

Bibliografia básica

CLASTRES, Pierre. 2003. “A sociedade contra o Estado”. In.: A sociedade contra o Estado, São Paulo: Cosac Naify.
FAUSTO, Carlos. 2000. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In.: A Inconstância da Alma Selvagem – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.

Bibliografia complementar

URBAN, Greg. 1992. “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”. In.: CUNHA, Manuela C. da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. “O futuro da questão indígena”. In.: Cultura com Aspas, São Paulo: Cosac Naify, p. 259-274.
OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. “Uma Etnologia dos “Indios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais”. Mana Vol.4, N.1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci_arttext
SZTUTMAN, Renato. 2012. O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens. São Paulo: Edusp.
VIVEIROS DE CASTRO, E. 2006. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. In.: RICARDO, Fany (Ed.). Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf

ANÁLISE DE MATERIAL CERÂMICO

Carga horária: 30 h

Ementa – A cerâmica é o vestígio arqueológico mais encontrado em todo mundo. Interpretações relacionadas à cerâmica arqueológica fundamentam algumas das principais teorias sobre a evolução da humanidade, sobre a ocupação das Américas e sobre a complexidade social na Amazônia, dentre outras. Esta disciplina introdutória visa apresentar o ciclo cerâmico (incluindo a cadeia operatória relacionada à manufatura cerâmica) e considerar usos/funções, (re)ciclagem e descarte a partir de exemplos etnográficos e etnoarqueológicos, para que os passos básicos de análises cerâmicas arqueológicas sejam melhor apreensíveis. Ao final da disciplina, x estudante deve conseguir identificar, descrever e explicar atributos comumente associados à tecnologia, forma, tratamento de superfície e decoração, assim como indicativos de queima cerâmica.

Bibliografia Básica

BARRETO, C.; LIMA, H.P. & BETANCOURT, C.J. (Orgs.). Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN, Ministério da Cultura. 2016.
DEBOER, W.R. & LATHRAP. D.W. 2016 [1979]. O fazer e o quebrar da cerâmica Shipibo-Conibo. Tradução para o português: Almeida, Fernando Ozorio de; Rocha, Bruna. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 1, p. 315-339.
MEGGERS, B. 1970. Como interpretar a linguagem da cerâmica: Guia para Arqueólogos, Washington D.C., Smithsonian Institution.
LA SÁLVIA F. e J. BROCHADO. 1989. Cerâmica Guarani. Posenato Arte e Cultura. 2ª. Edição.

Bibliografia Complementar

LIMA, T.A. 1986. Cerâmica indígena brasileira. IN: RIBEIRO, D. (org.). Suma Etnológica, vol.2 – Tecnologia Indígena. Petrópolis: Vozes.
NOELLI, F.S. 2008. José Proenza Brochado: vida acadêmica e idéias sobre o passado dos povos Tupi. In: A. Prous & T.A. Lima, eds., Os ceramistas Tupiguarani, v. 1. Belo Horizonte: Sigma, p. 5-35.

SILVA, F. A. 2007. O significado da variabilidade artefatual: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2 (1): 91-103.

PRATICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO 1

Carga horária: 60 h

Ementa – Definição de conceitos: extensão, divulgação, comunicação. Extensão universitária. A universidade pública e a sociedade. A universidade como local de produção, divulgação e compartilhamento de conhecimento. Diferentes abordagens. Tripé: ensino-pesquisa-extensão. Elaborar e desenvolver atividades multi e interdisciplinares. Mapeamento da (das) comunidade (s) onde serão desenvolvidas ações extensionistas: demografia, perfil do público escolhido, dialogando sobre ações de interesse da comunidade, etc..

Bibliografia Básica

Política Nacional de Extensão Universitária
Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018
Ofício Nº 48, de 11/02/2022 - CES/SAO/CNE/CNE-MEC
FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).
_____. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3).
MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p

Bibliografia Complementar

Recomendações do Forproex sobre a inserção curricular da Extensão
FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.
IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. Curricularização" da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: XIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. 2015.

Terceiro Período

INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE CAMPO EM ARQUEOLOGIA

Carga horária: 120 h

Ementa – Identificação de sítios arqueológicos. Os diferentes métodos de levantamento e registro de sítios.

Bibliografia Básica

ARAUJO, A. G. M. 2001. Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH, Universidade de São Paulo: 55-86.
CALDARELLI, S. 1999. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplementos 3. São Paulo, USP.

SANTOS, M. C. M. M. 2001. A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 11.

Bibliografia Complementar

EVANS, C & MEGGERS, B. 1965. Guia para prospecção arqueológica no Brasil. Belém, Goeldi.
RENFREW, C.; BAHN, P. 2004. Arqueologia : teoria, métodos y practica, Madrid, Ediciones Akal S.A.,.
GOMES, D. M. C. 2008. "Levantamento Arqueológico na Comunidade de Parauá, Santarém, PA", In: GOMES, D. M. C. Cotidiano e Poder na Amazônia Pré-Colonial, São Paulo, Edusp, pp.17-49.
BARKER P. 1996. Techniques of Archaeological excavations. B.T. Batsford.
PROUS, A. 1992. A pré-história brasileira. Brasília: UNB.

ETNOHISTÓRIA

Carga horária: 60 h

Ementa – Conceitos e definições de Etnohistória e Nova História. As Fontes e as relações entre Arqueologia, história oral, linguística e antropologia.

Bibliografia Básica

CUNHA, M. C. da. 1998. História dos Índios no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras.
NETO, Edgard Ferreira. 1997. História e Etnia. In: Dominíos da História. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus. P. 451-473.
UGARTE, A. 2009. Sertões de Bárbaros – O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII. Ed. Valer.

Bibliografia Complementar

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; JOSÉ DA SILVA, Giovani. 2010. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. [on line] História Oral, v. 13, n. 1, p. 33-51, jan.-jun.
WRIGHT, Robin M. Introdução e Histórias de Guerras e Alianças. 2005. In: História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: ISA., pp. 9-26 e 83-108.
HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 d. C. In: FRANCHETTO, Bruna e HECKENBERGER, Michael (orgs.). 2001. Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 496
POMPA, C. 2003. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia do Brasil Colonial, Bauru, CNPq/Anpocs/Edusc.
BASSO, Ellen B. 2001. O que podemos aprender do discurso Kalapalo sobre a "história Kalapalo"?. In: FRANCHETTO, Bruna e HECKENBERGER, Michael (orgs.). Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. P. 293-307.

ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Carga horária: 60 h

Ementa – História da ocupação do território brasileiro. Os naturalistas. Minas Gerais e Lund. Caçadores-coletores do Litoral. Os sambaquis. As antigas ocupações da Serra da Capivara.

Amazônia. As populações ceramistas do Centro-Oeste. Os Tupi. Arte rupestre.

Bibliografia Básica

FUNARI, P.P. & NOELLI, F.S. 2003. Pré-história do Brasil. São Paulo, Contexto.
PROUS, A. 1992. Arqueologia brasileira. Brasília: UNB.
TENÓRIO, M. C. 1999. Pré-História da Terra Brasilis, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
CUNHA, M. C. da 1992. História dos Índios do Brasil, São Paulo, Companhia das Leras, PP. 54-86.

Bibliografia Complementar

MARTIN, G. 1996. Pré-História do Nordeste, Recife, Editora Universitária da UFPE.
NEVES, E. G. 2006. Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
BROCHADO, J. P. 1991. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. Anais I Simpósio de Pré-História do Nordeste. CLIO, 4, pp. 85-88.
NOELLI, F. S. 1996. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. Revista de Antropologia 39(2):7-118.
PROUS, A. 2006. O Brasil antes dos brasileiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ORIGENS DA AGRICULTURA E DOMESTICAÇÃO DE PLANTAS

Carga horária: 30 h

Ementa – Definições de agricultura (sistema econômico), domesticação (processo biológico), cultivo e manejo (ações culturais). Teorias sobre as origens da agricultura. Mudanças em populações de plantas sob seleção e propagação humana. Conceitos de natureza e controle. Domesticação das paisagens. Manejo na Amazônia.

Bibliografia Básica

CLEMENT, C. R.; FREITAS, F. O.; ROMÃO, R. L. As origens da agricultura na América do Sul. In: Veiga, Renato Ferraz de Arruda & Queiróz, Manoel Abilio (Eds.) Recursos fitogenéticos: a base da agricultura sustentável no Brasil. Editora da Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2015. p. 30-38.
OLIVEIRA, Joana Cabral de. Mundos de roças e florestas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, p. 115-131, 2016.
VEASEY, Elizabeth Ann; PIOTTO, Fernando Angelo; NASCIMENTO, Wellingtons Ferreira do; et al. Processos evolutivos e a origem das plantas cultivadas. Ciência Rural, v. 41, n. 7, p. 1218-1228, 2011.

Bibliografia Complementar

APARICIO, Miguel. Contradomesticação na Amazônia indígena: a botânica da precaução. In: Joana Cabral de Oliveira, Marta Amoroso, Ana Gabriela Morim de Lima, Karen Shiratori, Stelio Marras e Laure Emperaire (eds.) Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: Ubu Editora, 2021. p. 189-212.
BORÉM, ALOÍZIO; LOPES, MARIA TERESA G.; CLEMENT, CHARLES R. (Eds.). 2009. Domesticação e melhoramento: espécies amazônicas. Editora da Univ. Fed. Viçosa, Viçosa, MG.

CASAS, A., et al. 2016. Origen de la domesticación y la agricultura: cómo y por qué. En: CASAS, A.; TORRES-GUEVARA, J.; PARA, F. (eds.) Domesticación en el continente americano: Volumen 1 Manejo de biodiversidad y evolución dirigida por las culturas del Nuevo Mundo. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016. p. 189-223.
CLEMENT, CHARLES R. 2006. Domesticação de paisagens e plantas amazônicas: A interação de etnobotânica, genética molecular e Arqueologia. In: Morcote-Rios, Gaspar; Mora-Camargo, Santiago; Franky-Calvo, Carlos (Eds.). Pueblos y paisajes antiguos de la selva amazónica. Univ. Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias, Taraxacum, Bogotá.
IRIARTE, Jose; ELLIOTT, Sarah; MAEZUMI, S. Yoshi; ALVES, Daiana; GONDA, Regina; ROBINSON, Mark; SOUZA, Jonas Gregorio de; WATLING, Jennifer; HANDLEY, Josephine. The origins of Amazonian landscapes: Plant cultivation, domestication and the spread of food production in tropical South America. Quaternary Science Reviews, v. 248, p. 106582, 2020.
LATHRAP, D. 1970. A natureza do sistema agrícola da floresta tropical. In: O alto Amazonas. Editorial Verbo, Lisboa. p. 49-64.
MORAES, C. P. 2015. O determinismo agrícola na Arqueologia amazônica. Estudos Avançados, v. 29, n. 83, p. 25-43.
SANTOS, Gilton Mendes dos; CANGASSU, Daniel; FURQUIM, Laura Pereira; WATLING, Jennifer; NEVES, Eduardo Góes. Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 16, n. 1, p.e20200012, 2021.
SHOCK, M.P.; MORAES, C.P. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 14, n. 2, p. 263-289, 2019.
OLIVER, J. 2008. The archaeology of agriculture in ancient Amazonia. In: Silverman, H.; Isbell, W.H. (Eds.) Handbook of South American Archaeology. Springer: 217-234.

ANÁLISE DE MATERIAL LÍTICO

Carga horária: 30 h

Ementa – Reconhecimento dos estigmas e diferentes técnicas de trabalho das matérias primas líticas. Análise e identificação de materiais líticos arqueológicos. Remontagem e representação gráfica de artefatos líticos recuperados em sítios arqueológicos.

Bibliografia Básica

BUENO, L.M.R. 2004. Variabilidade nas indústrias líticas do Brasil entre o final do Pleistoceno e o Holoceno Médio: uma questão metodológica. Revista do CEPA, 28(39).
MANSUR, M.E. 1986/90. Instrumentos líticos: aspectos da análise funcional Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte, 11: 115-169.
PROUS, A. 1968/1990. Os artefatos líticos: elementos descritivos classificatórios. Arquivos do Museu de História Natural, vol.11, Belo Horizonte, UFMG.

Bibliografia Complementar

INIZAN, M. L.; ROCHE, H. & TIXIER, J. 1996. Technologie de la Pierre Taillée, CREP/CNRS.

ANDREFSKY, W. 1998. Lithics - macroscopic approaches to analysis, Cambridge University Press, 258p.
BUENO, L. & ISNARDIS, A. (Eds.) 2007. Das Pedras ao Homem, Argumentum, Belo Horizonte.
LAMING-EMPERAIRE, A. 1967. Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul, Curitiba, CEPA, 155p.
PROUS, André. 2004. Apuntes para análises de indústrias líticas. Ortegalia, n.2. Fundación Federico Maciñera. Ortigueira, Espanha.

Quarto Período

ARQUEOLOGIA DA TRAJETÓRIA HUMANA

Carga horária: 60 h

Ementa – Definição do que foi definido ao longo da história do que é pré-história (conceito e metodologia). O estabelecimento da antiguidade humana. Os primeiros hominídeos. Origens e evolução da humanidade. Origens na África. Neandertais e emergência do Homo sapiens. Questões de gênero nas discussões na antiga disciplina de pré-história. Sinais de mudanças cognitivas: criação de instrumentos, domínio do fogo, arte. Evolução ou revolução? Arte paleolítica. Revolução Neolítica. Mudanças climáticas no final do Pleistoceno. Dispersão dos humanos pelo mundo: (Ocupação da Austrália e Ásia. Povoamento das Américas). O surgimento da escrita no mundo.

Bibliografia Básica

CHILDE, V. G. A evolução cultural do homem. Guanabara Koogan, 1981.
MITHENS, S. A 1996. A pré-história da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. Editora UNESP
NEVES, W.A. & PILÓ, L.B. 2008. O Povo de Luzia. São Paulo, Editora Globo.
SCHIENBINGER, L. 2001. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC.

Bibliografia Complementar

ARSUAGA, JUAN LUIS. 2005. O Colar do Neandertal: em busca dos primeiros pensadores. Rio de Janeiro: Editora Globo.
GOULD, S. J. 2004. O Polegar do Panda. Martins Fontes
FOLEY, ROBERT. 1998. Os humanos antes da Humanidade – Uma perspectiva Evolucionista. Editora Unesp.
LEWIS, ROY. 2000. Porque Almocei meu pai, Companhia das Letras
KLEIN, R. G. E B. EDGAR. 2004. O despertar da cultura – A polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana. Jorge Zahar Editor

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Carga horária: 60 h

Ementa – Teoria e método em Arqueologia Histórica. O uso de Fontes históricas. Processos de formação dos sítios históricos, a identificação de estruturas e demais evidências. Métodos de

datação. Trata ainda da Arqueologia urbana.

Bibliografia Básica

FUNARI, P. A. 2007. Teoria e A Arqueologia Histórica: A America Latina e o Mundo. Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, V.1,n1, pg.51-59.

FUNARI, P. A. e A. VIEIRA DE CARVALHO. 2005 Palmares: Ontem e Hoje. Jorge Zahar

ANDRADE LIMA, T. 1993. Arqueologia Histórica no Brasil: Balanço bibliográfico (1960-1991). Anais do Museu Paulista, Histórica e Cultura Material, Nova Série, 1, pp. 225-262.

_____ 1996. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. História, Ciência, Saúde - Manguinhos, 2(3):44-96.

_____ 1999. El huevo de la serpiente: Una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. Sed Non Satiata; Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea. Zarankin, A & F, Acuto. (Editores). Del Tridente, Buenos Aires,pp. 189-238.

_____ 2002. O papel da Arqueologia histórica no Mundo civilizado. Arqueologia da Sociedade Moderna na America do Sul. Cutura Material, Discursos y Praticas. Zarankin & Senatore (eds), pp. 117- 127. Ediciones del Tridente, Buenos Aires.

ORSER JR, CHARLES E. 1992. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Editora Asociación Amigos Del Instituto Nacional de Antropologia.

SYMANSKY, L. C. P. 2009. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: Morales, W. F. e F. P. MOI, Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira, São Paulo Annablume, PP. 279-310.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, Marcos. 1992. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. Clio Arqueológica. Recife: 131-151.

GASPAR, M. D. 2003. História Da Construção Da Arqueologia Histórica Brasileira. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, pg. 469-301.

TOCCHETTO, F. B ; THIESEN, B. 2007. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 33, p. 175-199.

TOCCHETTO, F. B. 2006. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 16, p. 59-69.

FUNARI, P. A. 1996. "República dos Palmares" e a Arqueologia da Serra da Barriga, Revista USP, 28, 6-13.

ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA

Carga horária: 60 h

Ementa – A disciplina pretende fornecer um panorama amplo sobre a Arqueologia Amazônica, introduzindo as grandes discussões e seus desenvolvimentos, apresentando as diferentes perspectivas ao lado dos conjuntos de dados que serviram como base para os argumentos. Embora as evidências discutidas sejam em primeiro lugar arqueológicas, ficará claro que muitas das teorias e modelos propostos se baseiam também em outras áreas do conhecimento, como a

antropologia (etnologia), a etnohistória, a linguística, a geografia e a ecologia, dentre outros. As discussões girarão em torno de quatro questões principais: (1) Quem eram os ancestrais dos atuais povos indígenas da Amazônia? (2) Quando e que tipos de adaptação foram desenvolvidos por povos amazônicos antigos, e em que medida estes modificaram/ moldaram a paisagem da região? (3) Quando, como e por que as sociedades tornaram-se (ou não) sedentárias e dependentes sobre a agricultura? (4) Quais são perspectivas atuais – incluíndo dos próprios povos indígenas – sobre a Arqueologia Amazônica?

Bibliografia básica

BARRETO, C., H. P. LIMA e C. J. BETANCOURT 2016 Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese. IPHAN/MPEG

LATHRAP, D. 1970. O Alto Amazonas, Lisboa.

PORRO, A. 1992. Os povos indígenas da Amazônia à chegada dos europeus. In: Eduardo Hoornaert. (Org.). História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, p. 11-48.

NOELLI, F.S. 1996. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. Revista de Antropologia, 39(2), p. 7-53

PEREIRA, E. e V. GUAPINDAIA. Arqueologia Amazônica (Vol. 1 e 2). MPEG. 2010.

Bibliografia complementar

BALÉE, W. 1993. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: Viveiros de Castro, E. & Cunha, M.M.C. (orgs.) Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo: NHII-USP-FAPESP.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia. Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 10, n. 1, p. 71-91, 2016.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; BEZERRA NETO, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). História (São Paulo), v. 37, 2018.

MEGGERS, B. & C. EVANS. 1961. “An experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America”. In: LOTHROP, S. (ed.). Essay in Pre- Columbian Art and Archaeology. Cambridge: Harvard University, p. 372-388.

MEGGERS, B. 1998. O paraíso ilusório revisitado. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 8:33-55.

NEVES, E. G. 2005. O lugar dos lugares. Escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia Central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. Ciência & Ambiente, vol 31. Amazônia: recursos naturais e história, pp. 79-91.

NEVES, W. A. (org.). 1991. Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR.

Silva, F.A. 2002. Mito e Arqueologia: A interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatinemu – Pará. Horizontes Antropológicos, 8(18), p. 175-187.

CURADORIA E CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO

Carga horária: 60 h

Ementa – Primeiros procedimentos com o material arqueológico que chega do campo: reconhecimento do material e sua condição de preservação e fragilidade. Primeiras intervenções e seu significado na totalidade do processo de curadoria e estudo do material arqueológico. Procedimentos de limpeza do material arqueológico. Triagem - quais são as divisões dentro das quais o material arqueológico é separado e com quais objetivos. Classificação – como e porque classificamos materiais arqueológicos. Qual a importância da classificação para as interpretações arqueológicas.

Bibliografia Básica

BARRETO, C. N. G. LIMA, H. P. BETANCOURT C. J. (Org). 2016. Cerâmicas Arqueológicas Amazônicas. Belém, IPHAN/Museu Goeldi.

DUNNELL, Robert C. 2007. Classificação em Arqueologia. EdUSP.

FRONER, Y-A. 1995. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, v. 5. p. 291-301.

SYMANSKI, LUÍS CLÁUDIO P. 2008. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. Revista de Arqueologia, v. 21, n. 2.

Bibliografia Complementar

CHIMYZ, Igor (ed.). 1976. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. Segunda edição - revista e ampliada. Cadernos de Arqueologia - ano 1, n°1, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Universidade Federal do Paraná.

BROCHADO, José P.; LA SALVIA, Fernando. 1989. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2° edição.

BUENO, L. 2011. Um estudo da variabilidade formal das flechas xikrin a partir de uma perspectiva arqueológica. In.: Silva, F. A. Gordon, C. Xikrin: uma coleção etnográfica. São Paulo: Edusp.

SCHEEL-YBERT, R. KLOKLER, D. GASPAR, M. D. FIGUTI, L. 2005/2006. Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 15-16, p. 139-163.

PROUS, A. 1986/90. Os artefatos líticos, elementos descritivos classificatórios. Arquivos do Museu de História Natural, v. 11. p. 1-55.

ZANETTINI, P. 1986. Pequeno Roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. In: Arqueologia. n.5. p.117-130.

BOTALLO, M. 1998. As coleções de Arqueologia pré-colonial brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação museológica. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 8. p. 257-268.

BRAGA, G. 1998. A conservação preventiva e as reservas técnicas. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, v. 8. p. 269-277.

MEGGERS, B. 2009. Inferindo comportamento locacional e social a partir de sequencias seriadas. In: Meggers, B. (org.). Arqueologia Interpretativa. Unitins, Proto Nacional, p. 17-34.

Quinto Período

PRÁTICA DE CAMPO EM ARQUEOLOGIA

Carga horária: 120 h

Ementa – Disciplina que permite ao aluno a participação em diferentes etapas de um trabalho de campo arqueológico, podendo envolver prospecção, delimitação de sítios escavação, além das diversas formas de documentação (fichas, diário, fotos, desenhos etc.). Sua participação estará associada a um projeto de pesquisa conduzido por um dos docentes.

Bibliografia Básica

RENFREW, C. e Bahn, P. 2004. Arqueologia: Teoria, Métodos y Practica. Madrid, Ediciones Akal SA.

ARAUJO, A. G. M. 2001. Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH, Universidade de São Paulo: 55-86.

CALDARELLI, S. 1999. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplementos 3. São Paulo, USP.

SANTOS, M. C. M. M. 2001 .“A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental”. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 11.

Bibliografia Complementar

BAHN, P. 1992. Collings Dictionary of Archaeology- ed. P. Bahn. Collins Publishers, London, UK.

LEROI-GOURHAN, A. 1990. O Gesto e a Palavra. Edições 70, Lisboa, PT.

EVANS, C & MEGGERS, B. 1965. Guia para prospecção arqueológica no Brasil. Belém, Goeldi.

RENFREW, C.; BAHN, P. 2004. Arqueologia : teoria, métodos y practica, Madrid, Ediciones Akal S.A.

BARKER P. 1996. Techniques of Archaeological excavations. B.T. Batsford.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Carga horária: 30 hs

Ementa – A Arqueologia pública vem refletindo a relação entre a pesquisa e a gestão do patrimônio cultural com a sociedade. A disciplina se propõe a pôr lado a lado, os processos de constituição de identidades e relação de comunidades, grupos ou populações, com o passado (incluindo o arqueológico), e os discursos científicos da Arqueologia, baseando-se em abordagens teórico-metodológicas da Arqueologia, que consideram a participação social, colaboração e co-construção. Serão enfocados o caráter público, educativo e ético da Arqueologia.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, M. B. de. 2003. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia pública no Brasil. Habitus, v.2., n.1.

ANDRADE LIMA, T. 1988. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. In: Revista de Arqueologia, Rio de Janeiro: SAB, v.5, n.q.

MERRIMAN, Nick. Introdução – Diversidade E Dissonância Em Arqueologia Pública1 Tradução: Bruno Sanches Ranzani da Silva. Rev. Arqueologia Pública Campinas, SP v.9 Nº.1(11) p.121-141 Jan-Jun/2015

Bibliografia Complementar

FUNARI, P., N. V. Oliveira e E. Tamanini. 2005 Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. In: Identidades, discurso e poder, editado por Pedro Funari, Charles Orser y Solange Nunes de Oliveira Schiavetto, pp 105-116. Annablume Editora-Fapesp, São Paulo.

HOLTORF, Cornelius, STOLMEIER, Luara A. Por que preservar? Revista de Arqueologia, V.30, N.2, 2017

MACHADO, Juliana Salles. História(S) Indígena(S) E A Prática Arqueológica Colaborativa. Revista De Arqueologia. Volume26, n. 1:72-85. 2013.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação Patrimonial: Perspectivas e Dilemas. In: Manuel Ferreira Lima Filho; Jane Felipe Beltrão (orgs.), Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007

SILVA, Maurício André, GILBERTONI, Carla. Escuta das narrativas indígenas na exposição colaborativa do MAE-USP: desafios para o desenvolvimento de ações educativas eticamente responsáveis e engajadas nos museus. Museologia e Interdisciplinariedade. v. 10 n. 19 (2021): Dossiê Protagonismo indígena e museu: abordagens e metodologias / Dossiê Museus, Museologia e Literatura: representações de mundo e técnicas narrativas /

BIOARQUEOLOGIA

Carga horária: 30 h

Ementa – Arqueotanatologia.Métodos e Técnicas para estimar idade e sexo. Tafonomia. Processos de conservação. Alterações culturais do esqueleto. Alimentação. Mortandade natural e catastrófica. Arqueologia forense. Ética no estudo de sepultamentos humanos. Métodos de escavação. Anatomia. Definição de contexto funerário.

Bibliografia Básica

ABRAHAMS, P. e R. HUTCHINGS. 2005. Atlas Colorido de Anatomia Humana de Mcminn.

CARVALHO, A. V DE, I. V. P. SOARES, P. P. A. FUNARI E S. F. S. M. DA SILVA. 2009. Arqueologia Direito e Democracia. Habilis Editora.

MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F.; GUAPINDAIA, V.; RODRIGUES, C. D. 2001, A Necrópole Maracá e os Problemas Interpretativos em um Cemitério sem enterramentos. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, BELÉM, v. 17, n. 2, p. 479-520.

Bibliografia Complementar

Abreu, Rafael. "Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa." Revista Arqueologia Pública 8, no. 2 [10] (2014): 213-230.

Gaspar, M. D., Buarque, A., Cordeiro, J., & Escórcio, E. (2007). Tratamento dos Mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, (17), 169-189.

MACHADO, L. C. Os sepultamentos, contextos arqueológicos e dados bioesqueletais In. Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), no12, 2006.
NOVAES, Sylvia Caiuby. Funerais entre os Bororo: imagens da refiguração do mundo. Revista de Antropologia, v. 49, p. 283-315, 2006.
Polo, Mario Junior, e Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite. "Os sapatos de Scarlett: o corpo na Arqueologia Amazônica, e os caminhos desenhados por uma posicionalidade queer." Revista Arqueologia Pública 13, no. 1 [22] (2019): 180-198.
Stabile, R. A., Rapp Py-Daniel, A., dos Santos Coutinho, A., Leite, L. F. C., & Pereira, D. (2020). Desafios e estratégias para a gestão de coleções de remanescentes humanos na Amazônia. Revista de Arqueologia, 33(3), 257-278.
WHITE, T. e P. A. FOLKENS, 2000, Human Osteology, Second Edition, Academic Press.
WESOLOWSKI, V. (2007) Caries, desgate, calculus dentários e micro-resíduos da dieta entre grupos pré-históricos do litoral norte de Santa Catarina. É possível comer amido e não ter cárie? Tese de doutorado. Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Arouca.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE ARTE RUPESTRE

Carga horária: 60 h

Ementa – Introdução à linha de pesquisa em arte rupestre; teoria e prática na Arqueologia Rupestre; estudo de gravuras, pinturas; estilo; contexto; cronologia; datação direta; Simbolismo; Semiótica; etnografia da Arte rupestre e ressignificação Indígena; introdução às Técnicas de Registro Visual.

Bibliografia Básica

Martin, Gabriela, 1999. Pré-História do Nordeste do Brasil - Ed, Universitária, UFPE, Recife.
Pereira, Edithe. 2003. Arte Rupestre na Amazônia – Pará – Belém: Museu Emílio Goeldi; São Paulo:UNESP.
PESSIS, A-M. 2004. Imagens da Pré-história, Ed, Universitária, UFPE, Recife.

Bibliografia Complementar:

PROUS, A. e Ribeiro, L. 2007. Brasil Rupestre, Arte Pré-histórica Brasileira. Zencrane Livros, Curitiba, PR.
Pereira, Edithe. 2010. Arte Rupestre e Cultura Material na Amazônia Brasileira. In PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.) Arqueologia Amazônica 1. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. pp. 259-284.
Vidal, L. (org.) . 1992. Grafismo Indígena. São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, EDUSP, SP.
Anne-Marie Pessis. 2002. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. CLIO arqueológica, n.15, vol. 1. p. 29 – 44.
_____.1992. Identidade e classificação dos registros rupestres pré-históricos do Nordeste do Brasil. CLIO série arqueológica n.8. Ed. Universitária, UFPE, Recife.

ZOOARQUEOLOGIA

Carga horária: 30 h

Ementa – Esta disciplina propõe abordar e discutir as relações homem-animais em suas

múltiplas esferas: econômicas, paleoambientais e simbólicas. Começamos o curso discutindo sobre os diferentes tipos de amostragem, o tratamento, a conservação e o acondicionamento dos materiais ósseos e malacológicos. Em seguida, após algumas noções básicas sobre a classificação dos animais vertebrados e a anatomia básica dos Vertebrados (Mamíferos, Répteis, Peixes e Aves). Estudaremos, de maneira introdutória, algumas ferramentas de identificação de reconstituição de tamanho, peso, sexo e idade dos animais. Na segunda parte do curso, abordaremos o estudo das marcas relacionadas às técnicas de preparo dos animais, desde o descarne até o processamento e descarte dos ossos (tais como sinais de fragmentação, queima, marcas de corte e reutilização dos ossos). Discutiremos sobre algumas abordagens atualmente estudadas dentro da Zooarqueologia: os estudos de Paleoambientes; a Arqueologia da Alimentação, o estudo das Indústrias de artefatos em osso. Por fim, discutiremos sobre o que é e quais são os processos envolvidos na domesticação dos animais.

Bibliografia Básica

CHAIX, L. and P. MENIEL. 2005. Manual de Arqueozoología. Barcelona: Ariel Prehistoria.
DAVIS, S. 1989. La Arqueologia de los animales. Barcelona: Bellaterra.
GASPAR, Maria Dulce, and Sheila M. SOUZA (org). 2013. Abordagens estratégicas em Sambaquis. Erechim: Habilis.

Bibliografia Complementar

BISSARO, M.C. 2008. Tafonomia como ferramenta zooarqueológica de interpretação: viés de representatividade óssea em sítios arqueológicos, paleontológico e etnográfico. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Departamento de Ecologia.
CASTILHO, P.V.; SIMÕES-LOPES, P.C. 2001. Zooarqueologia dos mamíferos aquáticos e semi-aquáticos da Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil. Revta bras. Zool. 18(3): 719 – 727.
FIGUTI, L. 1998. Estórias de arqueopescador. Revista de Arqueologia da SAB 11: 57-70.
KLOKLER ET AL. 2010. Juntos na costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 20: 53-75.
MONDINI, M.; MUÑOZ, A.S. 2011. Aproximaciones y escalas de análisis en la zooarqueología y tafonomía sudamericanas. Antipod. Rev. Antropol. Arqueol. 13: 229-250.
PACHECO M.L.A.F. Zooarqueologia dos sítios arqueologicos Maracaju 1, MS e Santa Elina, MT. 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
REITZ, E. & E. WING. 2008. Zooarchaeology. Cambridge Manuals in Archaeology.
SCHEEL-YBERT, R., KLÖKLER, D., GASPAR, M. D. & L. FIGUTI. 2006. Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 15(16), 139-163.
da Silva, F. M., Shock, M. P., & Prestes-Carneiro, G. P. 2020. Balaios de plantas e animais: conservação de macrovestígios orgânicos arqueológicos. Revista de Arqueologia, 33(3), 279- 305.
Silva, Francini Medeiros, Shock, Myrtle Pearl., Prestes-Carneiro, Gabriela., da Silva, Lucas Antônio, da Silva, Eelinalda Gama., dos Santos Costa, Eros hian, Watling, Jennyfer (2021). Flautas, banhas e caxiris: os gestos e os materiais perecíveis do passado resgatados no presente. Revista de Arqueologia, 34(3), 255-282.

Sexto Período

ETNOARQUEOLOGIA

Carga horária: 30 h

Ementa – A disciplina trata de uma introdução a todas as práticas e reflexões que se estabelecem em torno da interface Arqueologia Ocidental e Sistemas de Conhecimento não-Ocidentais, da Analogia Etnográfica do século XIX até as Arqueologias Indígenas Decoloniais do século XXI. Trata-se, pois, do choque, do embate, do contato, da comparação, da interação, do diálogo e das trocas entre uma epistemologia ética (ocidental, de fora, olhar etnográfico e arqueológico) e as epistemologias êmicas (conhecimentos internos às sociedades não-ocidentais). Divide-se em 1) Antes da Etnoarqueologia: a Analogia Etnográfica; Precedente Etnográfico; Paralelo Etnográfico; Analogia Etnográfica Indireta/geral; Abordagem Histórico Direta; Relações de relevância; 2) O surgimento da Etnoarqueologia: de estratégia de formulação e teste de hipóteses à subdisciplina arqueológica – Questões Processualistas; 3) O Pós-Processualismo e mudanças epistemológicas e teóricas nos problemas etnoarqueológicos; 4) Depois da Etnoarqueologia: Ecletismo Epistemológico, Descolonização, Multivocalidade e Autonomia dos Regimes de Historicidade; 5) A Etnoarqueologia no Brasil/Amazônia.

Bibliografia Básica

ANDRELLO, Geraldo (org.) (2012). Rotas de Criação e Transformação : Narrativas de Origem dos Povos Indígenas do Rio Negro / Organização Geraldo Andrello. -- São Paulo : Instituto Socioambiental ; São Gabriel da Cachoeira, AM : FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; AZKÁRRAGA, J.M.; BONET, H. (Coord.) (2009). Mundos Tribales - Una Visión Etnoarqueológica. Museu de Prehistòria de València. València, ES.

SILVA, F. A. 2009. A Etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 4(1):27-37.

Bibliografia Complementar

DE CARVALHO, Patrícia Marinho (2015) A Travessia Atlântica de Árvores Sagradas: Etnoarqueologia e Estudos de Paisagem no Quilombo do Boqueirão - Vila Bela - MT. Teoria e Sociedade nº 23.1 - janeiro - junho.

DE OLIVEIRA, Jorge Eremites (2015) Arqueologia de Contrato, Colonialismo Interno e Povos Indígenas. Amazôn., Rev. Antropol. (Online) 7 (2): 354-374.

GONZALES-RUIBAL, A., ALMUDENA, H., Politis, G. (2011). Ontology of the self and material culture: Arrow-making among the Awáhunter–gatherers (Brazil). Journal of Anthropological Archaeology Volume 30, Issue 1, March 2011, Pages 1-16

GREEN, L.F., GREEN, D.R., NEVES, E.G., (2003) Indigenous knowledge and archaeological science. Journal of Social Archaeology 3(3)Vol 3(3): 366–398.

LEWIS-WILLIAMS, D. (1991) Wrestling with Analogy:A Methodological Dilemma in Upper PalaeolithicArt Research. Proceedings of the Prehistoric Society 57, part 1, 1991, pp. 149-162.

NEVES, E. G. (2006). Tradição Oral e Arqueologia na História Indígena do Alto Rio Negro. In: Forline, L. C.; Murrieta, R. S. S.; Vieira, I. C.G. (Orgs.), Amazônia: Além dos 500 anos, Belém,

Museu Paraense Emílio Goeldi, pp.71-108.
POLITIS, G. 2016. Nukak: Ethnoarchaeology of an Amazonian People. Routledge, London. 412 p.
SALLES, Juliana Machado (2009) Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 57-70, jan.- abr.
SILVA, F.A. (2011) Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Koatinemo, Rio Xingu, Pará. Amazônica 3 (1): 32-59.
SILVA, F.A. (2012) O Plural e o Singular das Arqueologias Indígenas. Revista de Arqueologia Volume 25 - N.2: 24-42 – 2012.
SILVA, F.A. (2002) Mito e Arqueologia: A Interpretação dos Asurini do Xingú sobre os Vestígios Arqueológicos Encontrados no Parque Indígena Kuatinemu, Pará. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 175-187.
WUST, I. 1992. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia 2: 13-26

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Carga horária: 30 h

Ementa – A disciplina apresenta os fundamentos da gestão do patrimônio arqueológico no âmbito da Arqueologia consultiva, dentro dos parâmetros do Licenciamento ambiental, através da leitura e conhecimento de todo o corpus legal referente ao assunto. Também serão apresentados estudos de caso que levam à discussão de boas práticas da Arqueologia, baseadas na ética em pesquisa, especialmente discutidas em relação às populações tradicionais afetadas por empreendimentos que têm componente arqueológico.

Bibliografia Básica

CALDARELLI, Solange B. Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade cientifica. São Paulo: SAB. 2008.
RIBEIRO, Loredana. Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da Arqueologia no Brasil. Revista de Arqueologia. Volume 28, n. 2:2015.
WITTMAN, Marcus A. S. Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias. Anuário Antropológico volume 44, n.1, 2019: 217-252.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. B. de. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia p
MONTICELLI, Gislaine. Arqueologia em obras de engenharia no brasil: Uma crítica aos Contextos. Capítulos 3 e 4. (Tese de Doutorado). PUC-RS:2015.
PINHEIRO DA SILVA, R.C. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei nº 25/37 e a Lei nº 3. 924/61. Revista de Arqueologia vol. 9, pp 9-23, 1996.
ZANETTINI, P. Projetar o futuro da Arqueologia Brasileira: Desafio de todos. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico. Ano VI, N. 34. 2011.
SALADINO, Alejandra. IPHAN, Arqueólogos e Patrimônio Arqueológico Brasileiro: Um Breve Panorama. Revista de Arqueologia. Volume26, n. 2:2013, Volume 27. N.1:2014.

GEOARQUEOLOGIA

Carga horária: 30 h

Ementa – Processos humanos e naturais responsáveis pela formação do registro arqueológico. Análises estratigráficas e geoquímicas. Processos de erosão, deposição e lixiviação. Reconstrução da paisagem. Atividades biológicas e humanas na formação e alteração do registro arqueológico.

Bibliografia Básica

ARAUJO, A. G. 1999. As Geociências e suas implicações em teoria e métodos arqueológicos. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 3:35 a 45 (suplemento).

LUIZ, José Gouvêa. Geofísica Aplicada à Arqueologia no Estado do Pará, Brasil. In: International Congress of the Brazilian Geophysical Society & EXPOGEF, 11. 2009, Salvador. Anais [...] [s.l]: Society of Exploration Geophysicists, 2009, p. cp-195-00093. DOI: 10.1190/sbgf2009-254

TEIXEIRA, WG; KERN, DC; MADARI, BE; LIMA, HN, WOODS, WI (Orgs.). As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. 2009

Bibliografia Complementar

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. 1997. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Manual de métodos de análise de solo. 2.ed. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisa de Solos.

LEMOS, R. C.; SANTOS, R. D. 1984. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 2.ed. Campinas: SBCS/SNLCS.

REBELLATO, L. 2007. Interpretando a Variabilidade Cerâmica e as Assinaturas Químicas e Físicas do Solo no Sítio Arqueológico Hatahara, AM. In Museu de Arqueologia e Etnologia, 197. São Paulo: Universidade de São Paulo.

REBELLATO, L. 2010. Solos Antrópicos da Amazônia: Terras Pretas de Índio e Arqueologia. Amazônica-Revista de Antropologia, 2, 362-369.

TEIXEIRA, W. G., D. C. KERN, B. E. MADARI, H. N. LIMA & W. I. WOODS. 2009. As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

ARQUEOBOTÂNICA

Carga horária: 30 h

Ementa – Apresenta a especialidade analítica de arquebotânica, seu desenvolvimento como sub-disciplina, abordagens teorias, metodologias utilizadas e exemplos arqueológicos. Vestígios arqueobotânicas: macrovestígios, microvestígios e traços (ADN, fitoquimicos, etc.). Tafonomia e a ocorrência de vestígios no registro arqueológico. Metodologias de coleta e análise. Associando vestígios com alimentação, remédios, rituais, construção, etc.

Bibliografia Básica

BONOMO, Mariano; SKARBUN, Fabiana; BASTOURRE, Maria Laura. Subsistencia y alimentación en arqueología: una aproximación a las sociedades indígenas de América

precolombina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Ciencias Naturales y Museo, 2019.
MEDEIROS DA SILVA, Francini; SHOCK, Myrtle Pearl; PRESTES CARNEIRO, Gabriela. Balaios de plantas e animais: conservação de macrovestígios orgânicos arqueológicos. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 279–305, 2020.
SILVA, Francini Medeiros da; SHOCK, Myrtle Pearl, PRESTES CARNEIRO, Gabriela, SILVA, Lucas Antonio da; SILVA, Elinalda Gama da; COSTA, Eros Hian dos Santos, RAPP PY-DANIEL, Anne; WATLING, Jennifer. Flautas, banhas e caxiris: os gestos e os materiais perecíveis do passado resgatados no presente. Revista de Arqueologia, v. 34, p. 255 - 282, 2021.

Bibliografia Complementar

CAROMANO C.F.; NEVES, E.G.; SCHEEL-YBERT, R. Fogo no Mundo das Águas: Antracologia no Sítio Hatahara, Amazônia Central. Revista Amazônica, Belém, p. 126-127, 2010.
SANTOS, Gilton Mendes dos; CANGASSU, Daniel; FURQUIM, Laura Pereira; WATLING, Jennifer; NEVES, Eduardo Góes. Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 16, n. 1, p.e20200012, 2021.
SHOCK, Myrtle Pearl; MORAES, Claide de Paula. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas, v.14, p.263 - 289, 2019.
SILVA, F.M.; SHOCK, M.P.;. NEVES, E.G.; SCHEEL-YBERT, R. 2016. Vestígios macrobotânicos carbonizados na Amazônia Central: o que eles nos dizem sobre as plantas na pré-história? LEPAARQ-UFPEL 13: 366-385.
WATLING, Jennifer; ALMEIDA, Fernando; KATER, Thiago; ZUSE, Silvana; SHOCK, Myrtle Pearl; MONGELÓ, Guilherme; BESPALEZ, Eduardo; SANTI, Juliana Rossato; NEVES, Eduardo Góes Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas, v. 15, p. e20190075, 2020.

PRATICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO 2

Carga horária: 60 h

Ementa – Elaborar projetos de atividades extensionistas. Considerar locais e públicos de ações extensionistas; explorar abordagens para estas situações. Explorar conteúdos de Arqueologia que tenham sido objeto de projetos de extensão. Estrutura um projeto com local, público e tópico de viável implementação durante um semestre, visando a Extensão 3.

Bibliografia Básica:

Arcuri, Marcia, and Jemima Rodrigues Costa. "Repensando as velhas práticas: transversalidade e os papéis da Arqueologia e Museologia na preservação do patrimônio do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada–Ouro Preto, MG." Revista de Arqueologia 33.3 (2020): 124-145.
FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão Universitária: Organização e Sistematização.

Mezacasa, Roseline. "Educação patrimonial e Arqueologia: experiências em contextos de extensão universitária." EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF 5.1 (2017): 40-52.

Bibliografia Complementar

Bezerra, Marcia. " As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas 6 (2011): 57-70.

RAPP PY-DANIEL, A.; CAMPOS, V. S.; SHOCK, M. P.; MORAES, C. P.; ARRUDA, L. C.; BARRETO, C. Arqueologia e suas aplicações na Amazônia. Belém: MPEG, 2017. 64p.

Reis, Magali, et al. "Para uma Arqueologia da prática escolar na educação da infância." Educação 39.1 (2016): 113-120.

Silva, Maurício André da. "Formação de novas gerações nos museus universitários: o papel do educativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP." Revista CPC 15 (2020): 294-320.

Sétimo Período

PROJETO DE PESQUISA

Carga horária: 60 h

Ementa – Normas da ABNT. O projeto de pesquisa. A escolha do tema/problema. A definição dos objetivos. A formulação das hipóteses. O referencial teórico e a operacionalização dos conceitos. Orientações para elaboração da revisão bibliográfica; A internet como fonte de pesquisa. Escolha dos métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa. Definição espacial e temporal da pesquisa. População ou amostra. A análise dos dados. Cronograma e orçamento. Referências bibliográficas.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 2002. NBR 10520. Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 2002. NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro.

DEMO, Pedro. 2000. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas. 216 p.

Bibliografia Complementar

ECO, Umberto. 2003. Como se faz uma tese. 18. ed. São Paulo: Perspectiva. 170 p.

GIL, Antonio Carlos. 1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas. 206 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. 2001. Metodologia do trabalho científico. 6.ed. São Paulo: Atlas. 219 p.

SALOMON, Délcio Vieira. 2004. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes. 425 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. 2008. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez.

ESTATÍSTICA APLICADA À ARQUEOLOGIA

Carga horária: 60 h

Ementa – Análise exploratória de dados. Noções de probabilidade. Amostragem e

estimação. Testes de hipóteses.

Bibliografia Básica

LEVIN, J. 1987. Estatística Aplicada a Ciências Humanas. Editora Harbra, São Paulo.
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. 1990. Elementos de Estatística. Editora Atlas, São Paulo.
MINAYO, MARIA CECILIA DE S.; SANCHES, ODÉCIO. 1993. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262.

Bibliografia Complementar

AGRESTI, ALAN; FINLAY, BARBARA. 2012 Métodos estatísticos para as ciências sociais, 4ª edição. Penso, Porto Alegre.
CAPELA, M.V.; CAPELA, J.M.V. 2011. Elaboração de gráficos box-plot em planilhas de cálculo. Anais do Congresso de Matemática Aplicada e Computacional CMAC Sudeste. p. 361-364.
DRENNAN, R.D. 2009. Statistics for Archaeologists: A Commonsense Approach, 2ª edição. Plenum Press, New York.
LEVINE, D. M., BERENSON, M. L. e STEPHAN, D. 2000. – Estatística: Teoria e Aplicações usando o Excel. Rio de Janeiro: LTC.

Oitava Período

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Carga horária: 120 h

Ementa – Encontros periódicos com o orientador para elaboração da monografia. Forma e conteúdo da pesquisa, orientação bibliográfica e elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

BECKER, Howard. 1993. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In, _____. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 1998, p. 17-36.
WEBER, Florence; BEAUD, Stéphane. 2007. Guia para a Pesquisa de Campo: Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes.
OLIVEIRA, Jorge Leite de. 2009. Texto Acadêmico: Técnicas de redação e de Pesquisa Científica. 6 ed. Petrópolis: Vozes, p. 145-209 (Sobre monografias, artigos, ensaios e regras de citação)

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. 2009. Como elaborar um projeto de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas.
SEVERINO, Antonio Joaquim. 2008. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez.
BOURDIEU, Pierre. 1997. Compreender. In, _____. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, p. 693-713.
MICHELAT, Guy. 1982. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In, THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, p. 191-212.
VAN VELSEN, J. 1987. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In, FELDMAN-BIANCO (org). Antropologia da sociedade contemporânea. Métodos. São Paulo: Global, p. 345-374.

Disciplinas optativas

ANÁLISE DE MATERIAL ÓSSEO (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Essa disciplina poderá tratar da 1. identificação e composição dos diferentes tipos de tecidos duros que incluem elementos ósseos. 2. Diferenciação entre humanos e animais. 3. Contagem de número mínimo de indivíduos. 4. Tratamentos dos ossos (cremação, descarnamento, etc.). 5. Acondicionamento de materiais ósseos em campo e em laboratório. Estimativa de idade e sexo. 6. Tafonomia e processos diagenéticos

Bibliografia Básica

DIAS, O., E CARVALHO, M. ZIMMERMANN., 2006, Estudos Contemporâneos de Arqueologia – in memorian Lilia Cheuiche Machado. IAB e UNITINSNUTA.

ABRAHAMS, P. e R. HUTCHINGS. 2005. Atlas Colorido de Anatomia Humana de Mcminn.

SILVA, F. M.; SHOCK, M. P.; & CARNEIRO, G. P. 2020. Balaios de plantas e animais: conservação de macrovestígios orgânicos arqueológicos. Revista de Arqueologia, São Paulo, 33(3): 279-305.

Bibliografia Complementar

BUIKSTRA, J.E. & UBELAKER, D.H. 1994, Standards for data collection from human skeletal remains. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey.

HILLSON, S. 2005. Teeth. Cambridge University Press.

SCHEUER, L e BLACK, S. 2000. Developmental Juvenile Osteology. Academic Press.

WHITE, T. e P. A. FOLKENS. 2000, Human Osteology, Second Edition, Academic Press.

FRANCE, D.L. 2009. Human and non-human bone identification: a color atlas. CRC Press, Boca Raton.

LYMAN, R. L. 1994. Vertebrate taphonomy. Cambridge University Press, 1994.

ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Compreender o processo de escravidão transatlântica é essencial para percebermos os processos de construção de identidades nas Américas, e, em especial, no Brasil. Numa perspectiva de interação entre olhares históricos e arqueológicos, a disciplina se propõe a discorrer sobre cultura material, memórias, espiritualidades, agências, identidades, processos de resistências e ressignificações culturais de matriz africana. A partir do debate sobre o legado ancestral oriundo da diáspora africana, que inclui transformação das paisagens, elaboração e troca de objetos, rituais, sistemas religiosos e culinários, esteticas e simbologias próprias, os estudantes irão refletir sobre os mecanismo de resistencias do povo negro para enfretamento da escravidão e opressão racial até o presente.

Conteúdo sugerido – A importância da África para a História Antiga e Recente da Humanidade; Definição de diáspora africana; Arqueologia da Escravidão; Arqueologia da Religião; O

Movimento Diaspórico para as Américas, visto através da Arqueologia; Cultura Material e Paisagens construídas relacionadas às matrizes africanas e afro-brasileiras; As leis de inclusão no Ensino Básico sobre a História Afro-Brasileira; Arqueologia Quilombola; As contribuições da Arqueologia para a construção da História Afro-Brasileira; Arqueologia Decolonial, pós-colonial e o Pós-Processualismo.

Bibliografia Básica

ABREU E SOUZA, R. 2020. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. Revista de Arqueologia, 33 (2): 43–65.

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. 1998. Negros do Trombetas. Belém: UFPA.

DE CARVALHO, P. M; SOARES, A. M. 2021. Todo poder ao povo preto: diálogos sobre práticas colaborativas entre seres em lugares e tempos afrodiaspóricos. São Paulo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 37: 164-177.

DE CARVALHO, P. M. 2012. A memória da paisagem: estudos de Arqueologia da diáspora. (Congresso). XVI World Congress UISPP. Etnoarqueologia e paisagem em Vila Bela/MT.

DE CARVALHO, P. M. 2011. Vila Bela e seus quilombos: etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana. (Congresso). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH) em São Paulo.

FERREIRA, L. M. 2009. Sobre o conceito de Arqueologia da diáspora africana. Métis: história & cultura. 8(16): 267-275.

FUNES, E. A. Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-amazonidas-Nós já somos a reserva, somos os filhos deles. Disponível em: < http://www. ufopa. edu. br/arquivo/resultados-de-processosseletivos/processo-seletivo-especial-indigena/2016/ edital-pse-quilombola-2016-texto-funesafro-amazonidas>. Acesso em setembro de 2022.

FUNES, E. A. 2000. Comunidades remanescentes dos mocambos do alto Trombetas. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas (2000).

HARTEMANN, G; MORAES, I. P. 2018. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na Arqueologia. Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica 12 (2): 9-34.

GOMES, N. L. 2019. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes Limitadas, 2019.

GONZALEZ, L. 1988. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, 9: 133-141.

HOOKS, Bell. Ensinando pensamento crítico. Sabedoria e prática. São Paulo: Elefante, 2020.

MARQUESE, R. B. 2019. A história global da escravidão atlântica: balanços e perspectivas. Esboços: histórias em contextos globais, 26 (41): 14-41.

NOVAES, L. C. N. 2019. O Exu Submerso: uma Arqueologia da Religião e da Diáspora no Brasil. Curitiba: Editora Appris.

PEREIRA, R; CHEVITARESE, A. L. 2019. Por uma Arqueologia dos Candomblés: contribuições da ciência do passado aos estudos dos fenômenos religiosos. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, 20: 112-136.

SAMPAIO, P. M. M. 2011. O fim do silêncio: presença negra na Amazônia. Editora AÇAÍ/CNPq.
SOARES, A. M. Experiências afrodiasporicas na Arqueologia: Relatos, sensações e emoções em um Brasil do século XXI. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.
SYMANSKI, L. C. P. 2014. A Arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. Afro-Ásia,159-198.

Bibliografia Complementar

ALLEN, S. 2010. Os desafios da Arqueologia de Palmares. In: GOMES, Flávio dos S. (Org.). Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras.
DE CARVALHO, P. M. . 2012. Visibilidade do negro: Arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão-Vila Bela/MT. PhD diss., Universidade de São Paulo.
FERREIRA, Lúcio Menezes. Arqueologia da escravidão e Arqueologia pública: algumas interfaces. Revista Vestígios, v. 3, n. 1, 2009.
FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da História da cultura afro-americana. In: REIS, João José;
GOMES, F; LAURIANO, J; SCHWARCZ, L. M. 2021. Enciclopédia negra: Biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras.
PRANDI, Reginaldo. 1998. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 4 (8): 151-167.
REIS, J. J. 1986. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. Rio de Janeiro: Brasiliense.
SYMANSKI, L. C. P; GOMES, F. 2013. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em Arqueologia e história. Revista de História Comparada 7 (1): 293-338.
SYMANSKI, L. C. P; SOUZA, M. A. T. 2007. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 33: 215-243.
VOGT, C; FRY. P. 1996. Cafundó, a África no Brasil: linguagem e sociedade. Campinas: Editora da Unicamp.

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Apresenta o conceito de paisagem, a história do seu desenvolvimento teórico e visão atual como algo socialmente construído, na Amazônia e em outras sociedades. Discute exemplos que mostram de que maneira a paisagem foi apropriada e ativamente moldada. Conceito de paisagem; uso de paisagem em geografia e outras ciências sociais; teoria de paisagem; conceitos de sítios e espaços; construção social de paisagem; paisagens antropogênicas; temporalidade das paisagens; paisagens na Amazônia e em outras sociedades; aplicações do conceito de paisagem em estudos de geoarqueologia, território, megálitos, monumentos, espaços urbanos e patrimônio.

Bibliografia Básica

BALEÉ, W. 2008. Sobre a indigeneidade das paisagens. Revista de Arqueologia 21(2): 9-23.

CABRAL, M.P.; SALDANHA, J.D.M. 2008. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. Revista de Arqueologia 21(1): 9-26.
FAGUNDES, M. 2014. Natureza e cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem nas ciências humanas. Revista Tarairiú, Ano V, 1(07): 32-54.

Bibliografia Complementar

ASHMORE, W. & A. B. KNAPP (Eds.). 1999. Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives. Blackwell Publishing.
AMARAL, I. 2001. Acerca de paisagem: apontamos para um debate. Finisterra 36(72): 75-81.
DAVID, B. & J. THOMAS (Eds.). 2010. Handbook of Landscape Archaeology (World Archaeological Congress Research). Routledge.
DOMINGUES, Á. 2001.A paisagem revisitado. Finisterra 36(72): 55-66.
FAGUNDES, M.; PIUZANA, D. 2010. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 8(1): 205-220.
JORGE, V.O. 2002. Arqueologia dos monumentos da Pré-história recente – algumas sugestões interpretativas. Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Porto. 1(1): 13-26.
LEONARDI, M. 2007. Paisagem Urbana e Arqueologia. Art Textos 5:59-73.
LUI, G. H.; MOLINA, O. M. G. 2009.Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. Amazônica 1(1): 200-228.
MATALOTO, R. 2007. Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. Revista Portuguesa de Arqueologia, 10(1): 123-140.
SILVA, F. A.; BESPALEZ, E.; STUCHI, F. F. 2011. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. Amazônica 3 (1): 32-59.
OOSTERBEEK, L. Ordenamento cultural de um território. Em Gestão Cultural do Território, Colecção Publicos Nº 4, coordenação José Portugal e Susana Marques, p . 28-38.
OOSTERBEEK, L.; REIS, M. G. O. 2012. Terras de preto em terras da Santa: Itamatatiua e as suas dinâmicas quilombolas. Cadernas de Pesquisa, São Luís, 19(1): 7-15.
PELLINI, J. R. 2009. Uma Conversa sobre Arqueologia, Paisagem e Percepção com Robin o Bom Camarada. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 19: 21-37.
PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio 2(4): 9-17. 2005.
SALGUEIRO, T. B. 2001. Paisagem e geografia. Finisterra, 36 (72): 37-53.
SCHAAN, D.; PÄRSSINEN, M.; RANZI, A. e PICCOLI, J. C. 2007. Geoglifos da Amazônia Ocidental: evidência de complexidade social entre povos de terra firme, Revista de Arqueologia, (Belém) São Paulo, 20: 67-82.
SOUSA, A. C. 2005. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. Habitus 3(2): 291-300.

ARQUEOLOGIA DAS AMÉRICAS (disciplina optativa)
Carga horária: 30 h

Ementa – Caracterização da diversidade social e pluralidade cultural das sociedades pré-colombianas, através dos processos de ocupação dos povos indígenas da América, dos processos de transformação e de diferenciação das sociedades ao longo dos milênios, com ênfase nas civilizações andinas e mesoamericanas.

Bibliografia Básica

IEDEL, Stuart. 1996. Prehistoria de América. Barcelona, Crítica. 436 p
MEGGERS, Betty G. 1979. América pré-histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
NEVES, Walter A.; PILÓ, Luís Beethoven. 2008. O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos. Rio de Janeiro: Globo.
REVISTA DA USP, v. 34 (Dossiê Surgimento do Homem na América). São Paulo, 1997.
SILVA, H.P.; RODRIGUES-CARVALHO, C. 2006. Nossa Origem: O povoamento da América, visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Viera & Lent Casa Editorial.

Bibliografia Complementar

FAVRE, H. A 1972. Civilização Inca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
GENDROP, P. A 1972. Civilização Maia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
SOUSTELLE, J. 1972. A Civilização Asteca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL (disciplina optativa)
Carga horária: 30 h

Ementa – Testar através de métodos e técnicas tradicionais ou de hipóteses construídas para chegar a reconstituir a cadeia operatória de construção, utilização e descarte ou reconstrução de artefatos arqueológicos.

Bibliografia Básica

COLES, J. 1977. Arqueologia experimental. Lisboa: Livraria Bertrand.
PROUS, ANDRÉ; ALONSO M.; PILÓ, H.; XAVIER, L. A. F.; LIMA, ÂNGELO P.; SOUZA, G. N. 2002. Os machados pré-históricos no Brasil: descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais. Canindé, Xingó, nº 2.
BUENO, L. & ISNARDIS, A. (Eds.) 2007. Das Pedras ao Homem, Argumentum, Belo Horizonte.

Bibliografia Complementar

STONE, P. G. e PLANEL, P. G. (ed.) 1999. The constructed Past - Experimental archaeology, education and the public. One World Arcaheology. Routledge.
RENFREW, C.; BAHN, P. 2004. Arqueologia: teoria, metodos y practica, Madrid, Ediciones Akal S.A.
GREEN, L. F.; GREEN, D. ; NEVES, E. G. 2003. Indigenous knowledge and archaeological science. Journal of Social Archaeology, Estados Unidos, v. 3, n. 3, p. 366-398
TRINGHAM, Ruth. 1978. Experimentation, ethnoarchaeology, and the leapfrogs in archaeological methodology. in: Gould, Richard A. (editor): Explorations in ethnoarchaeology. Albuquerque, pp 169–199.

MATHIEU, James R. (Ed). 2002. Experimental archaeology, replicating past objects, behaviors and processes, BAR International Series 1035, Oxford.

ARQUEOLOGIA REGIONAL DOS RIOS TAPAJÓS-TROMBETAS (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – O curso pretende discutir as evidências arqueológicas conhecidas para a região abrangida pelo rio Tapajós, o baixo Amazonas e a bacia do Nhamundá-Trombetas e a partir delas abordar discussões acerca da relação homem-ambiente, complexidade cultural e agência, dentre outros. Estas evidências apontam para recuados processos de manejo de recursos vegetais; para a subsequente domesticação de plantas e de ambientes (associadas a processos de colonização por possíveis falantes de línguas do tronco linguístico Arawak); para o aumento populacional em torno do ano 1000dC, potencialmente relacionados a expansão de falantes de línguas caribe; para movimentações territoriais ameríndias ocorridas após a conquista portuguesa. Em sessões no laboratório, os estudantes poderão manusear alguns dos materiais cerâmicos referentes a estes diferentes momentos. O período colonial será discutido com base em textos etnohistóricos e históricos. Por fim, debateremos o papel da Arqueologia frente ao atual contexto de conflito social relacionado ao programa de construção dos Complexos Hidrelétricos Tapajós e Teles Pires.

Bibliografia básica

GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. 2008. Além da margem do rio: a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo, Universidade de São Paulo.

MENÉNDEZ, Miguel Angel. 2006 [1992]. "A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 281-296.

NIMUENDAJÚ, Curt U. 1953. "Os Tapajó". In: Revista de Antropologia, v.1, nº1. São Paulo, FFLCH/USP, pp. 53-61.

ZUCCHI, Alberta. 1985. "Evidencias arqueológicas sobre posibles grupos de lenguas Caribe". In: Antropológica, nº63-64. Caracas, Fundación La Salle de Ciencias Naturales, pp. 23-44.

Bibliografia complementar

CRUXENT, José María; ROUSE, Irving. 1958. An archaeological chronology of Venezuela. Washington, D.C., Pan American Union.

GOMES, Denise. 2008. Cotidiano e Poder na Amazônia Pré-Colonial, São Paulo, Edusp.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. 1961. "An experimental formulation of horizon styles in the tropical forest area of South America". In: LOTHROP, Samuel K. (org.). Essays in pre-columbian art and archaeology. Cambridge, Harvard University Press, pp. 372-388.

PALMATARY, Helen Constance. 1960. "The archaeology of the lower Tapajós valley, Brazil". In: Transactions of the American Philosophical Society, v.6. Filadélfia, American Philosophical Society, pp. 1-221.

PARDI, Maria Lucia Franco. 1995-1996. "Frentes de expansão: seu potencial e impacto sobre o patrimônio arqueológico – o caso da Amazônia mato-grossense e a partir de um reconhecimento de 14 CR/IPHAN". In: Anais da VIII Reunião Científica PUC/RS, v.1, nº1, Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 289-306.

ROOSEVELT, Anna Curtenius; HOUSLEY, Rupert A.; SILVEIRA, Maura Imazio da; MARANCA, Silvia; JOHNSON, Richard. 1991. "Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon". In: Science, v.254, nº5038. Washington D.C., American Association for the Advancement of Science, pp. 1621-1624.

ROOSEVELT, Anna Curtenius; LIMA DA COSTA, Marcondes; LOPES MACHADO, Christiane; MICHAB, Mostafa; MERCIER, Norbert; VALLADAS, Hélène; FEATHERS, James; BARNETT, William; SILVEIRA, Maura Imazio da; HENDERSON, Andrew J.; SLIVA, Jane; CHERNOFF, Barry; REESE, David S.; HOLMAN, J. Alan; TOTH, Nicholas; SCHICK, Kathy. 1996. "Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas". In: Science, v.272, nº5260. Washington D.C., American Association for the Advancement of Science, pp. 373-384.

STUCHI, Francisco F. 2010. A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA): História indígena e etnoarqueologia. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo, Universidade de São Paulo.

ARTE PRÉ-COLONIAL NA AMAZÔNIA (disciplina optativa)

Ementa - Arte Pré-Colonial na Amazônia aborda aspectos da Antropologia e da Arqueologia da arte numa perspectiva mais ampla. Parte de uma exploração do conceito de Arte desde sua premissa etnocêntrica contemporânea, até as possibilidades de uso antropológico do termo como sistema de comunicação visual (teoria Semiotica), como sistema de organização cultural de formas (teoria Estética), e finaliza com a abordagem da arte como modo de ação (Teoria da Agência). Estuda a aplicação dessas três abordagens na Arqueologia e na Antropologia em geral e, Amazônica, mais especificamente.

Bibliografia básica

BARRETO, C. 2005. Arte e Arqueologia na Amazônia Antiga. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 66,https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/cristiana20barreto2066.pdf

GELL, A. 2009. Definição do Problema: a necessidade de uma Antropologia da Arte. 246 - Revista Poiésis, n 14, p. 245-261, Dez. de 2009 http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis14/Revista_Poiesis_TradAntropologia.pdf

LAGROU, Els. 2010. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. Revista Proa, n°02, vol.01, 2010. http://www.ifch.unicamp.br/proa

LAYTON, R. 1981. The Anthropology of Art. St. Albans: Granada. (Second edition 1991. Cambridge: University Press.

LAYTON, Robert. 2003. ART AND AGENCY: A REASSESSMENT - Journal of the Royal Anthropological Institute 2003. (N.S.) 9, 447-464.

Bibliografia complementar

MORPHY, Howard. 2011. Arte como um modo de ação: alguns problemas com *Art and Agency* de Gell | PROA – revista de antropologia e arte Howard Morphy | tradução| vol. 01 nº 03.
PEREIRA, Edithe. 2010. Arte Rupestre e Cultura Material na Amazônia Brasileira. In PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.) Arqueologia Amazônica 1. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. pp. 259-284.
ANDRELLO, G. (ORG). 2012. ROTAS DE CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO - Narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro - ORGANIZAÇÃO GERALDO ANDRELLO - Rotas de criação e transformação. Narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro© FOIRN & ISA.- Rio Negro.
SALAZAR, Juan; Inés Domingo; José Mª Azkárraga; Helena Bonet(Coords.) MUNDOS TRIBALES - UNA VISIÓN ETNOARQUEOLÓGICA - MUSEU DE PREHISTÒRIA DE VALÈNCIA -Ed. da Universidade de Valencia - 2009.
VIDAL, L. (org.) . 1992. Grafismo Indígena. São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, EDUSP, SP.

CAÇADORES-COLETORES (disciplina optativa)
Carga horária: 30 h

Ementa – Esta disciplina propõe uma ampla reflexão sobre como diferentes grupos humanos se organizam para o planejamento e realização de atividades que envolvem a captura e uso de animais, com um olhar atento sobre a interação histórica e atual entre pessoas e animais na Amazônia e em outras regiões. Será discutido o conceito clássico de caçador-coletor com análise da diversidade cultural e das estratégias de manejo ambiental desses grupos. Através de um tema central que enfatiza a relação gente-animal, a disciplina integrará diferentes campos de saber (Arqueologia, antropologia e biologia) fomentando um diálogo mais ativo entre academia e comunidades tradicionais.

Bibliografia Básica

BUENO, L. & ISNARDIS, A. (Eds.) 2007. Das Pedras ao Homem, Argumentum, Belo Horizonte.
CARNEIRO DA CUNHA, M.e ALMEIDA, M. B.de (orgs.). 2002. Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras. 735 pp.
HERNANDO, A.; COELHO, E. M.B. Estudos sobre os Awá: caçadores – coletores em transição. São Luís: Ed. EDUFMA/IWGIA, 2013.
POLITIS, G., 1996. Nukak. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas – SINCHI, Bogotá.

Bibliografia Complementar

BUENO, L. 2011. Um estudo da variabilidade formal das flechas Xikrin a partir de uma perspectiva arqueologica. In: Fabiola Andrea Silva; Cesar Gordon. (Org.). Xikrin. Uma coleção etnografica. 1ª ed. São Paulo: eEdusp, v. , p. 151-172
CUNHA, M. C. da (org.). 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo : FAPESP/SMC/Cia das Letras.
MELO, M. F. T. As apreensões do universo da caça: Uma etnografia entre os quilombolas do Bairro Alto, Ilha do Marajó/PA. Dissertação de Mestrado.
NEVES, W.A. & PILÓ, L.B. 2008. O Povo de Luzia. São Paulo, Editora Globo.
PEREIRA, E. e V. GUAPINDAIA. 2010. Arqueologia Amazônica (Vol. 1 e 2). MPEG.

POLITIS, Gustavo, Gustavo Martínez and Julián Rodríguez, 1997.Caza, recolección y pesca como estrategia de explotación de recursos en forestas tropicales lluviosas: los Nukak de la amazonía colombiana. In Revista Española de Antropología Americana No. 27, pp. 167-197.
PROUS, A. 1992. Arqueologia brasileira. Brasília : Ed. UnB.

CARTOGRAFIA APLICADA À ARQUEOLOGIA (disciplina optativa)

A disicplina oferecerá noções introdutorias de cartografia, projeções cartográficas e sistemas de georeferrenciamento. Serão explorados aspectos relacionados ao uso da cartografia na prártica arqueológica em diferentes escalas, além do uso de ferramentas analógicas e difgitais para a produção de representações carotgráficas. Serão apresentados, ainda, métodos básicos de topografia comumente utilizados no mapeamento, escavação e delimitação de sítios arqueológicos.

Bibliografia básica

IBGE. Noções Básicas de Cartografia, Manuais Técnicos em Geociências, Rio de Janeiro, IBGE, 1999. NAZARENO, N.R.X. Cartografia Geral: notas de aula. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. 2009.

LOCH, R.E.N. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.

OLIVEIRA, C. Curso de Cartografia Moderna. IBGE, Rio de Janeiro, 1993.

Bibliografia Complementar

CASTRO, J. F. M. História da Cartografia e Cartografia Sistemática. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. 104p

MARTINELLI, M. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. São Paulo: Contexto. 2003. 112p.

OLIVEIRA, C. Curso de cartografia moderna. Rio de Janeiro: Ed. IBGE. 1988.

OLIVEIRA, C. Dicionário Cartográfico. Rio de Janeiro: IBGE. 1983.

QUEIROZ FILHO, A. P. A escala nos trabalhos de campo e laboratório. In: VENTURI, L.A.B. Praticando Geografia. São Paulo: Oficina de Texto. 2005, p. 55-67.

DREYER-EIMBCKE, O. O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica. São Paulo: Ed. Melhoramentos EDUSP. 1992.

TIMBÓ, M. A. Elementos de cartografia. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 57p

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS (disciplina optativa)
Carga horária: 30 h

Ementa – Formação de contextos arqueológicos. Processos naturais e processos culturais. Sedimentação. Alterações do solo. Definição de vestígios. Ecofatos. Abordagem Crítica sobre leituras de contextos. Influência da história sobre os pesquisadores e suas leituras.

Bibliografia Básica

BINFORD, L. 1991. A tradução do registro arqueológico. Em busca do Passado. Lisboa, Europa/América. 28-36

SCHIFFER, M. B. 1987. A natureza da evidência arqueológica. Formation Processes of the Archaeological Record: 3-11.

SILVA, Fabíola Andréa; LIMA, Silvia Cunha. Etnoarqueologia, conservação arqueológica e a compreensão dos processos de formação do registro arqueológico na Amazônia: a cerâmica arqueológica dos Asurini do Xingu, Pará. Revista de Arqueologia, v. 28, n. 1, p. 123-142, 2015.

Bibliografia Complementar

GASPAR, M. D., Buarque, A., Cordeiro, J., & Escórcio, E. (2007). Tratamento dos Mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, (17), 169-189.

MARTIN, G. 1999. Pré-história do nordeste do Brasil. 3.ed. Atual. Recife: UFPE

POLITIS, G., 1996. Nukak. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas – SINCHI, Bogotá

RENFREW, C.; BAHN, P. 2004. Arqueologia: teoria, metodos y practica, Madrid, Ediciones Akal S.A.

ZEDEÑO, M. I B.J. BROWSER (Eds). 2009. The archaeology of meangninful places. Salt Lake City. The University of Utah. 1-14.

CULTURA MATERIAL (disciplina optativa)
Carga horária: 30 h

Ementa – Definição de cultura para a Arqueologia. Caracterização do conjunto de suportes materiais, contemporâneos ou pretéritos que permitem a compreensão das sociedades: a paisagem, todas as classes de artefatos, o corpo e as moradias (sítios). A interpretação arqueológica a partir dos artefatos e a reconstituição dos modos de vida das sociedades pretéritas.

Bibliografia Básica

MENESES, U.B. 1983. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, São Paulo, 15 (nova série): 103-112.

MAUSS, M. 1974. As técnicas corporais. In Sociologia e Antropologia, EDUSP. v. 2 203-231

BOLETIM CIÊNCIAS HUMANAS – MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, Dossiê de Cultural Material, v.6, n.1, Janeiro/abril de 2011

Bibliografia Complementar

PROUS, A. 1992. Arqueologia brasileira. Brasília: UNB.

SAHLINS, M. 1979. La Pensée Bourgeoise. In: Cultura e Razão Prática. Zahar Ed. pp. 185-.

HODDER, I. 1999. Interpreting material culture. In. The archaelogical process. 66-78

GUMERMAN, G. J. (ed). 1974. The distribution of prehistoric populations aggregates.

RENFREW, COLIN E PAUL BAHN. 2004. Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica. Barcelona: Ediciones Akal.

GEOMORFOLOGIA AMAZÔNICA (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – História da evolução da paisagem. Formação da bacia Amazônica. Soerguimento dos Andes, Formações litológicas. Unidades estratigráficas. Formação de terraços aluviais. Processos de erosão e sedimentação. Formação dos rios de águas claras, brancas, negras. Áreas de várzea e áreas de terra firme.

Bibliografia Básica

AB'SABER, A.N. Paleoclima e Paleoecologia da Amazônia Brasileira. In: Amazônia do Discurso a Praxis, 2a ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
AB'SABER, A.N. Problemas Geomórficos da Amazônia Brasileira. In: Amazônia do Discurso a Praxis, 2a ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
AQUINO, S., J. C. STEVAUS & E. M. LATRUBESSE 2010. Regime hidrológico e aspectos do comportamento morfohidráulico do rio Araguaia. Revista Brasileira de Geomorfologia.

Bibliografia Complementar

AB'SABER, A.N. 2002. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, 16, 7-30.
HORBE, A. M. C. 2003. Origem dos depósitos de areias brancas no nordeste do Amazonas. Revista Brasileira de Geociências, 33, 41-50.
LARIZZATTI, J. H. & S. M. B. OLIVEIRA. 2007. Evolução geoquímica e balanço de massa na formação e degradação de perfis lateríticos encouraçados na área da Fazenda Pison, Vale Do Rio Tapajós, Amazônia Central. Revista Brasileira de Geociências, 35
SINHA, R., E. M. LATRUBESSE & J. C. STEVAUX. 2010. Grandes sistemas fluviais tropicais: uma visão geral. Revista Brasileira de Geomorfologia.
QUEIROZ, M. M. A., A. M. C. HORBE, P. SEYLER & C. A. V. MOURA. 2009. Hidroquímica do rio Solimões na região entre Manacapuru e Alvarães–Amazonas–Brasil. Acta Amazonica, 39.

INGLÊS BÁSICO I (disciplina optativa)

Carga horária: 60h

Ementa: Introdução ao estudo da Língua Inglesa através de atividades de compreensão e produção oral e escrita.

Bibliografia Básica:

MORENBERG, Max. Doing Grammar. New York: Oxford University Press, 2010.
THOMSON, Laura. A Practical English Grammar. Oxford: Oxford University Press, 1986.
TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

HANCOCK, Mark. English pronunciation in use. Cambridge: Cambridge University

Press, 2003.
MURPHY, Raymond. Essential Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. English File Elementary Student's Book. 3rd ed, Oxford University Press, 2012. (unit 1 – 6)
OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. English File Elementary. Workbook. 3rd ed, Oxford University Press, 2012.
WILLIS, Judith. Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português inglês; inglês-português. Oxford: Oxford University Press, 2007.

INTRODUÇÃO À ANATOMIA COMPARADA E PREPARAÇÃO DE COLEÇÕES OSTEOLÓGICAS (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Introdução à Zooarqueologia. Introdução à Anatomia Comparada. Diversidade zoológica dos vertebrados. Organização básica de esqueletos de mamíferos, peixes, répteis e aves. Preparação osteológica e organização de coleções biológicas de referência.

Bibliografia básica

KONIG, H. E., & LIEBICH, H. G. 2002. Anatomia dos animais domésticos: texto e atlas colorido. Artmed.
OLIVEIRA, M.D.B.G., SOUZA, S.M.F.M. (Orgs.) 2013. Abordagens Estratégicas em Sambaquis. Erechim/RS: Habilis Editora Ltda.
REITZ, E.J.; WING, E. S. 1999. Zooarchaeology. Cambridge University Press.

Bibliografia complementar

HORARD-HERBIN, M.P.; VIGNE, JD. 2005. Animaux, environnements et sociétés. Paris, Errance.
CHAIX, L.; MÉNIEL, P. 1996. Eléments d'archéozoologie. Paris, Errance.
WHEELER, A.; JONES, A.K.G. 1989.Fishes. Cambridge manuals in archaeology. Cambridge University Press. Reports from the EAU. York, Report 94.
BARONE, R. 1986. Anatomie comparée des mammifères domestiques. Tome 1. Ostéologie.
NELSON, J. S. 2006. Fishes of the World. Wiley.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (disciplina optativa)

Carga horária: 60 h

Ementa – Bases teóricas da educação inclusiva. A educação de surdos no Brasil. Identidade e comunidade surda. A língua brasileira de sinais: aspectos linguísticos. Língua de Sinais e educação. Exercícios e prática de interpretação.

Bibliografia Básica:

BRITO, Lucinda Ferreira. Integração social & educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.
FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (LIBRAS). Brasília, 2005.
CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.) Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno das línguas de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párabola Editorial, 2009.
HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 2.
KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria (Org.) Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003. cap. 8, p. 147-159.
LOPES, Maura Corcini. Surdez e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter; FAPESP, 2000.
QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
SKLIAR, Carlos (Org.) A Surdez, um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

POVOAMENTO DAS AMÉRICAS (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – O curso visa discutir os dados relativos à chegada dos primeiros humanos ao continente americano. Abordaremos o tema a partir dos dados e hipóteses arqueológicas produzidas desde o início das pesquisas até os dados mais atuais. Finalmente discutiremos o papel dos dados da Arqueologia brasileira para entender tal contexto.

Bibliografia Básica

ADOVASIO, James M., and Jack PAGE. 2011. "Os primeiros americanos." Tradução Renato Bittencourt – Rio de Janeiro: Record.
NEVES, W. 2006. Origens do homem nas Américas: fósseis versus moléculas? In Sila, H. e Rodrigues-Carvalho, C. Nossa Origem. O Povoamento da América. P. 45-76.
NEVES, Walter Alves Neves & PILO, Luis Beethoven. 2008. O Povo de Luzia. Rio de Janeiro: Globo.
Revista FUMDHAMentos 1, volume 1, São Raimundo Nonato, Piauí. 1993.
Revista FUMDHAMentos 7, São Raimundo Nonato, Piauí. 2008.

Bibliografia Complementar

DIAS, A. 2003. Diversificar para povoar: o contexto arqueológico brasileiro na transição Pleistoceno-Holoceno. Complutum, n.15:249-263.

ARAÚJO, A. 2004. A variabilidade cultural no período paleoíndio no Brasil (11.000 – 8.000 AP): algumas hipóteses. Revista do CEPA, v. 28, n. 39, p. 111-130.
DILLEHAY, Tom D. 1997. Onde estão os remanescentes ósseos humanos do final do Pleistoceno? Problemas e perspectivas na procura dos primeiros americanos. In: LAHR, Marta M. e NEVES, Walter (Org.). Dossiê Surgimento do Homem na América. Revista da USP. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, pg.24-33.
ROOSEVELT, Anna. A Entrada do Homem na América. 1999. In: TENÓRIO, M. C. (Org.), Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro, EdUFRJ, pp.19-32.
VIALOU, Agueda Vilhena. 2005. Pré-história do Mato Grosso: Santa Elina. Vol. 1 e 2. EdUSP.

SEMINÁRIOS EM TERRAS PRETAS DA AMAZÔNIA (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Esse curso foi projetado para aqueles que gostariam de ter um conhecimento mais profundo sobre as pesquisas em Terras Pretas de Índio como são popularmente conhecidos esses solos antropicamente enriquecidos, de alta fertilidade e resiliência distribuídos em toda Pan Amazônia. Os encontros semanais serão realizados na forma de seminários, produzidos pelos participantes e apresentação das pesquisas realizadas por autores relevantes que contribuíram para o desenvolvimento do tema. A bibliografia contemplará tanto o início dos primeiros trabalhos científicos levados a cabo na região de Santarém, como os resultados de pesquisas atuais, os seminários serão realizados com base na leitura de artigos, dissertações e teses produzidas sobre a região de Santarém, Itaituba e Arapiuns. Haverá também excursão a campo e trabalho em laboratório como parte da oficina prática do curso.

Bibliografia Básica

HARTT, C. F. 1885. Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. Achivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro 6:1-174.
KÄMPF, N., W. I. WOODS, D. C. KERN, E T. J. CUNHA. 2009. Classificação das Terras Pretas de Índio e Outros Solos Antrópicos Antigos, in As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas. Editado por W. G. Teixeira, D. C. Kern, B. E. Madari, H. N. Lima, and W. I. Woods, pp. 88-102. Manaus : Embrapa Amazônia Ocidental.
KERN, D. C, N. KÄMPF, W. I. WOODS, W. M. DENEVAN, M. L. COSTA, E F. J. L. FRAZÃO. 2009. Evolução do Conhecimento em Terra Preta de Índio, in As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas. Editado por W. G. Teixeira, D. C. Kern, B. E. Madari, H. N. Lima, and W. I. Woods, pp.72-81. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.
NETTO, L. 1885. Inves sobre Archeologia Brazileira. Achivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro v. 6.
NIMUENDAJÚ, C. 1949. Os Tapajó. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 10:93-106.

Bibliografia Complementar

MCCANN, J. M., W. I. WOODS, E D. W. MEYER. 2001. Organic Matter and Anthrosols in Amazonia: Interpreting the Amerindian Legacy. Sustainable Management of Soil Organic Matter. Editado por R. M. Rees, B. Ball, C. Watson, e C. Campbell, pp.180-189. Wallingford, UK: CAB, International.

REBELLATO L., W. I. WOODS, E E. G. NEVES. 2009. PreEuropean Continuity and Change in the Central Amazon, in Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision, Editado por W. I. Woods, W. G. Teixeira, J. L, C. Steiner, A. WinklerPrins, L. Rebellato, pp. 15-32. Berlin: Springer.

SCHIFFER, M. B. 1987. A formação do Registro Arqueológico. Formation processes of the archaeological record. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press

WOODS, W. I., E J. M. MCCANN. 2001. El Origen y Persistencia de las Tierras Negras de la Amazonía. In Desarrollo Sostenible en la Amazonia: Mito o Realidad? Editado por M. Hiraoka e S. Mora, pp. 23-30. Ecuador-Quito: Editorial Abya-Yala,

WOODS, W. I., E J. M. MCCANN. 1999. The Anthropogenic Origin and Persistence of Amazonian Dark Earths, in Yearbook 1999 - Conference of Latin Americanist Geographers. Editado por C. Caviedes, Vol.25, pp. 7-14. Austin: University of Texas Press.

TÉCNICAS DE REGISTRO VISUAL DE ARTE RUPESTRE (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Disciplina de caráter técnico e prático sobre o registro visual da arte rupestre com Foco na Fotografia Digital. : Fotografia, Frotagem, decalque em plástico, decalque digital, Tratamento digital de Imagens.

Bibliografia Básica

PESSIS, A-M. 2000. Registro Visual na Pesquisa em Ciências Humanas. Editora Universitária. UFPE, Recife.

_____1986. Da Antropologia Visual à Antropologia Pré-histórica. Clio, Revista do Mestrado em História. Série Arqueológica – 3. N.8. UFPE, Recife,PP.153-161.

VALLE, R. 2006b. Gravuras Rupestres do Seridó Potiguar e Paraibano, Um estudo técnico e cenográfico, novos aportes. Anais do II Simposio de Povoamento Pré-histórico das Américas, São Raimundo Nonato, Piauí.http://www.fumdham.org.br/fumdhamentos7/artigos/23%20Raoni.pdf

Bibliografia Complementar

BEDNARIK, Robert. 2007. Rock Art Science. Aryan Books, New Delhi, Snd Edition;

WHITLEY, David S. (Ed.). 2001 Handbook Of Rock Art Research. Altamira Press Califórnia. Us.

CHIPPINDALE, C. Taçon, P. (eds.) .1998. Archaeology of Rock-Art, Cambridge University Press, UK.

CHIPPINDALE, C. and Nash, G. (eds.) .2004. Pictures in Place-The figured landscape of rock-art. Cambridge University Press, UK.

BAHN, P. & VERTUIT, J. 1988. Images of The Ice Age. Winward, Leicester, UK.

TEORIA CONTEMPORÂNEA DA ARQUEOLOGIA (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Caracterização da diversidade teóricas em trabalhos de Arqueologia produzidos

em diversos contextos sociais e geográficos. Serão abordados temas como o pós-modernismo, arqueologias pós-coloniais, arqueologias indígenas, arqueologias feministas e de gênero, Arqueologia política, Arqueologia do presente e etnografias arqueológicas.

Bibliografia básica

KUHN. T. 1970. Estrutura das Revoluções Cientificas. São Paulo: Editora Perspectiva.

MIGNOLO, W. 2008. "Desobediência Epistêmica: A Opção Descolonial E O Significado De Identidade Em Política". Cadernos de Letras da UFF, n. 34.

HABER, A. F. 2011. Nometodología Payanesa: Notas de Metodología Indisciplinada. Revista de Antropología, n. 23a.

Bibliografia complementar

MCGUIRE, R H.. 1999. A Arqueologia como ação política: O projeto Guerra do Carvão do Colorado. Revista do MAE 3: 387-397.

GNECCO, C; AYALLA, P. R ¿Qué hacer? Elementos para una discusión. GNECCO, C; AYALLA, P. R (org.). 2010. Pueblos indígenas y arqueología en América Latina. Bogotá: Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales Banco de la República; CESO, Facultad de ciencias sociales, Universidad de los Andes.

NEUMANN, M. A. 2008. Por uma Arqueologia simétrica. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 5, p. 82-95.

KOIDE, K., FERREIRA, M. T. & MARINI, M. 2014. Arqueologia e a crítica feminista da ciência: Entrevista com Alison Wylie. scientiæ zudia, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 549-90.

GONZALEZ-RUIBAL, A. 2012. Hacia otra arqueología: diez propuestas. Complutum, Vol. 23 (2): 103-116

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANÁLISE CERÂMICA (disciplina optativa)

Carga horária: 30h

Ementa – Esta disciplina se baseia e expande sobre os aprendizados adquiridos pela disciplina obrigatória "Análise de Material Cerâmico" para abordar a ideia de escolhas abertas às/aos ceramistas em diálogo com processos de transmissão social, como fatores que podem influenciar a continuidade de padrões tecnológicos e estilísticos, ou levar a mudanças.

Bibliografia Básica

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Para cozinhar... : as panelas da cerâmica paulista. Habitus. Goiânia, v. 18, n. 2, p. 501-538, jul./dez. 2020

SILVA, Fabíola. A aprendizagem da tecnologia cerâmica entre os Asurini do Xingu In: André Prous; Tânia Andrade Lima (Orgs.), Os ceramistas Tupiguarani, Belo Horizonte: Sigma. vol.3 – Eixos Temáticos, p. 7-26

Bibliografia Complementar

LIMA, T.A. 1986. Cerâmica indígena brasileira. IN: RIBEIRO, D. (org.). Suma Etnológica, vol.2 – Tecnologia Indígena. Petrópolis: Vozes

SYMANSKI, L.C. 2010. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). História Unisinos, vol. 14, n. 3, p. 294-310.

WÜST, I. 1999. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3, p. 303-317

TÓPICOS ESPECIAIS EM MATERIAIS LÍTICOS (disciplina optativa)
Carga horária: 30 h

Ementa – O propósito da disciplina é promover espaço para a discussão de uma ampla variedade de temas relacionados à tecnologia lítica. Poderão ser discutidos aspectos históricos, teóricos, classificatórios, analíticos, interpretativos e formas de divulgação destes conhecimentos. É também um espaço pensado para a abordagem de indústrias coleções líticas de diferentes contextos específicos como, por exemplo, os machados polidos da Amazônia, as pontas Clovis da América do Norte, as indústrias pleistocênicas da Serra da Capivara, os zoólitos dos Sambaquis, os muiraquitãs, a indústria lítica Itaparica e Umbu; uso do quartzo em Carajás, o microlítico do sítio Porto. …)

Bibliografia Básica

INIZAN, Marie-Louise et al. Tecnologia da pedra lascada. Revisão, atualizada e ampliada com definições e exemplos brasileiros por RODET, MJ e MACHADO, JR Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. 210pp, 2017.
PROUS, André. Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Archaeo, 2019.
LEROI-GOURHAN, Andre. O gesto e a palavra: técnica e linguagem. Edições 70, 1985.

Bibliografia Complementar

DIAS, Adriana Schmidt. Um réquiem para Clovis. Ocupações humanas e pesquisa arqueológica no Brasil, Boletim do Museu Goeldi p. 459, 2019.
RODET, Maria Jacqueline; DUARTE-TALIM, Déborah; SCHMITZ, Pedro Ignácio. As indústrias líticas antigas de Serranópolis (sítios GO-JA-03 e GO-JA-14). Revista de Arqueologia, v. 32, n. 1, p. 175-206, 2019.
PAGLI, M., de OLIVEIRA, L., & LOURDEAU, A. (2016). Proposta de sequência tecnocultural da Serra da Capivara (Piauí) do Pleistoceno final ao Holoceno recente. Revista Cadernos do Ceom, 29(45), 243-267.
MORAES, C. P., LIMA, A. M. A., & SANTOS, R. A. (2014). Os artesãos das Amazonas: a diversidade da indústria lítica dos Tapajó e o muiraquitã. In S. Rostain (Org.). Antes de Orellana - Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica (1. ed., pp. 133-140). Quito: Instituto Francés de Estudios Andinos.
ORICCHIO, Ivana; OKUMURA, Mercedes. Classificação paradigmática de zoólitos do Brasil meridional. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 18, n. 35, p. 174-197, 2021.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUEOBOTÂNICA (disciplina optativa)
Carga horária: 30 h

Ementa – Macrovestígios arqueobotânicas. Introdução a taxonomia vegetal e coleções de referência. Caracterização morfológica e anatômica detalhada de raiz, madeira, semente e fruto. Metodologias para coleta e preservação de material botânico. Elaboração de coleções de referência.

Microscopia aplicada a macrovestígios botânicos: triagem e determinação taxonomica. Quantificação e apresentação de dados.

Bibliografia Básica

BRANDÃO OLIVEIRA, José N. Anatomia das plantas superiores. Ponta Delgada, 2011.

SCHEEL-YBERT, Rita. Teoria e métodos em antracologia. 2. Técnicas de campo e de laboratório. Arquivos do Museu Nacional, v. 62, n. 4, p. 343-356, 2004.

SILVA, Francini Medeiros da; SHOCK, Myrtle Pearl; PRESTES CARNEIRO, Gabriela. Balaios de plantas e animais: conservação de macrovestígios orgânicos arqueológicos. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 279–305, 2020.

Bibliografia Complementar

BURGER, L.M. & H.G. RICHTER. 1991. Anatomia da Madeira. Nobel. 154 pp.

CLEMENT, C. R. Domesticação de paisagens e plantas amazônicas: A interação de etnobotânica, genética molecular e Arqueologia. In: Morcote-Rios, G.; Mora-Camargo, S.; Franky-Calvo, C. (Org.). Pueblos y paisajes antiguos de la selva amazónica. Bogotá: Univ. Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias, Taraxacum, p. 97-112. 2006.

GLIMN-LACY, Janice; KAUFMAN, Peter B. Botany illustrated: introduction to plants, major groups, flowering plant families, 2 ed. New York: Springer, 2006.

PEARSALL, Deborah M. 2015. Paleoethnobotany: A Handbook of Procedures, 3rd edition. Routledge.

SCHEEL-YBERT, Rita. Teoria e métodos em antracologia. 1. Considerações teóricas e perspectivas. Arquivos do Museu Nacional, v. 62, n. 1, p. 3-14, 2004.

SCHEEL-YBERT, R., KLÖKLER, D., GASPAR, M. D., & FIGUTI, L. Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 15, n.16, p. 139-163, 2006.

SHOCK, Myrtle Pearl; WATLING, Jennifer. Plantes et peuplement : questions et enjeux relatifs à la manipulation et à la domestication de végétaux au Pléistocène final et à l'Holocène initial au Brésil et en Amazonie. Brésil(s) - Sciences Humaines et Sociales, v.21, p.1 -26, 2022.

SILVA, F.M; SHOCK, M.P.; SCHEEL-YBERT, R. 2015. Coleção de referência de macrovestígios vegetais carbonizados para análises arqueobotânicas. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento 20:95-100.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUEOLOGIA HISTÓRICA (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Arqueologia Histórica: ênfase sobre o contexto Sul-Americano, compreendendo aspectos de teoria e métodos voltados para estudos de caso sobre temas relacionados à Arqueologia da Arquitetura; Arqueologia da resistência; Arqueologia e Gênero.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Patrícia Marinho de. 2018. Visibilidade do negro: Arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão-Vila Bela/MT. Tese de doutorado.

COSTA, D. M. Arqueologia Histórica Amazônida: entre sínteses e perspectivas. Revista de Arqueologia, v. 30, n. 1, p. 154–174, 2017.
DE ABREU E SOUZA, R. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 36–62, 2015. DOI: 10.31239/vtg.v9i2.10572.
FUNARI, P.P.A; ZARANKIN, Andrés; REIS, J.A. (orgs.). 2008. Arqueologia da Repressão e da Resistência (décadas de 1960- 1980). São Paulo: Annablume.
NOVAES, Luciana de Castro Nunes. A morte visível e a vida invisível: Um estudo sobre o assentamento de Exu e a Paisagem Sagrada da Enseada de Água de Meninos, Salvador. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

Bibliografia Complementar

LEMOS, Caroline Murta. Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2019.
MORAES, Irislane Pereira de. ARQUEOLOGIA 'NA FLOR DA TERRA' QUILOMBOLA: ANCESTRALIDADE E MOVIMENTOS SANKOFA NO TERRITÓRIO DOS POVOS DO APROAGA - AMAZÔNIA PARAENSE. Tese (Doutorado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.
RIBEIRO, Loredana. Cativos do Diamante. Etnoarqueologia, Garimpo e Capitalismo. Revista Espinhaço. UFVJM, [S.l.], p. 153-167. 2017.
RIBEIRO, Loredana. María, Parvoa Exposta, Domingos, Padre Maculado. Ensaio de Arqueologia Micro Histórica. Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 132–180, 2012. DOI: 10.31239/vtg.v6i2.10632.
ZARANKIN A. & SALERNO, M. 2007 El sur por el sur. Una revisión de la arqueología histórica sudamericana. Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica 1 (1): 5-25

TÓPICOS ESPECIAIS EM ETNOARQUEOLOGIA (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Disciplina complementar à obrigatória de Etnoarqueologia devido à redução de sua carga horária de 60 para 30 horas. Portanto, segue a mesma ementa e bibliografia. Trata de uma introdução a todas as práticas e reflexões que se estabelecem em torno da interface Arqueologia Ocidental e Sistemas de Conhecimento não-Ocidentais, da Analogia Etnográfica do século XIX até as Arqueologias Indígenas Decoloniais do século XXI. Trata-se, pois, do choque, do embate, do contato, da comparação, da interação, do diálogo e das trocas entre uma epistemologia ética (ocidental, de fora, olhar etnográfico e arqueológico) e as epistemologias êmicas (conhecimentos internos às sociedades não-ocidentais). Divide-se em 1) Antes da Etnoarqueologia: a Analogia Etnográfica; Precedente Etnográfico; Paralelo Etnográfico; Analogia Etnográfica Indireta/geral;

Abordagem Histórico Direta; Relações de relevância; 2) O surgimento da Etnoarqueologia: de estratégia de formulação e teste de hipóteses à subdisciplina arqueológica – Questões Processualistas; 3) O Pós-Processualismo e mudanças epistemológicas e teóricas nos problemas etnoarqueológicos; 4) Depois da Etnoarqueologia: Ecletismo Epistemológico, Descolonização, Multivocalidade e Autonomia dos Regimes de Historicidade; 5) A Etnoarqueologia no Brasil/Amazônia.

Bibliografia Básica

ANDRELLO, Geraldo (org.) (2012). Rotas de Criação e Transformação : Narrativas de Origem dos Povos Indígenas do Rio Negro / Organização Geraldo Andrello. -- São Paulo : Instituto Socioambiental ; São Gabriel da Cachoeira, AM : FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; AZKÁRRAGA, J.M.; BONET, H. (Coord.) (2009). Mundos Tribales - Una Visión Etnoarqueológica. Museu de Prehistòria de València. València, ES.

SILVA, F. A. 2009. A Etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 4(1):27-37.

Bibliografia Complementar

DE CARVALHO, Patrícia Marinho (2015) A Travessia Atlântica de Árvores Sagradas: Etnoarqueologia e Estudos de Paisagem no Quilombo do Boqueirão - Vila Bela - MT. Teoria e Sociedade nº 23.1 - janeiro - junho.

DE OLIVEIRA, Jorge Eremites (2015) Arqueologia de Contrato, Colonialismo Interno e Povos Indígenas. Amazôn., Rev. Antropol. (Online) 7 (2): 354-374.

GONZALES-RUIBAL, A., ALMUDENA, H., Politis, G. (2011). Ontology of the self and material culture: Arrow-making among the Awáhunter–gatherers (Brazil). Journal of Anthropological Archaeology Volume 30, Issue 1, March 2011, Pages 1-16

GREEN, L.F., GREEN, D.R., NEVES, E.G., (2003) Indigenous knowledge and archaeological science. Journal of Social Archaeology 3(3)Vol 3(3): 366–398.

LEWIS-WILLIAMS, D. (1991) Wrestling with Analogy:A Methodological Dilemma in Upper PalaeolithicArt Research. Proceedings of the Prehistoric Society 57, part 1, 1991, pp. 149-162.

NEVES, E. G. (2006). Tradição Oral e Arqueologia na História Indígena do Alto Rio Negro. In: Forline, L. C.; Murrieta, R. S. S.; Vieira, I. C.G. (Orgs.), Amazônia: Além dos 500 anos, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp.71-108.

POLITIS, G. 2016. Nukak: Ethnoarchaeology of an Amazonian People. Routledge, London. 412 p.

SALLES, Juliana Machado (2009) Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 57-70, jan.- abr.

SILVA, F.A. (2011) Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Koatinemo, Rio Xingu, Pará. Amazônica 3 (1): 32-59.

SILVA, F.A. (2012) O Plural e o Singular das Arqueologias Indígenas. Revista de Arqueologia Volume 25 - N.2: 24-42 – 2012.

SILVA, F.A. (2002) Mito e Arqueologia: A Interpretação dos Asurini do Xingú sobre os Vestígios Arqueológicos Encontrados no Parque Indígena Kuatinemu, Pará. Horizontes Antropológicos,

Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 175-187.
WUST, I. 1992. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia 2: 13-26

TÓPICOS ESPECIAIS EM ETNOBIOLOGIA E ECOLOGIA HISTÓRICA

(disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Ementa – Esta disciplina propõe fornecer um panorama introdutório das abordagens e ferramentas teórico-metodológicas da Etnobiologia e da Ecologia Histórica. A Etnobiologia estuda a relação entre a diversidade sociocultural das comunidades tradicionais com o ambiente e seus constituintes, focando no conhecimento ecológico tradicional, nos sistemas de classificação e nas práticas de conservação e de manejo resultantes destas interações. A Ecologia Histórica estuda as interações ao longo do tempo entre sociedades humanas, não-humanas e paisagens procurando compreender como estas interações interferem na organização social e na formação das paisagens com enfoque para escalas espaciais e temporais dessa dinâmica.

Bibliografia Básica

BALÉE, W. O Programa de Pesquisa da Ecologia Histórica. (Tradução). Cadernos do Lepaarq. V.14, n.28, p. 180-212, 2017.
CARNEIRO DA CUNHA, M; MAGALHÃES, S.B; ADAMS, C. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico]: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças / São Paulo: SBPC, 2022.
DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
RIBEIRO, B.G. 1987 Suma Etnobiológica Brasileira. Etnobiologia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Finep, V. 1.
SCOLES, R. Do Rio Madeira ao Rio Trombetas, novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. Novos Cad. NAEA 2011, 14, 265–282.

Bibliografia Complementar

LAZOS-RUIZ, A.E.; RODRIGUES, A.F.; SALES, G.P.d.S.; BRASIL, L.S.C.d.A.; FRAGA, J.S.; D'OREY, M.; SOLORZANO, A.; OLIVEIRA, R.R.d. Historical Ecology in Brazil: A Systematic Mapping of Scientific Articles (1998–2021). Sustainability 2021, 13, 11526. https://doi.org/10.3390/su132011526
MAGALHÃES, M. P. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi 2013, 8, 381–400.
ODONNE, G; MOLINO, J-F. J. Methods in Historical Ecology. Insights from Amazonia. London: Routledge. 2020.
POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, D. (ed.). Suma Etnológica Brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. 3a. Edição, Vol. 1, Petrópolis:

Vozes/FINEP, 1997, p. 1-15.

TÓPICOS ESPECIAIS EM TRABALHO DE CAMPO (disciplina optativa)

Carga horária: 60 h

Ementa – O propósito da disciplina é oferecer experiências variadas de campo na Arqueologia transformando oportunidades de projetos de pesquisa de docentes e parceiros da Ufopa em experiências pedagógicas de ensino prático para discentes do Bacharelado de Arqueologia.

Bibliografia Básica

MEDEIROS DA SILVA, Francini; SHOCK, Myrtle Pearl; PRESTES CARNEIRO, Gabriela. Balaios de plantas e animais: conservação de macrovestígios orgânicos arqueológicos. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 279–305, 2020.

ROCHA, B.; BELETTI, J; PY-DANIEL, A.; MORAES, C.; HONORATO, V. (2014). Na margem e à margem: Arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. Amazônica, Revista de Antropologia, v. 6, n. 2, p. 358-384.

SOUZA, Sheila Mendonça de; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. 'Ossos no chão': para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, p. 551-566, 2013.

Bibliografia Complementar

ALLEN, Scott; PORSANI, Jorge; POLUHA, Bruno. Geofísica arqueológica no ambiente da Arqueologia urbana: Proposta metodológica para projetos públicos. Revista de Arqueologia, v. 30, n.1, p. 235-254, 2017.

BARRETO, Bruno; PEREIRA, Daiane. Onde estão as quadrículas? A decapagem mecânica e suas contribuições para o estudo de unidades domésticas no contexto da Arqueologia preventiva. Revista de Arqueologia, v. 36, n. 1, p. 199-224, 2023.

CARNEIRO, Carla Gibertoni ; LIMA, Silvia Cunha . Experiências em Conservacão e Educacão Patrimonial no contexto de escavacões arqueológicas. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia , v. 18, p. 331-335, 2008.

LORÊDO, Wanda Martins. Manual de Conservação em Arqueologia de Campo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Departamento de Proteção, 1994.

SYMANSKY, Luis Claudio; SOUZA, Marcos André Torres de (org.) Arqueologia Histórica Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 696 p. 2022.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ZOOARQUEOLOGIA (disciplina optativa)

Carga horária: 30 h

Nesta disciplina pretendemos abordar e discutir as relações gente-animais em suas múltiplas esferas: paleoambientais, econômicas, simbólicas e afetivas, a partir do cruzamento de olhares entre Arqueologia, Biologia, Antropologia e Etnohistória. Pretendemos compreender como paisagens, animais, não-humanos e diferentes sociedades humanas da América do Sul vêm interagindo ao longo do tempo, com olhar atento para as modificações e vestígios decorrentes destas relações. Como pensar nos ambientes que estamos estudando e como eles vem sido usados e transformados

ao longo do tempo? Como refletir sobre as receitas e "comidas do passado", como reconstruir os gestos do passado ligados à caça, pesca, preparo de alimentos e como eles vem sido transmitidos? E finalmente, como estes gestos e objetos do passado dialogam com o nosso hoje? Na segunda parte, iremos verificar diferentes casos de relações gente-animais nas paisagens.

Bibliografia Básica

Vander Velden, F. F. 2009. Sobre cães e índios: domesticidade, classificação zoológica e relação humano-animal entre os Karitiana. Avá. Revista de Antropología, (15): 125-140.

SA-LEITÃO-BARBOZA, M.; MUZANZU, C.R; SOUZA, I. A. S.; MOURA, B. M.; PEREIRA, A. L. 2021. Confluência de saberes e sabores do axé: vivências alimentares e pedagógicas em uma casa religiosa de matriz africana na Amazônia. In: OLIVEIRA, J. G. de; NAZARETH, H. D. G. de; SANTOS, N. O. dos. (Org.). Mambu: educação para as relações étnico-raciais. 1ª ed. Rio de Janeiro, Pachamama, p. 1-13.

Bibliografia Complementar

Aparicio , M. 2019. A planta da raiva. Timbó e envenenamento nos Suruwaha dos Purus. In: Labate, B. C. e Goulart, S.L. (eds) O uso de plantas psicoativas nas Américas. Rio de Janeiro: Gramma editora, pp. 107-124.

Coelho-Costa, E. R. 2016. Nos banquetes de candomblé os deuses comem: representatividade mitológica nas comidas de santo. Ágora, 18(1), 78-86.

KLOKLER, D.M. 2013. Consumo Ritual, Consumo no Ritual: festins funerários e sambaquis. Goiânia, Revista Habitus, Volume 10, Numero 1: 83-104.

Leitão-Barboza, R.S., Leitão-Barboza, M.S., Pezzuti, J.C.B., 2013. "Estava pescando de malhadeira, vi na praia uns cascos brilhando, era luar, abeirei a terra e fui pegar": práticas de pesca de quelônios na várzea amazônica (Santarém-PA). Amazônica-Revista de Antropologia, 5(3), 622-653.

Souto e Martins 2009. Conhecimentos etnoecológicos na mariscagem de moluscos bivlaves no Manguezal do distrito de Acupe- Santo Amaro (BA). Biotemas. 22 (4): 207-218

Tukano, João Paulo Lima Barreto. Wai-Mahsã: Peixes e Humanos Um ensaio de Antropologia Indígena. Dissertação de mestrado. 2013. (páginas 13-19; 36-51).

Vieira, Angélica Maia. 2019. Notas etnográficas de uma pesca Paumari. Trabalho apresentado na 29a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 a 06 de Agosto de 2014, Natal/RN.

Wai Wai, Roque Yaxikma. Uma descrição etnográfica sobre os instrumentos musicais Wai Wai Raatî. Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará.

LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS I

(disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas)

Carga horária: 60 h

Ementa – A primeira disciplina de laboratório de textos está voltada para a apresentação de conceitos gerais da Arqueologia e Antropologia. A disciplina usa como textos de referência os textos trabalhados em outras disciplinas e os textos da bibliografia básica e complementar. Como

esta é uma disciplina continuada cujo objetivo principal é garantir a permanência e auxílio de aprendizagem de discentes indígenas e quilombolas, atuando dentro das polícias de ações afirmativas e educação intercultural, a leitura, compreensão e discussão dos textos são trabalhadas em todas as aulas. Neste primeiro módulo são trabalhados, além de conceitos introdutórios da Arqueologia e Antropologia, as formas básicas de avaliações (fichamento, resenha, resenha crítica, seminário) e estruturação do texto acadêmico.

Bibliografia básica

DA MATTA, Roberto. 1981. Relativizando. Uma Introdução à Antropologia. Petrópolis: Vozes.
JOHNSON, Matthew. 2000. Teoría Arqueológica: una introducción. Barcelona:Ariel.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. 2001. Metodologia do trabalho científico. 6.ed. São Paulo: Atlas. 219 p.

Bibliografia Complementar

CANDAU, V.M. 2009. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras.
BERGAMASCHI, Maria Aparecida. 2014. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande Tellus, ano 14.
MEC. 2006. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.BRASILIA.
SILVA, Luciano Pereira da. 2007. Arqueologia e ensino superior indígena: uma experiência na Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Barra do Bugres 2006-2007. Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados.
SOUZA LIMA; HOFFMANN (org). 2007. Desafios para uma Educação superior para os povos indígenas no Brasil: Políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. LACED – Departamento de Antropologia, Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro.

LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS II

(disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas)
Carga horária: 60 h

Ementa – O segundo laboratório de textos buscará aprofundar o que já foi observado no primeiro,, visto que esta é uma disciplina continuada cujo objetivo principal é garantir a permanência e auxílio de aprendizagem de discentes indígenas e quilombolas, atuando dentro das polícias de ações afirmativas e educação intercultural. Neste segundo módulo da disciplina são trabalhados conceitos metodológicos, teóricos e práticos da Arqueologia e Antropologia. Também será dada continuidade no aprimoramento das técnicas de escrita e apresentação de trabalho (fichamento, resenha, resenha crítica, seminário) e estruturação do texto acadêmico, ademais o trabalho com a importância e uso da história oral/narrativas será iniciado.

Bibliografia básica

GIL, Antonio Carlos.1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas.
MAYR, Lucy. 1984. Introdução à Antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
RENFREW, C. e Bahn, P. 2004. Arqueologia: Teoria, Métodos y Practica. Madrid, Ediciones Akal SA.

Bibliografia Complementar

CANDAU, V. M.; RUSSO, K. 2010. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plurão, original e complexta. Ver. Diálogos Educacionais. Curitiva, v.10, n.29.
LUCIANO, Gersem dos Santos. 2009. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. NASCIMENTO et al. Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades.
MEC. 2006. Uma história do povo Kalunga – livro do aluno (2ª edição).
SILVA; ET AL. 2012. Indígenas na universidade brasileira: sonho, esperança ou pesadelo. Universidade de Brasília. Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva, v.6, n. 1.
SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org). 2016. A educação superior de indígenas no Brasil: Balanços e perspectivas LACED – Departamento de Antropologia, Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro.

LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS III

(disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas)
Carga horária: 60 h

Ementa – O terceiro laboratório de textos, fará uma revisão do que foi trabalhado nos últimos 2 módulos, ao mesmo tempo que continuará o trabalho de compreensão de texto das outras disciplinas ofertadas pelo curso. O caráter continuado da disciplina permite um acompanhamento contínuo focado exatamente nas necessidades dos discentes indígenas e quilombolas. auxíliosNeste terceiro módulo da disciplina são trabalhados além dos diversos conceitos e leitura de textos das disciplinas da Arqueologia e Antropologia, a produção de textos acadêmicos mais complexos, como artigos, relatórios e pré-projetos.

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. 2002.Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. 2002. Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro.
DEMO, Pedro. 2000. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

CANDAU, V.M. 2009. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras.
LUCIANO, Gersem dos Santos. 2009. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. NASCIMENTO et al. Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades.
MEC. 2006. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.BRASILIA.
SOUZA LIMA; HOFFMANN (org). 2007. Desafios para uma Educação superior para os povos indígenas no Brasil: Políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. LACED – Departamento de Antropologia, Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro.

WALSH, Catherine. 2009. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções,tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras.

LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS IV

(disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas)

Carga horária: 60 h

Ementa – A estrutura do quarto laboratório de textos está relacionada ao momento no qual os discentes se encontram na grade curricular, pois, tanto discentes de vários períodos se matriculam nessas disciplinas. Assim, a disciplina continuará a apresentar e discutir com os discentes indígenas e quilombolas as noções e conceitos gerais da Arqueologia e Antropologia. Neste quarto módulo da disciplina são trabalhados além dos diversos conceitos e leitura de textos das disciplinas da Arqueologia e Antropologia, a apresentação oral dos trabalhos produzidos, a produção de resumos e definição de palavras-chave.

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. 2002. Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002. Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro.

ECO, Umberto. 2003. Como se faz uma tese. 18. ed. São Paulo: Perspectiva. 170 p.

Bibliografia Completa

CAJUEIRO, Rodrigo. 2018. Os povos indígenas em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais do Brasil: levantamento provisório de ações afirmativas e de licenciaturas interculturais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Projeto Trilhas de Conhecimento: o Ensino Superior de Indígenas no Brasil.

CARVALHO, José Jorge de. 2004. As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. Universidade de Brasília: Série Antropologia, v. 358.

CARVALHO, José Jorge de. 2006. O Confinamento Racial do Mundo Acadêmico Brasileiro. Universidade de Brasília. Brasília: Série Antropologia, v. 395.

GALLOIS et al. 2016.. Etnologia brasileira: Alguns caminhos de uma antropologia indígena. Brésil(s) [En ligne], 9 | 201.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E NA PESQUISA. 2015. Encontro de saberes nas universidades: Bases Para Um Diálogo Interepistêmico. Universidade de Brasília. Brasília.

LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS V

(disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas)

Carga horária: 60 h

Ementa – O quinto laboratório de textos visa continuar a apresentação de conceitos e a leitura/compreensão de textos. Esta disciplina é continuidade das outras disciplinas de laboratório de texto, mas com a diversidade de discentes de diferentes anos, a sua estrutura precisa ser flexível.

Neste quinto módulo da disciplina são trabalhados além dos diversos conceitos e leitura de textos das disciplinas da Arqueologia e Antropologia, a escrita e apresentação de projetos serão privilegiadas para discentes próximos de se formarem. Será dado um especial foco na elaboração de projetos de pesquisa relacionados aos trabalhoS de conclusão de curso.

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002. Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro.

GIL, Antonio Carlos.1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas.

RENFREW, C. e Bahn, P. 2004. Arqueologia: Teoria, Métodos y Practica. Madrid, Ediciones Akal SA.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. 2002. Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro

CANDAU, V.M. 2009. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras.

LUCIANO, Gersem dos Santos. 2009. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. NASCIMENTO *et al.* Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades.

MEC. 2006. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. BRASILIA.

TRINDADE DOS SANTOS, Creuza Andréa; CHAVES, Mayco Ferreira (orgs.) Guia para a elaboração e apresentação da produção acadêmica da Ufopa, 2. ed., rev. E atual. – Santarém: UFOPA, 2019.

LABORATÓRIO DE TEXTOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS VI

(disciplina optativa para estudantes indígenas e quilombolas)
Carga horária: 60 h

Ementa – O sexto laboratório de textos visa continuar a apresentação de conceitos e a leitura/compreensão de textos. Esta disciplina é continuidade das outras disciplinas de laboratório de texto, mas com a diversidade de discentes de diferentes anos, a sua estrutura precisa ser flexível. Neste sexto módulo da disciplina são trabalhados além dos diversos conceitos e leitura de textos das disciplinas da Arqueologia e Antropologia, a escrita dos TCCs serão privilegiadas para discentes em finalização do curso.

Bibliografia básica

FARIA, Ana Cristina de. Manual prático para elaboração de monografias :trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Elizabeth As três metodologias :acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

TRINDADE DOS SANTOS, Creuza Andréa; CHAVES, Mayco Ferreira (orgs.) Guia para a elaboração e apresentação da produção acadêmica da Ufopa, 2. ed., rev. E atual. – Santarém: UFOPA, 2019.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. História v. 30, p. 349-371, 2011.
KLEIN, Tatiane Maíra; PEREIRA, Levi Marques. Resistências epistemológicas: entrevista com Dominique Tilkin Gallois. Tellus, p. 441-472, 2021.
FRANCHETTO, B. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. Mana, v. 14, p. 31-59, 2008.
FRANCHETTO, Bruna (org.). Pesquisas indígenas na universidade. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.
VALADARES, J. M.; PERNAMBUCO, M. M. C. A.. Criatividade e silêncio: encontros e desencontros entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico em um curso de licenciatura indígena na Universidade Federal de Minas Gerais. Ciência & Educação, v. 24, n.4, p. 819-835, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

ANEXO II - REGULAMENTO PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Arqueologia do Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, no uso de suas atribuições legais, resolve estabelecer a regulamentação para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obrigatório no curso de Arqueologia, na forma seguinte:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Arqueologia da UFOPA, componente do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), indispensável para a outorga de grau, conforme legislações vigentes.

Art. 2º A/O discente terá na grade curricular do curso a disciplina Projeto de Pesquisa com carga horária de 60 (sessenta) horas no sétimo semestre, sob a responsabilidade de um docente do colegiado, e a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, com carga horária de 120 (cento e vinte) horas, no 8º (oitavo) semestre do curso, sob a responsabilidade de um docente orientador.

Parágrafo Único A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso configura-se na etapa de orientação de elaboração da Monografia ou TCC Audiovisual, como modalidades de TCC estabelecidas para o Curso de Arqueologia, enquanto que a disciplina Projeto de Pesquisa tem como objetivo preparar o projeto que será desenvolvido no semestre seguinte.

Art. 3º Cada orientador/a é responsável pela orientação do projeto que propõe e/ou constrói junto com a/o discente. Sendo possível a troca de orientador/a ou a execução de um projeto não defendido por outro discente.

Parágrafo único, dentre as responsabilidades da orientação está a contagem da carga horária das atividades complementares exigidas no PPC, 240 (duzentas e quarenta horas) ao longo de todo o curso.

DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 4º O docente orientador da disciplina TCC será indicado no ato da matrícula, observando a disponibilidade de professores habilitados a essa função conforme descrito no Art. 9º.

Parágrafo Único. A matrícula em TCC fica condicionada à aprovação do docente indicado/a e da coordenação do curso.

Art. 5º A solicitação da Matrícula em TCC será realizada via Requerimento preenchido pelo aluno/a e entregue na Secretaria Acadêmica do Instituto, juntamente com o Projeto de TCC/ou Termo de Aceite para Orientação em TCC, assinado pelo discente e orientador, conforme calendário de matrícula.

§ 1° A coordenação do curso, fará a supervisão das matrículas.

§ 2° Havendo a entrega do requerimento e Termo de Aceite à Coordenação Acadêmica efetivará a Matrícula.

§ 3° Caso o discente entregue apenas o Projeto de TCC à Coordenação de Curso indicará um possível orientador a ser aprovado posteriormente pelo Colegiado do Curso, para então efetivação da matrícula, conforme Art. 10º.

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E FORMATAÇÃO DO TCC

Art. 6º A entrega do TCC e a Defesa serão obrigatórias para a obtenção do Grau de Bacharel em Arqueologia, sendo requisito obrigatório para a obtenção do Diploma.

§ 1° Para fins de avaliação e integralização curricular, o TCC poderá ser apresentado no formato de monografia ou peça audiovisual acompanhado por trabalho escrito (TCC Audiovisual).

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 7º A Monografia resultará de uma pesquisa individual utilizando abordagens qualitativa, quantitativa ou mista em um dos campos do conhecimento do curso de Arqueologia, podendo ter como base revisões bibliográficas ou trabalhos originais, a proposta do discente deverá estar em concordância com seu orientador. No formato de monografia, o TCC deverá ter no mínimo 35 páginas, respeitando-se as normas presentes no Guia para a elaboração e apresentação da

produção acadêmica da Ufopa, disponibilizado pela Biblioteca Central da universidade.

§ 1° Em consonância com o PPC do Curso e o PDI da Instituição se estimulará monografias cujos resultados sejam frutos da integração entre ensino, pesquisa e extensão, realizados ao longo do curso.

§ 2° Visto o caráter interdisciplinar da Arqueologia, apresentado no PPC, serão aceitos projetos que dialoguem com outras áreas de conhecimento, sendo portanto aceitos orientadores de outros cursos da UFOPA desde formalizado nos NDEs envolvidos. Colaboradores de instituições que não sejam de ensino poderão atuar como co-orientadores, tendo um docente do colegiado como orientador.

Art. 8º Os textos do TCC deverão ser apresentados de acordo com o Guia de Normalização da Produção Científica e das Diretrizes estabelecidas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) vigentes da UFOPA.

Parágrafo Único. Havendo atualização do referido Guia ou diretrizes, prevalecerá a sempre última versão do mesmo.

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DA PEÇA AUDIOVISUAL ACOMPANHADO POR TRABALHO ESCRITO (TCC AUDIOVISUAL)

Art. 9º O TCC audiovisual tem como formato peça audiovisual acompanhado de um trabalho escrito mais simplificado, para fins de avaliação e integralização curricular.

§ 1° - A duração mínima a ser observada é de 15 minutos (formato curta-metragem) e duração máxima de 45 minutos (média-metragem).

§ 2° - O curso de bacharelado em Arqueologia não possui os recursos técnicos nem humanos para viabilizar as produções audiovisuais dos estudantes. Portanto, àqueles interessados em utilizar a alternativa de TCC audiovisual devem também assegurar-se dos meios técnicos necessários para a produção das peças audiovisuais de suas respectivas pesquisas.

§ 3° - O trabalho de conclusão de curso em formato audiovisual deverá ser produzido de forma a demonstrar o protagonismo autoral do discente. Isto é, mesmo em caso de uma produção coletiva que conte com a colaboração técnica de outras pessoas, o discente deve ser capaz de demonstrar o caráter preponderante de seu envolvimento autoral na realização

da peça audiovisual.

§ 4° - Será exigida coerência temática pertinente, tendo-se em vista a área de conhecimento do curso de bacharelado em Arqueologia. Ou seja, o tema central do trabalho tem que ser demonstradamente conexo a temas e questões arqueológicas.

§ 5° - O gênero da obra e a sua linguagem preferencialmente devem se relacionar aos formatos de vídeo documentário descritivo-analítico ou de videojornalismo investigativo-informativo, mas não exclusivamente, podendo assumir outros formatos de estrutura narrativa e linguagens exploratórias mais subjetivas, como por exemplo o gênero Docudrama em que elementos de uma narrativa ficcional são misturados ao realismo documental.

§ 6° A peça audiovisual deverá obrigatoriamente ser acompanhada de um trabalho escrito mais simplificado do que uma monografia. O tamanho mínimo da peça escrita deverá ser de 15 páginas e o tamanho máximo deverá ser de 45 páginas. As duas peças, a audiovisual e a escrita, deverão ser marcadamente complementares e serão avaliadas como um conjunto integrado pela comissão avaliadora. O trabalho escrito deverá demonstrar em linguagem clara, seguindo as regras da ABNT, o recorte temático da peça, seu contexto de produção (descrever como o trabalho foi feito, explicando sobre as escolhas de estrutura narrativa e de linguagem audiovisual), seus objetivos, aspectos teórico-metodológicos e uma reflexão a respeito de como a peça audiovisual realizada dialoga com discussões arqueológicas contemporâneas relevantes. A estrutura organizacional básica do trabalho deverá conter 4 partes: a) Introdução (apresentação do tema ou questão e resumo dos conteúdos do trabalho escrito/audiovisual); b) Desenvolvimento (objetivos, metodologia, discussão teórica); c) Conclusão (reflexão sobre o diálogo e a relação com a Arqueologia contemporânea); d) referências bibliográficas citadas.

DA ORIENTAÇÃO

Art. 10 A atividade de orientação será individual e o/a orientador/a deverá ser portador do título de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu e fazer parte do Quadro de Docentes do Curso de Arqueologia, preferencialmente, mas serão aceitos Docentes de outros cursos da Ufopa.

§ 1º Será considerado do quadro do curso de Arqueologia os docentes que efetivamente

ministram disciplinas no referido curso e/ou fazem parte do Núcleo Docente Estruturante (NDE), mesmo que sejam de outros cursos da UFOPA.

§ 2º Cada orientador poderá orientar e cadastrar no seu RIT/PIT, simultaneamente, no máximo, cinco trabalhos ou TCC´s de qualquer natureza (graduação e pós-graduação), com Carga Horária Semanal de 1 (uma) hora por orientando de TCC de Graduação, salvo disposições em contrário, conforme norma vigente na UFOPA.

§ 3º Nos casos de não haver disponibilidade de docentes do curso, docentes de outras subunidades e unidades acadêmicas da UFOPA poderão ser indicados/as pelo Colegiado do Curso. Se o/a indicado/a demonstrar interesse na orientação, o mesmo será direcionado pela coordenação do curso sobre os procedimentos internos do curso.

Art. 11 A Coordenação ou Colegiado do Curso poderá homologar a indicação de Coorientador/a, em casos específicos, quando solicitado e justificado via requerimento encaminhado pelo orientador/a.

§ 1º Docentes do próprio curso, da UFOPA ou de outra instituição de ensino de nível superior, portadores do título de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, e ainda detentores de conhecimentos em áreas correlatas e complementares à Arqueologia poderão atuar como Coorientadores.

§ 2º Para os Coorientadores será emitido declaração comprobatória da sua participação, pela coordenação de curso.

§ 3º As atividades e competências referentes à Coorientação serão estabelecidas pelo orientador/a em comum acordo com o discente e o Coorientador.

§ 4º Recomenda-se a participação do Coorientador como membro adicional na composição da banca avaliadora.

Art. 12 Compete ao Orientador:

I - Acompanhar a execução do TCC em todas as suas etapas;

II - Organizar um cronograma com seu orientando visando otimizar o tempo para analisar os dados referentes à sua pesquisa e o acompanhamento da efetiva execução das pesquisas/elaboração do trabalho;

III - Realizar orientações pertinentes a método, metodologias e padrões de formatação exigidos que estejam sempre em consonância com as normas técnicas da instituição;

IV - Diagnosticar problemas e dificuldades que, por qualquer motivo, estejam interferindo

no desempenho do estudante, e orientá-lo na busca de soluções;

V - Manter a Coordenação do Curso informada sobre as atividades desenvolvidas pelo orientando, bem como solicitar providências que se fizerem necessárias ao atendimento do discente na sua vida acadêmica;

VI - Cientificar imediatamente a Coordenação de Curso sobre problemas porventura existentes no andamento do trabalho do orientando.

VII - Apresentar relatório de contagem de Carga Horária de Atividades Complementares à Coordenação de Curso do próprio orientando.

Art. 13 O Colegiado do Curso poderá autorizar a substituição do orientador a pedido do orientando ou do próprio orientador, e com a aceitação do provável novo orientador, através de requerimento formal dirigido à Coordenação do Curso, com as devidas justificativas.

Parágrafo Único. O prazo para efetivar tal solicitação não poderá passar de 60 (sessenta) dias após a data de matrícula na disciplina de TCC.

DA COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA, DO LOCAL DE AVALIAÇÃO E DE JULGAMENTO

Art. 14 As defesas dos TCC´ss ocorrerão em acordo entre orientador, eventual coorientador, membros da banca e orientando, seguindo o formato de Fluxo Contínuo.

§ 1º Será privilegiado o final de cada semestre para as defesas de TCC, mas não haverá restrições do curso sobre as datas, devendo apenas acontecer dentro do período letivo semestral regular, observando os prazos de antecedência quanto a Integralização, Correções Finais e Outorga de Grau, conforme Calendário e Regimento da Graduação da UFOPA vigente.

§ 2º As defesas poderão ser realizadas nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno, conforme cronograma estabelecido pelo orientador com anuência dos membros da banca de acordo com o calendário acadêmico da Instituição.

§ 3º As defesas serão realizadas, prioritariamente, no período de segunda a sexta, sendo possível a defesa no sábado em casos excepcionais, devidamente justificados pelo orientando e orientador e aprovado pelo Colegiado do Curso, para aquele semestre letivo.

§ 4º Havendo alguma excepcionalidade institucional, o Colegiado de Curso poderá

suspender por tempo indeterminado as defesas de TCC.

Art. 15 A defesa do TCC será requerida pelo discente com a anuência de seu Orientador, via requerimento protocolado na Coordenação Acadêmica do ICS, em horário de expediente, cujas informações seguintes são obrigatórias:

i) título e subtítulo, se houver, do TCC;

ii) nome completo do Orientador e Coorientador, quando houver;

iii) indicação da Banca;

iv) data e hora para defesa;

vi) telefone e email do discente para contato; e,

vii) as vias impressas do trabalho,na quantidade de uma para cada membro da banca, ou se for de comum acordo com orientador e banca versão digital em PDF,.

§ 1º O prazo para a solicitação da defesa será estabelecido em Calendário elaborado pelo Colegiado de Curso e deverá respeitar o prazo mínimo de 10 dias antes da data estabelecida como da Defesa.

§ 2º Os casos conflitantes de datas e turnos serão definidos no Colegiado de Curso que aprovará o calendário final das defesas.

§ 3º A confirmação da defesa de TCC fora do prazo e/ou sem as informações obrigatórias, implicará na sua reprovação em TCC.

§ 4º O discente será considerado apto para fazer a defesa do seu TCC após o cumprimento de 70% (setenta por cento) dos componentes curriculares.

Art. 16 O TCC será julgado por uma banca examinadora composta por especialistas de reconhecida competência na área tema.

§ 1º A banca examinadora deverá ser composta por três membros incluindo o orientador ou quatro membros quando houver Coorientador.

§ 2º Podem compor a Banca Avaliadora, além do orientador, todos os professores da UFOPA, ou de outras instituições, que tenham título de pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu. No caso de bancas compostas exclusivamente por membros externos à UFOPA, as mesmas deverão ser aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante anteriormente à defesa do TCC.

§ 3º Serão aceitos detentores de conhecimentos em áreas correlatas e complementares à Arqueologia, reconhecidos em suas respectivas comunidades e/ou outras instâncias. A

participação dos mesmos deverá ser apresentada e aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante antes da data da defesa.

Art. 17 A Defesa virtual poderá ser um recurso, desde que seja aprovada pelo NDE mediante solicitação do orientador e orientando.

Parágrafo Único: Ficam isentas de aprovação do Colegiado as defesas virtuais quando for uma deliberação dos Conselhos Superiores da Ufopa e deverão seguir os requisitos estabelecidos no Art. 14º.

Art. 18 O TCC será avaliada com base na apresentação do Trabalho Final, a partir dos seguintes itens: Trabalho Escrito/Audiovisual e Defesa Oral.

§ 1º No Trabalho Monográfico serão avaliados os seguintes quesitos: I- Apresentação dos objetivos, da metodologia e dos resultados da pesquisa de forma clara; II-Apresentação da relevância da pesquisa; III- Uso adequado da voz, da linguagem acadêmica e da capacidade de comunicação; IV- Apresentação do estudo dentro de uma sequência lógica de conteúdo; V - Domínio de conteúdo; VI - Uso adequado do tempo para exposição (de 20 a 25 min.); VII - Resposta satisfatória às questões levantadas pela banca.

§ 2º No TCC Audiovisual, o trabalho escrito será avaliado segundo os mesmos critérios elencados no § 1º mais o seguinte critério: coerência temática e estrutural entre trabalho escrito e audiovisual.

§ 3º Na Defesa Oral serão avaliados os seguintes quesitos: I- Apresentação clara e objetiva da escrita, coerência entre título, objetivos e desenvolvimento de trabalho; II- Desenvolvimento do trabalho de acordo com as normas da ABNT; III- Alcance dos objetivos previstos; IV- Fundamentação teórica adequada.

Art. 19 O julgamento do TCC será feito em sessão pública de forma presencial ou remota, previamente agendada e divulgada pelo curso, na qual o discente terá de 20 a 25 minutos para apresentar o trabalho, e cada examinador terá 20 minutos para análise, arguição e debate com o discente sobre a apresentação e o tema do trabalho.

§ 1º É vedado a modificação da data e horário da defesa do TCC.

§ 2º Caso haja, excepcionalmente, necessidade de mudar a sala/local de defesa, tal mudança deverá ser informada com antecedência à Coordenação de Curso para que sejam feitos os ajustes necessários para a divulgação da mudança sala/local onde ocorrerá a defesa.

Art. 20 Após sua aprovação, o discente terá o prazo máximo de 10 (dez) dias após a defesa, a contar da data de defesa para entregar a versão definitiva do TCC.

§ 1° A entrega da versão definitiva do TCC será em mídia digital e deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo SIBI da UFOPA.

§ 2° A versão final do TCC, em mídia digital deverá ser entregue, juntamente com a permissão para sua publicação, para a Coordenação Acadêmica do ICS para as devidas providências de inclusão no Banco de TCC da Ufopa.

§ 3° Somente após o encaminhamento das ações constantes no Art. 18º que os trâmites finais para a homologação e outorga poderão ser iniciados via Secretaria do Curso, tendo por base as orientações institucionais vigentes.

Art. 21 O TCC será considerado aprovado pela média aritmética simples das notas estabelecidas pelos componentes da Banca.

§ 1º Será considerado aprovado o discente que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, em conformidade com conceito de aprovação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

§ 2º O TCC que contiver plágio terá a atribuição da nota 0,0 (zero) pontos, e importará na reprovação da disciplina.

§ 3º Os parâmetros de avaliação definidos no Art. 18º. têm pesos iguais na ponderação da nota final do avaliador, sendo 5,0 pontos para o Trabalho Escrito e 5,0 pontos para a Defesa.

Art. 22 O local de defesa dos TCC´s será preferencialmente uma das salas de aula da UFOPA. Entretanto, no caso de TCC envolvendo discentes, avaliadores e/ou temas de comunidades tradicionais, o NDE aceitará que a defesa seja realizada fora dos Campi da UFOPA, visando a respeitar diferentes regimes de conhecimento e a possibilidade de incluir públicos e avaliadores diretamente relacionados à pesquisa conduzida.

§ 1º No caso de defesas a serem realizadas fora dos Campi da UFOPA, o/a orientador/a deverá apresentar a situação à coordenação e ao NDE com o máximo de antecedência possível.

§ 2º O agendamento de tais bancas deverão seguir os requisitos dos Arts. 15º e 19º e deverão ser um consenso entre orientador, orientando e avaliadores.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 Os descumprimentos do presente regulamento deverão ser comunicados à Coordenação do Curso, que convocará reunião extraordinária do NDE, no prazo não inferior a 72 horas e não superior a 120 horas, para as apurações e providências cabíveis.

Art. 24 Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo NDE, por meio de solicitação do docente ou mediante requerimento protocolado na Secretaria Acadêmica do ICS, em horário de expediente pelo orientando.

Art. 25 Em caso de desentendimento entre orientador e orientando a situação deverá ser apresentada o quanto antes à coordenação do curso que levará a situação ao NDE que indicará, eventualmente, outro orientador.

Art. 26 Este regulamento entrará em vigor a partir do momento de sua aprovação pelo Colegiado do Curso. Regimento Aprovado na Reunião do NDE realizada no dia 20 de março 2023.

Anexo III –Normatização de Atividades Complementares

Regulamenta as atividades complementares integrantes do curso de Bacharelado em Arqueologia – ICS-UFOPA.

Art. 1º. O crédito máximo para uma única atividade de pesquisa (em um projeto) ou monitoria (em uma disciplina) ou estágio é 80h por semestre.

Art. 2º. O crédito máximo para participação em eventos, oficinas, mini-cursos, etc. é 40h ou a carga horária do comprovante/certificado.

Art. 3º. Dentro da área de pesquisa podem ser contabilizadas: Participação em programa ou projeto de pesquisas (Até 80 h/semestre/projeto), Bolsa de Pesquisa (Até 80 h/semestre), Mobilidade Acadêmica Nacional (Até 80 h), Mobilidade Acadêmica Internacional (Até 80 h).

Art. 4º. Em eventos técnico-científicos contabilizam: Participante de evento (congressos, seminários, encontros, etc.) local, nacional ou internacional (Conforme certificado até 40h), Expositor em evento local (5 h atribuídas por exposição), Expositor em evento nacional (10 h atribuídas por exposição), Expositor (português) em evento internacional (10 h atribuídas por exposição), Expositor (outro idioma) em evento internacional (15 h atribuídas por exposição).

Art. 5º. Em ensino contabilizam: Monitoria (Até 80 h/semestre), Participação em oficina(s), mini-cursos, cursos, etc. em eventos acadêmicos ou técnico-científicos (Conforme certificado até 40h). Eventos acadêmicos (congressos, seminários, encontros, etc.) (Conforme certificado até 40h), Cursos de língua estrangeira (não contabilizados como disciplina optativa) (Conforme certificado até 40h), Cursos em Arqueologia, Antropologia e áreas afins à formação do aluno, em instituições de ensino superior (IES) (não contabilizados como disciplinas obrigatórias ou optativas na UFOPA) (Conforme certificado até 40h) Cursos técnicos e profissionalizantes (exemplos SIG, Informática) (Conforme certificado até 40h).

Art. 6º. Na área de Publicações a pontuação é atribuida conforme publicação em jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais, locais (5 h por publicação); jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais regionais (10 h por publicação); jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais nacionais (15 h por publicação); jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais internacionais (20 h por publicação).

Capítulo de livro, cartilha/material informativo (10 h por publicação), Livro com ISBN (20 h por publicação).

Art. 7º. Na área de Administração contabilizam: Participação em órgão colegiado e/ou conselho deliberativo e/ou consultivo da instituição (10 h/semestre), Trabalhos voluntários de apoio à Coordenação do curso ou laboratório (Até 40 h/semestre).

Art. 8º. Na área de estágio é contabilizado Estágio profissional em Arqueologia, Antropologia e áreas afins à formação do aluno (remunerado ou voluntário) (Até 80 h/semestre).

Art. 9º. Na área de Atividades esportivas é contabilizada a participação em atividades esportivas da instituição (Conforme certificado até 40 h/semestre).

Art. 10. Na categoria Outros estão incluídos: Participação como voluntário em órgãos administrativos públicos, e Organizações Não Governamentais, Movimentos Sociais, Associações e Sindicatos (Conforme certificado até 40 h/semestre).

Art. 11. As atividades não previstas neste documento serão avaliadas pelo NDE do curso, mediante solicitação formal junto à Coordenação Acadêmica do ICS.

Art. 12. A descrição pormenorizada encontra-se no Quadro 1 da Descrição das Atividade Complementares.

Quadro 1 - Descrição das Atividades Complementares

Carga Horária Complementar Distribuída por Atividade		
Áreas	Atividades	**Carga horária máxima**
Pesquisa	Participação em programa ou projeto de pesquisas	Até 80 h/semestre/projeto
	Bolsa de Pesquisa	Até 80 h/semestre
	Mobilidade Acadêmica Nacional	Até 80 h
	Mobilidade Acadêmica Internacional	Até 80 h
Eventos técnico-científicos	Participante de evento (congressos, seminários, encontros, etc.) local, nacional ou internacional	Conforme certificado até 40h
	Expositor em evento local	5 h atribuídas por exposição
	Expositor em evento nacional	10 h atribuídas por exposição
	Expositor (português) em evento internacional	10 h atribuídas por exposição
	Expositor (outro idioma) em evento internacional	15 h atribuídas por exposição
Ensino	Monitoria	Até 80 h/semestre
	Participação em oficina(s), mini-cursos, cursos, etc. em eventos acadêmicos ou técnico-científicos	Conforme certificado até 40h

	Eventos acadêmicos (congressos, seminários, encontros, etc.)	Conforme certificado até 40h
	Cursos de língua estrangeira (não contabilizados como disciplina optativa)	Conforme certificado até 40h
	Cursos em Arqueologia, Antropologia e áreas afins à formação do aluno, em instituições de ensino superior (IES) (não contabilizados como disciplinas obrigatórias ou optativas na UFOPA)	Conforme certificado até 40h
	Cursos técnicos e profissionalizantes (exemplos SIG, Informática)	Conforme certificado até 40h
Publicações	Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais, locais	5 h por publicação
	Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais regionais	10 h por publicação
	Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais nacionais	15 h por publicação
	Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais internacionais	20 h por publicação
	Capítulo de livro, cartilha/material informativo	10 h por publicação
	Livro com ISBN	20 h por publicação
Administração	Participação em órgão colegiado e/ou conselho deliberativo e/ou consultivo da instituição	10 h/semestre
	Trabalhos voluntários de apoio à Coordenação do curso ou laboratório	Até 40 h/semestre.
Estágio	Estágio profissional em Arqueologia, Antropologia e áreas afins à formação do aluno (remunerado ou voluntário)	Até 80 h/semestre
Atividades esportivas	Participação em atividades esportivas da instituição	Conforme certificado até 40 h/semestre
Outros	Participação como voluntário em órgãos administrativos públicos, e Organizações Não Governamentais, Movimentos Sociais, Associações e Sindicatos	Conforme certificado até 40 h/semestre

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso de Bacharelado em Arqueologia em fevereiro de 2023 (Ata 05/2023 do NDE do curso de Arqueologia - PAA/ICS).

ANEXO IV – Normas para Contabilização de Atividades de Extensão

Seguindo a Resolução n. 254, de 2 de julho de 2018, que estabelece as diretrizes para cadastro, registro e acompanhamento das ações de extensão nas modalidades programa, projeto, curso e evento**,** as atividades abaixo descritas e tabeladas podem ser de caráter acadêmico, científico, artístico e cultural nas áreas de atuação da Arqueologia como educação, museologia, Arqueologia pública, educação patrimonial, arte, restauração, entre outras. Para contabilizar como ações de extensão, as mesmas deverão ter em sua execução a participação ativa de estudantes regularmente matriculados na graduação da Ufopa. Essa medida visa proporcionar-lhes vivenciar a relação ensino e extroversão do conhecimento. Os estudantes deverão atuar na organização, ou como mediadores, facilitadores, ministrantes, palestrantes de atividades que devam envolver diretamente as comunidades externas à Ufopa.

A contagem de carga horária para cada ação/atividade seguirá a carga horária apresentada nos certificados e/ou declarações que os discentes encaminharão à coordenação do curso. Em caso de dúvidas ou casos omissos, o colegiado deverá ser acionado e os encaminhamentos registrados em ata.

Bloco de atividades	**Exemplos de atividades por bloco**
Programas e Projetos	Participação como voluntário ou bolsista em programas e projetos de extensão acadêmicos para além daqueles realizados nos componentes curriculares de extensão
Cursos (mais de 30h total)	Organização e conferência de cursos para a sociedade e comunidade externa da UFOPA, nas áreas de atuação da Arqueologia
Minicursos (menos de 30h total)	Organização e conferência de minicursos para a sociedade e comunidade externa da UFOPA, nas áreas de atuação da Arqueologia
Oficinas	Organização de oficinas para a sociedade e comunidade externa da UFOPA nas áreas de Arqueologia

Eventos	Participação em Congressos, Semanas, Ciclos de debates, Jornadas, Salões, Exposições, Feiras como membro da comissão organizadora, ministrante, palestrante, mediador, facilitador, conferencista, integrante de mesa redondo
Espetáculos	Organização e atuação em apresentações públicas de eventos artísticos, cênico-performáticos tais como recitais, concertos, shows, teatros, canto, dança, entre outros.
Produção de material extensionista	Produção de materiais com conteúdo voltado para divulgação do conhecimento arqueológico (sites, podcast, páginas de instagram, blogs, cartilhas de no mínimo 10 pgs, etc.). Cada produto contabilizará como 50h de ações extensionistas.
Produção de livro para divulgação de conhecimento científico	A produção de livro (mais de 10 pgs) com ISBN contabilizará como 100h de ações extensionistas.

ANEXO V - Regras gerais e específicas de uso dos Laboratórios vinculados ao Curso de Arqueologia

Os Laboratórios de ensino, pesquisa e extensão do curso de Arqueologia apresentam normas gerais para uso de seus espaços, bem como, normas específicas de cada espaço laboratorial. O Bacharelado em Arqueologia tem três laboratórios: o Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, o Núcleo de Pesquisa e Documentação das Expressões Afro-Religiosas do Oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO) e Laboratório de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem (LAVAI), estes últimos se configurando em laboratórios compartilhados entre os cursos de Antropologia e Arqueologia. No Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, são realizadas atividades de guarda, gestão e conservação de acervo arqueológico e etnográfico. Portanto, as normas aqui dispostas estão vinculadas a cada um dos três laboratórios de maneiras distintas. A seguir são expostas as normas gerais e depois um detalhamento das normativas dos espaços laboratoriais mais específicos.

1. Normas gerais:

- Os usuários ao adentrarem no laboratório devem guardar sua mochila/bolsa nos armários externos.
- Os usuários devem assinar a lista de frequência do laboratório na entrada e saída.
- É proibido pegar as chaves gerais e de acesso a lugares restritos, como as reservas técnicas e dos armários de materiais, sem o acompanhamento de servidores responsáveis.
- É proibido manusear materiais ou equipamentos sem conhecimento técnico prévio de como usá-los. Para uso deve-se solicitar o manual de instruções e apoio de um servidor.
- As salas de análise, de aula e externas destinadas a pesquisas experimentais ou outras específicas, são organizadas de acordo com a demandas apresentadas às Coordenações do Curso e dos Laboratórios.
- Quaisquer situações omissas que possam ocorrer nos âmbitos do Laboratórios do curso de Arqueologia, devem ser resolvidas pelas devidas instâncias, quais sejam, Coordenações dos Laboratórios, Comissão Científica (exclusiva do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju) e Coordenação do Curso de Arqueologia.

2. Normas de convivência

- Recomenda-se não falar alto ou reproduzir sons em celulares e afins dentro dos laboratórios.
- Evitar sujar o ambiente de trabalho e mantê-lo organizado.
- Ao sair de um ambiente por último, desligue as luzes, computadores, outros equipamentos e centrais de ar condicionado.
- Em respeito ao professor, evite ousar o celular em atividades, como aulas de laboratório ou atividades de grupos de pesquisa e extensão.

3. Procedimentos com alimentos e afins (norma exclusiva do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú)

- É proibido fumar e consumir alimentos dentro dos laboratórios. O consumo de alimentos deve ser somente nas áreas externas dos laboratórios.
- Fazer o descarte de lixo orgânico nas lixeiras das áreas externas.
- Após o uso de copos ou louças, lave-os.
- Fazer a limpeza da cafeteira e descarte restos de pó de café.
- Não deixar alimentos sobre as pias ou bancadas.
- Não deixar alimentos nas geladeiras dos laboratórios por muito tempo.

4. Solicitação de materiais de consumo e ferramentas

- Solicitar ao (a técnico (a) ou professor (a)presente para acessar e emprestar materiais de consumo e/ou ferramentas.
- Preencher e assinar a lista de controle de material para empréstimo, detalhando quais materiais e ferramentas estão sendo usados.
- Recomenda-se a utilização dos equipamentos com cuidado, para sua preservação, para que possam ser utilizados continuamente, caso não se trate de material descartável.
- Devolver o material limpo e ordenado ao mesmo local de onde retirou. Isso se aplica também às bandejas, sacos plásticos e etc.

5. Uso de computadores

- O uso de computadores dos laboratórios destina-se somente para atividades de pesquisa ou realização de trabalhos acadêmicos, não é permitido o uso de periféricos (mouse, teclado etc.) separadamente das máquinas do laboratório. Não é permitido o empréstimo desses equipamentos para uso fora dos laboratórios.

- Não é permitido o uso dos computadores do laboratório para acessar redes sociais ou conteúdos inapropriados.
- Caso o computador esteja em uso, e haja outro aluno precisando do mesmo, será contado o prazo de uma hora para desocupá-lo.
- Ao terminar de usar o computador, desligue-o.

6. Acesso às reservas técnicas (norma exclusiva do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú)

- É vedado o acesso às reservas por pessoas estranhas, estudantes ou servidores da Universidade que não estejam autorizados pela Coordenação do Laboratório.
- Estão autorizados o acesso às reservas técnicas: os servidores técnicos e administrativos do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju; professores (as) que tenham material arqueológico depositados nas reservas e pesquisadores e/ou estudantes autorizados pela Coordenação do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju.
- Qualquer material movimentado de dentro das Reservas para as salas de análise deve ser registrado nos livros de controle da Reserva Técnica.
- A movimentação de materiais das reservas para fora do Laboratório de Arqueologia, deve ser informada e autorizada pela Coordenação do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju.
- Somente a Coordenação Técnica e os servidores técnicos podem acessar e manipular os equipamentos de controle do ambiente das reservas técnicas.

7. Normativas específicas aplicáveis ao Núcleo de Pesquisa e Documentação das Expressões Afro-Religiosas do Oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO)

A sala 330 (42,74 m²), localizada no prédio BMT da Unidade Tapajós, abrigará um espaço de 23.86 m² destinado ao NPDAFRO. O espaço físico onde está localizado o NPDAFRO é separado por divisória, que divide em duas salas, na 330A funciona os laboratórios LANSE e LABORE, e na 330B funciona o NPDAFRO. Este sendo organizado pelas seguintes normas específicas:

7.1 Do Acesso

- Os docentes que compõem o NPDAFRO terão acesso a cópia da chave para entrada e uso da sala. Quando os docentes não estiverem no espaço, os discentes bolsistas e voluntários dos projetos do NPDAFRO poderão utilizá-lo desde que seus nomes estejam previamente informados em lista de acesso da guarita do prédio. Sendo que os discentes precisarão

dispor de seus dados e assinatura em livro de acesso da portaria para obter a chave da sala, seguindo horários de funcionamento do prédio BMT.

7.2 Do Uso

- Docentes e discentes respeitarão as normas de convivência dispostas nas normativas gerais deste documento relacionadas a convivência harmoniosa sem realização de ruído que possa atrapalhar as atividades e a necessidade de manutenção da limpeza e higiene do ambiente;
- Será permitida alimentação no espaço desde que ocorra limpeza posterior;
- Como espaço não comporta todos os discentes bolsistas e voluntários dos projetos do NPDAFRO, será organizada semestralmente planilha de horário de uso do espaço a fim de garantir que todos possam utilizá-los de maneira segura e confortável;

8. Normativas específicas aplicáveis ao Laboratório de Antropologia Visual e Arqueologia da Imagem (LAVAI)

8.1. Da Natureza Compartilhada do LAVAI

O Lavai é um espaço laboratorial compartilhado entre os cursos de Antropologia e Arqueologia, albergado em um único espaço de 45 m² de uso coletivo por professores dos dois cursos (sala 332 – BMT 2). A coordenação desse laboratório se faz de forma igualmente compartilhada entre dois docentes: Prof. Raoni Valle (Arqueologia) e Profa. Lucybeth Arruda (Antropologia). Neste mesmo espaço encontram-se albergadas outras duas propostas laboratoriais: O TEPAHI (Laboratório de Terras, Paisagens, Histórias e Imagens) e o co-Laboratório de Antropologia Rural (COLARR), ambos espaços coordenados por docentes da Antropologia, sendo que o Tepahi também conta com participação de docentes da Arqueologia. Como espaço coletivo, aberto, sem divisórias, compartilhado por múltiplos professores e 3 propostas laboratoriais distintas, simultaneamente, o regramento é de natureza simples e mais abrangente possível:

8.2. Dos Usos do Espaço da Sala 332:

- Dos Professores vinculados ao - 6 professores, sendo 5 da Antropologia e 1 da Arqueologia tem acesso e uso do espaço franqueado diariamente para exercício de suas atividades profissionais, com autorização para retirada da chave na portaria do prédio BMT. A sala destina-se prioritariamente ao uso desses docentes em suas atividades de pesquisa, extensão e ensino, excetuando seu funcionamento como sala

de aula, salvo em caso extraordinário, justificado e previamente discutido.

- Do acesso de Alunos - Os alunos vinculados a esses professores/orientadores podem ter acesso ao espaço para desenvolvimento de atividades relacionadas a seus projetos estando acompanhados por esses docentes, ou mediante autorização por escrito, emitida pelo professor responsável junto à segurança.
- Agendamento de atividades – Orienta-se que atividades coletivas, como reuniões de grupos de pesquisa e de orientação, bem como, o uso por alunos, na companhia ou na ausência de professores, sejam previamente combinados com o coletivo de docentes-usuários para se definirem dias e horários a fim de que se evite o choque de agendas, em se tratando de uma única sala sem divisórias internas.
- Coordenação dos Cursos, Técnicos do Instituto e Prestadores de Serviço – Quando demandando o ingresso na sala por parte da coordenação dos cursos, servidores técnicos, e Prestadores de Serviço, orienta-se para que haja comunicação prévia e que o objetivo do ingresso seja comunicado, e que tais situações ocorram preferencialmente na companhia de professores- usuários do espaço.

8.3. Dos Equipamentos e Projetos – Por se tratar de uma sala para o desenvolvimento de atividades de pesquisa dos professores-usuários, prioritariamente, mas não exclusivamente, os equipamentos de TI (5 aparelhos desktop completos) estão fixos à sala, inclusive a partir de numeração de tombo. Outros equipamentos obtidos com recursos dos cursos ou da universidade (1 telão, 1 monitor de Led -TV 47 polegadas, 3 caixas de som e 1 GPS) são, majoritariamente, mas não exclusivamente, para uso de professores em suas atividades e projetos, podendo ser cedidos para atividades externas, sob responsabilização dos professores usuários do espaço, em atividades referentes a seus projetos de pesquisa e extensão ou indiretamente relacionadas, à exceção das estações de TI desktop atreladas a própria sala. Equipamentos audiovisuais e de TI (duas câmeras DSLR e dois tripés, 2 microfones direcionais, 1 Gravador, e 6 Hd's) obtidos com recurso pessoal e, ou de projetos de pesquisa e extensão, são de uso restrito dos docentes diretamente vinculados aos projetos. Demais demandas para uso de equipamentos estão sujeitas a consulta aos docentes-usuários do espaço.

8.4. Das exceções a essas disposições – Essencialmente, a regra de uso do espaço preponderante é que demandas de uso estarão sempre sujeitas à consulta e diálogo prévio entre os

docentes-usuários do espaço, sobretudo com relação às exceções ao que está disposto neste breve regramento.